

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

BRUNA ROSSI KOERICH

ENTRE TRAJETÓRIAS, DESEJOS E (IM)POSSIBILIDADES:
PROJETOS DE FUTURO NA SOCIOEDUCAÇÃO DE MEIO ABERTO

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

BRUNA ROSSI KOERICH

**ENTRE TRAJETÓRIAS, DESEJOS E (IM)POSSIBILIDADES:
Projetos de futuro na socioeducação de meio aberto**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Professora Orientadora: Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Porto Alegre, março de 2018.

Ficha Catalográfica

K78e Koerich, Bruna Rossi

Entre trajetórias, desejos e (im)possibilidades : Projetos de futuro na socioeducação de meio aberto / Bruna Rossi Koerich . – 2018.
169 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro.

1. Juventudes. 2. Projetos de Futuro. 3. Medidas Socioeducativas. 4. Socioeducação de meio aberto. 5. Campo de Possibilidades. I. Ribeiro, Fernanda Bittencourt. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

Para E.R.F.B. ou Henrique como é aqui chamado, que perdeu - durante o andamento dessa pesquisa - a possibilidade de sonhar o futuro e viver o presente, mas que tem seu passado vivo, registrado nessas páginas.

AGRADECIMENTOS

A escrita monográfica, por menos solitária que seja, é sempre permeada por um *quê* de ansiedade e angústia. Da primeira palavra até o último ponto final, o processo de escrita envolve uma sensação de não ter lido o suficiente, não escrever o suficiente, e não saber o suficiente... Assim, queria aqui agradecer com carinho a todas as companhias que fizeram essa estrada ser menos angustiante e, principalmente, aqueles que lembravam cotidianamente que o “suficiente” é um juízo de valor muito perverso, e basicamente inalcançável por pessoas que entendem a produção acadêmica como uma ferramenta de transformação social.

Meus amparos têm nome e sobrenome, mesmo que a minha memória já cansada pela escrita desse trabalho não se lembre de nomear todos. Nomearei os que ocorrem agora, mas estendo o carinho e a gratidão aos demais.

Não querendo cair na armadilha da *presentificação* e agradecer somente aqueles que compõe o momento atual dessa pesquisa, busquei expressar minha gratidão por aqueles que compõe seu passado e que, talvez, componham o seu futuro, mesmo sabendo da impossibilidade de passar ilesa à centralidade no presente.

Antes de mais nada agradeço aos meus colegas de execução dos Territórios de Paz no Município de Canoas que foram motivação para realização dessa pesquisa. Em especial, agradeço a **Mariana Aydos** por me proporcionar tantos momentos de reflexão sobre minha prática e ser tão inspiradora e incentivadora nesse processo que apesar de penoso foi muito recompensador; a **Ana Laura Quadros** por compartilhar o desafio de gerir uma Casa da Juventude; e o **Thiago Magnus** pela parceria de ontem, hoje e amanhã;

À **Equipe da Casa da Juventude Mathias Velho e Harmonia**, colegas diários de luta para que a discussão de projetos de futuro com os “nossos jovens” deixasse de ser uma ação contraditória. Das tantas pessoas que passaram por esse espaço, agradeço com carinho especial a **Sabrina Cerva** pela parceria nos olhares que diziam muitas coisas, nas reflexões, nas ações e nas nossas divergências teóricas; a **Georgea Delzivo** e a **Ana Lúcia Martins** por me lembrar sempre de ser *humana* antes de mais nada; e ao **Maurício Mayora**, companheiro de escrita e reflexões sociológicas sobre esse espaço que só contribuía com a nossa já fértil *imaginação sociológica*.

Minha gratidão, também, ao **Laurence Aquino** e ao **Alexandre Kunsler**, companheiros de vivências infinitas e debates sobre as juventudes, sempre no plural, incluindo as nossas; Ao

Igor Dalla Vechia por dividir comigo momentos de produção acadêmica e caminhadas para espairecer da escrita e refletir sobre a vida e sobre a nossa amizade; À **Marina Rodrigues** pela parceria de vivenciar o processo e transição para a vida adulta e toda a angústia que ele pode gerar; à **Anais Passos** por compartilhar os desafios de pesquisar nesse campo tão duro que é a segurança pública com a leveza de quem tem velhos e bons amigos; e à **Juliane Furno** e à **Natasha Pergher** por todas as confissões, trocas e sororiedade.

Aos companheiros de luta e resistência, que estiveram ombro a ombro comigo nas batalhas que uma juventude engajada nos demandou. Meu muito obrigada aos companheiros de núcleo Paulo Freire **Darla Ribeiro, Antônio Lima, Laura Woltrich, Gislane Oliveira, Jardélia Sá, Flávio Nardy** e **Adilson Zabiela** e, especialmente, **Marcelo Azambuja** que além de sonhos e lutas, compartilhou o pão, o ar, as histórias e as vontades de um mundo mais justo e mais cheio de amor.

À minha família *lato e stricto sensu* que acompanhou essa etapa da minha trajetória de longe e sem entender ao certo o que isso significava. É preciso explicitar aos meus pais **Nélis Rossi Koerich** e **Dalmor Koerich** que tenho muito orgulho de vocês. À minha irmã, **Camila Rossi Koerich**, minha gratidão por ser uma companhia inseparável, mesmo com os mais de 1500 quilômetros que tentam atrapalhar nossa simbiose e cumplicidade.

Ao **Roney Marques** e a **Maíra Costa** por serem minha família nessa cidade que me acolheu e por acompanharem o transcorrer desse mestrado bem de “perten” desde a prova de seleção até a defesa da escrita final.

Aos meus colegas de estudos em Juventudes e Desigualdades na América Latina, ou, *CLACSO TEGU 2015*, por todas as trocas e reflexões, em especial ao **Gonzalo Assusa, Ivan Porraz Gómez, Angélica Pineda** e **Cecília Millán** pela companhia em uma das experiências mais intensas da minha vida. Nossa estadia em Tegucigalpa viverá em meu coração para sempre!

Aos meus colegas do **Centro da Juventude Lomba do Pinheiro** pela partilha diária do desafio de construir uma política de/pra/com as juventudes. O presente dessa pesquisa tem muito mais de vocês do que vocês imaginam. E aos colegas do **Centro da Promoção da Criança e do Adolescente** por dividirem a tensão entre desejos e possibilidades que envolve a execução de uma política pública.

À **Gislei Lazarotto, Nair Silveira, Marilis Almeida, Fernando Cotanda, Carla Dalbosco, Eduardo Freire Santana, Giovane Shcerer, Maurício Perondi, Patrícia Grossi**

... e tantas outros que fortaleceram em mim a curiosidade sociológica (e interdisciplinar) acerca da temática da juventude e me mostraram o quanto o desejo e engajamento fazem parte do processo de pesquisa.

Aos colegas e professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-RS. Gratidão especial ao nosso eterno líder **Matheus Fröhich**, por mostrar que a empatia é a melhor cola que nos une. À CAPES pela concessão da bolsa que proporcionou a realização dessa pesquisa.

À minha orientadora, **Fernanda Bittencourt Ribeiro** que me possibilitou desenvolver esse trabalho com autonomia, lançando-me sempre as famosas “perguntas impertinentes”, pertinentes e essenciais para esse trabalho tornar-se o que ele é hoje.

À **Kátia Melo, Melissa Pimenta e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo** por terem aceitado compor a Banca de Avaliação desse trabalho e dedicarem seu escasso tempo à formação de novos pesquisadores.

Por fim, e mais importante, ao **Alex da Silva Vidal**, companheiro de vida, de investigações e intervenções com a juventude. O melhor interlocutor desse trabalho. Desde aquela aula sobre trajetórias e identidades, nosso primeiro contato, nossos objetos de pesquisa teimaram em re-escrever nossa história para sempre. Obrigada por me ensinar que por mais que eu queira olhar para o passado e para o futuro, o amor faz com a gente viva o *hoje* como se não houvesse o *amanhã*, mesmo que ele apareça, dia após dia, com a mesma paixão do ontem.

E aos pequenos **Heitor e Elias** meu agradecimento por colorirem meu presente e minhas previsões para o futuro.

RESUMO

A pesquisa insere-se no contexto de intersecção das temáticas juventudes, violências e temporalidades, em especial, na figura dos adolescentes em conflito com a lei. Na última década, o tema ganhou destaque no âmbito acadêmico focalizando as medidas socioeducativas de privação de liberdade. Apesar de maioria no sistema socioeducativo, as medidas executadas em meio aberto são tema quase inexistente nas ciências sociais. Visando visibilizar essas experiências e partindo do entendimento de que o discurso preponderante nas diretrizes do sistema socioeducativo é o de possibilitar futuros distanciados da prática infracional, essa pesquisa objetiva analisar a construção de projetos de futuro de jovens da socioeducação de meio aberto, compreendendo quais os elementos que ancoram essa construção. Metodologicamente, optou-se por uma inserção etnográfica, envolvendo observações, entrevistas e sistematização de conversas informais com jovens de uma unidade de execução de meio aberto, situada no município de Canoas (RS, Brasil), reconhecido pela redução dos índices de violência a partir de uma política de segurança pública que potencializou ações preventivas. Partindo do conceito de *campo de possibilidades* de Gilberto Velho, a análise dos dados permitiu identificar uma tipologia de jovens, no tocante à construção de seus projetos de futuro, composta por dois tipos: um ligado aos jovens com inserções pontuais em práticas infracionais, e outro com uma trajetória infracional contínua. Os primeiros caracterizam-se por projetos de um futuro “idílico”, sem uma grande preocupação de mediação com as possibilidades concretas, dando margem para uma análise *voluntarista* do processo de construção de projetos de futuro. Os demais, caracterizados pela reincidência e práticas infracionais como formas principais de sociabilidade, apresentam projetos de continuidade de *criminalidade*, alegando ser a “única possibilidade” demonstrando um espaço limitado para o desejo, contribuindo para uma visão *determinista* desse processo. Além disso, foi possível identificar que elementos como o consumo e a masculinidade nos projetos de futuro de jovens de ambos os tipos e que esses elementos eram acentuados pela vivência de uma temporalidade centrada no presente, por um fenômeno de *presentificação*.

Palavras-chave: Juventudes; Medidas socioeducativas de meio aberto; Projetos de futuro;

ABSTRACT

The research falls within the context of the intersection of youth, violence and temporality, especially in the case of adolescents in conflict with the law. In the last decade, the theme has gained prominence in the academic field focusing on socio-educational measures of deprivation of liberty. Despite the majority in the socio-educational system, measures carried out in an open environment are almost non-existent in the social sciences. Aiming to make these experiences visible and based on the understanding that the preponderant discourse in the guidelines of the socio-educational system is to enable futures distanced from the infraction practice, this research aims to analyze the construction of future projects of young people of the socioeducation of open means, that anchor this construction. Methodologically, we opted for an ethnographic insertion, involving observations, interviews and systematization of informal conversations with young people of an open-medium execution unit, located in the municipality of Canoas (RS, Brazil), recognized by the reduction of violence rates from of a public security policy that reinforced preventive actions. Based on Gilberto Velho's concept of possibilities field, data analysis allowed us to identify a typology of young people in the construction of their future projects, composed of two types: one related to young people with punctual insertions in infractional practices, and another with a continuous infraction trajectory. The former are characterized by projects of an "idyllic" future, without a great concern of mediation with the concrete possibilities, giving scope for a voluntaristic analysis of the process of construction of future projects. The others, characterized by recidivism and infractional practices as main forms of sociability, present projects of continuity of criminality, claiming to be the "only possibility", demonstrating a limited space for desire, contributing to a deterministic view of this process. In addition, it was possible to identify elements such as consumption and masculinity in the future projects of young people of both types and that these elements were accentuated by the experience of a temporality centered in the present, by a phenomenon of presentification.

Keywords: Youth; Open socio-educational measures; Future projects;

1. SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 Afetos e efeitos: minha relação com a temática	16
1.2 Por retas e Curvas: Caminhos da Pesquisa.....	18
1.3 Nem tão exótico, nem tão familiar: escolhas e desafios metodológicos	23
1.4 Organização do Trabalho.....	28
2. JUVENTUDES: POSSIBILIDADES E ESCOLHAS TEÓRICAS	30
2.1 Adolescências e Juventudes.....	30
2.2 Juventudes e Projetos	39
2.3 Juventudes e Violências.....	46
2.4 Juventudes e Políticas Públicas	56
2.4.1 As medidas socioeducativas.....	64
3. REFLEXÕES DO COTIDIANO: APRESENTANDO O CAMPO DE PESQUISA .	69
3.1 O Território da Paz Mathias Velho e Harmonia.....	69
3.1.1 Mudanças e Reestruturações	79
3.2 A Casa da Juventude Mathias Velho e Harmonia	82
4. PROJETOS DE FUTURO NOS CAMINHOS DA SOCIOEDUCAÇÃO DE MEIO ABERTO	94
4.1 Os <i>caminhantes</i> : fragmentos das trajetórias juvenis	94
4.1.1 Hugo	95
4.1.2 Marcos	98
4.1.3 Gabriel.....	105
4.1.4 Henrique	107
4.2 Os <i>passos</i> : projetos de futuro na execução socioeducativa	110
4.2.1 Primeiro passo: A chegada	111
4.2.2 Segundo passo: A rotina.....	113
4.2.3 Terceiro passo: O acompanhamento	119
4.2.4 Quarto passo: As despedidas	122
5. PROJETOS, TEMPORALIDADES E TRAJETÓRIAS INFRACIONAIS.....	127
5.1 “Aproveitar o agora”: o fenômeno da <i>Presentificação</i>	128
5.2 Trajetórias infracionais e projetos de futuro.....	139
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155
APÊNDICES	167
Apêndice A – Termo de Autorização SMSPC	167
Apêndice B – Termo de Autorização Fundação La Salle.....	168
Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	169

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Número de Homicídios por Idade Simples.....	51
Figura 2 - População prisional segundo faixa etária Brasil, 2005 a 2012	52
Figura 3 - População prisional segundo cor/raça Brasil, 2005 a 2012	52
Figura 4 - Taxas de homicídio branco e negro e vitimização negra. População total. Brasil. 2002/2012	53
Figura 5 - Localização do Município de Canoas	70
Figura 6 - Localização do Trem Metropolitano nos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre.....	71
Figura 7 - Canoas - Divisão territorial por quadrantes	71
Figura 8 - Reestruturação dos Projetos de Prevenção (Canoas, 2016).....	81
Figura 9 - Tipificação dos atos infracionais de Jovens em PSC na CJ (2014-2017).....	91
Figura 10 - Identidade Racial de Jovens em PSC na CJ (2016-2017	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modalidades de Medida Socioeducativa previstas no ECA.....	65
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CJ – Casa da Juventude
CJMV – Casa da Juventude Mathias Velho e Harmonia
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONJUVE – Conselho Nacional da Juventude
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FEBEM – Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor
FLS – Fundação La Salle
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
LA – Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida
MSE – Medida Socioeducativa
ONG – Organização Não Governamental
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SNJ – Secretaria Nacional da Juventude
SMDS – Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social de Canoas (RS)
SMSPC – Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania de Canoas (RS)
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PIA – Plano Individual de Atendimento
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PROTEJO – Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável
PSC – Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade
RS – Estado do Rio Grande do Sul
TP – Território de Paz

1. INTRODUÇÃO

Uma dissertação nunca acaba de ser escrita, o que acaba é mesmo o tempo que se tem para entregá-la ou então a vontade de *dissertar* sobre certo assunto. Mesmo nesse último caso, não cabe no trabalho entregue tudo aquilo que se imaginou ou pensou discutir. Essa escrita não é uma exceção e consiste, sobretudo, naquilo que foi possível *dissertar* em relação a construção de projetos de futuro nos caminhos da socioeducação de meio aberto.

Essa introdução é, basicamente, um guia de leitura dessa dissertação. Nela estão explícitos os pressupostos que fundamentam essa pesquisa. Se, como alerta Clifford Geertz (2008), o antropólogo vivencia uma realidade e constrói uma narrativa dessa vivência marcada por sua própria trajetória, essa dissertação é bastante influenciada por minha concepção de mundo, de ciência, e de atuação profissional.

Essa pesquisa insere-se no contexto da execução das medidas socioeducativas, pensadas como uma das possíveis intersecções entre juventudes, adolescências, violências e políticas públicas.

As medidas socioeducativas são previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, e compõe o sistema terciário de proteção a crianças e adolescentes no Brasil¹. A sua existência atende a exigência da Doutrina de Proteção Integral que prevê que sejam assegurados e protegidos os direitos de todas as crianças e adolescentes que vivem no país.

Segundo essa doutrina, as medidas socioeducativas (MSE) visam a responsabilização do adolescente que praticou ato infracional, sendo adotadas medidas diferenciadas de acordo com a gravidade da infração. O que observamos, contudo, é que nem sempre a responsabilização atua como prioridade da execução da medida e podemos observar, por um lado, execuções que visem apenas a garantia de direitos dos jovens e adolescentes cometedores de atos infracionais ou, por outro lado, execuções baseadas em uma lógica de culpabilização, esvaziando-se o fator socioeducativo da medida.

¹ O Sistema de Proteção de Crianças e Adolescentes no Brasil, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente é dividido em três subsistemas: Primário, secundário e terciário. O primário refere-se à garantia de direitos básicos como a saúde, alimentação, lazer, etc. O sistema secundário é composto pelas medidas de proteção, aplicáveis pelas autoridades legais quando algum dos direitos básicos da criança e do adolescente estão sendo violados. As medidas de proteção são várias, mas vão desde um apoio ou acompanhamento temporário até à inclusão no programa de acolhimento institucional. O sistema terciário refere-se às medidas socioeducativas, aplicadas exclusivamente em adolescentes.

Em sessão específica, abordarei o histórico, as tipologias e os números da socioeducação no Brasil, mas por hora é necessário explicitar que há duas grandes modalidades de MSE, que abarcam os tipos existentes, quais sejam: as de meio aberto e as de meio fechado (ou de privação de liberdade).

Devido à complexidade envolvida nas execuções de privação de liberdade, essa modalidade ganhou significativo destaque na produção das ciências sociais no Brasil, especialmente na última década.

Por outro lado, apesar das MSE executadas em meio aberto abarcarem um número considerável de adolescentes e jovens, a temática é pouco abordada em âmbito acadêmico, tornando-se basicamente um debate inexistente nas ciências sociais.

Essa pesquisa, ao contrário, concentra-se nos adolescentes em cumprimento de MSE de meio aberto e tem como *corpus de análise* registros da inserção cotidiana em uma unidade de execução e entrevistas com jovens em cumprimento de medidas nessa unidade.

Momentos de planejamento de futuro são previstos nas orientações de execução das medidas socioeducativas e deveriam ser práticas recorrente em todas as modalidades na composição do Plano Individual de Atendimento (PIA) dos adolescentes e jovens. Como não existe uma orientação sistematizada para a elaboração desse planejamento, esse processo por vezes não ocorre e por outras concentra-se, apenas em uma prescrição por parte do técnico de como ‘deveria’ ser o futuro desse jovem, partindo de valores culturais dos próprios técnicos, não necessariamente condizentes com os do jovem.

Essa pesquisa foca na compreensão dos projetos que são enunciados pelos próprios jovens nesse processo de construção e nos projetos que são construídos no diálogo entre eles os técnicos que os acompanham. Procuo, também, compreender de que forma as trajetórias infracionais desses influenciam as suas projeções para o futuro.

Conforme expôs Almeida, “A introdução é um bom momento para refazer o percurso de elaboração do produto provisoriamente finalizado” (2010, p.11). Assim, trago inicialmente a apresentação da minha relação com a temática *juventude*, para que fiquem claros as implicações e os engajamentos envolvidos nessa prática de pesquisa.

Da mesma forma, retomo brevemente o percurso de pesquisa, passando pelos elementos que instigaram sua criação e os desafios encontrados na sua operacionalização.

1.1 Afetos e efeitos: minha relação com a temática

Toda história tem um começo, mesmo que seja um começo arbitrariamente escolhido pelo autor, relegando ao esquecimento os fatos que antecederam esse marco e que, provavelmente, contribuem para a sua existência. A minha “história” com a temática juventude não é diferente. Apesar de tantos acontecimentos poderem ser mencionados na construção do meu afeto com a temática, detenho-me naqueles que ocorrem após o meu ingresso no curso de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ao final do meu primeiro ano de universidade, recém-completada minha maioridade, reconheci-me como uma jovem *tocada* pela questão das injustiças. Toda a desigualdade observada por mim, em meio à minha experiência de estágio na Elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social foram deixando marcas irreparáveis que encontraram amparo no engajamento social. Assim, vinda de uma pequena cidade no interior do Paraná, fui rapidamente *afetada* pela desigualdade que na *cidade grande* toma outras proporções e passei a atuar em um movimento social de juventude.

A *militância* diária despertou em mim o encantamento com a juventude, em suas múltiplas facetas e instigou-me a compreender melhor esse ‘objeto’ complexo e vivo. Em 2011, ingressei como bolsista de iniciação científica no projeto “Políticas Públicas e Juventude: a micropolítica em experiências de educação e trabalho”, do Departamento de Psicologia Social e Institucional, sob orientação da professora Nair Iracema Silveira. A proposta era a de um projeto *guarda-chuva*, que comportasse os projetos individuais de pesquisa dentro dessa temática. Nesse sentido, desenvolvi durante esse período a pesquisa “Os jovens e o mundo do trabalho: uma análise dos enunciados em experiências do ProJovemUrbano de Porto Alegre”.

Ao entender o papel que o trabalho desempenhava na subjetividade daqueles jovens que acompanhei por seis meses, fui (re)construindo a minha própria, refletindo sobre as esperanças e expectativas envolvidas na busca por uma colocação profissional que desse conta não apenas da dimensão objetiva de garantia de subsistência, como também da dimensão subjetiva do *ser trabalhador*.

Percebi, também, a aplicabilidade da teoria de Camarano (2006), para quem a inserção no mundo do trabalho é uma das grandes preocupações da juventude, uma vez que a autonomia financeira é um dos grandes indicadores de passagem para a vida adulta.

Nessa época, a discussão sobre a transição para a vida adulta, ou sobre os marcadores de uma identidade juvenil entrou no centro das minhas preocupações profissionais/acadêmicas,

onde reside até hoje, mesmo que de tempos em tempos sofra o deslocamento inevitável das mudanças conjunturais.

Foi nesse contexto que o debate sobre as escolhas e as possibilidades de futuro apareceram e se consolidaram em minhas inquietações. Em meu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “De mãe para filha: rupturas e continuidades de trajetórias familiares em trabalho doméstico”, busquei entender essa construção de planejamento para o futuro em mulheres com histórico de trajetória familiar em trabalho doméstico.

Uma das principais conclusões dessa pesquisa foi encontrar nas famílias analisadas a construção de projetos coletivos de futuro, direcionados, sobretudo, para a ascensão profissional da mulher mais jovem da família, mas que envolvia esforços de todos os membros e, de alguma forma, trazia retorno positivo para a família como um todo. A ‘descoberta’ dessa dimensão coletiva de projeto de futuro marcou profundamente as experiências profissionais e acadêmicas que tive depois disso.

Após minha formatura, atuei no Projeto “Participação e dinamização juvenil no Programa Saúde na Escola: implementação e acompanhamento das *Estratégias para Educação entre Pares*”, desenvolvido pela Fiocruz em cinco capitais brasileiras. Atuando em duas comunidades periféricas de Porto Alegre, pude mais uma vez *sentir na pele* as marcas da desigualdade social na construção de caminhos e nos desafios do protagonismo juvenil.

No ano de 2014 deparei-me com o desafio profissional responsável pela existência dessa dissertação: passei a coordenar o projeto *Casa das Juventudes*, da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania de Canoas (RS), executado pela Fundação La Salle.

Em seção específica caracterizarei o projeto de acordo com seu histórico e objetivos, mas, brevemente, é importante compreender que esse é um projeto de prevenção à criminalidade e à letalidade juvenil e que trabalha com adolescentes e jovens que tenham suas trajetórias marcadas por violências, dentre eles jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto.

Nessa atuação diária com indivíduos marcados por processos de violência e exclusões, a preocupação sobre a construção dos projetos de futuro foi tomando forma e preenchendo meu cotidiano.

Com o tempo, compreendi que o maior desafio de coordenar uma unidade de execução de medidas socioeducativas de meio aberto é criar condições para uma ampliação no campo de possibilidades desses adolescentes, sem recair no erro da prescrição da vida esperada, sem

querer construir para esses jovens a vida que eu quero ter, sem estigmatizar ou moralizar o desejo do outro.

Assim, é nesse cenário onde as temidas taxas de violência juvenil materializam-se em rostos, nomes, trajetórias, sonhos e esperanças que essa dissertação é escrita à duas mãos, mas inspirada em muitas vozes.

1.2 Por retas e Curvas: Caminhos da Pesquisa

Conforme apresentado na sessão anterior, minha relação com a temática *juventude* abarca diferentes dimensões de minha vida profissional e me desafia todos os dias a refletir sobre quem sou.

Desse exercício cotidiano dúvidas e angústias surgiram, muitas delas sanadas na interlocução constante com a bibliografia das Ciências Sociais. Outras, contudo, encontraram nas lacunas teóricas o silêncio que desampara, mas instiga.

De modo geral, as especificidades enfrentadas na execução de medidas socioeducativas de meio aberto, corresponderam a essa segunda categoria. Amparada, junto da equipe de execução das medidas na Casa da Juventude, na bibliografia voltada, sobretudo, à internação de adolescentes em conflito com a lei, fui encontrando brechas no que diferenciava essas duas modalidades que, por vezes, incidem sobre o mesmo sujeito.

Na vontade (e necessidade) de utilizar minha experiência cotidiana para tecer reflexões sobre o meio aberto, surge a delimitação do tema dessa pesquisa. A existência de poucos estudos sobre o meio aberto gera a sensação de que esse “esquecimento” marca uma postura de desistência dessas trajetórias juvenis. É como se fosse inevitável o ingresso do adolescente na privação de liberdade, e só quando esse momento acontecesse, ele se tornasse uma fonte de pesquisa válida.

A ausência desse tema não é uma constante apenas no campo acadêmico. Na própria elaboração de políticas públicas para jovens e adolescentes, o meio aberto parece renegado à um segundo plano, fruto de um enfoque excessivo em medidas punitivas. Como veremos no capítulo onde as medidas socioeducativas são apresentadas, os documentos do próprio Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) não priorizam orientações sobre a execução das medidas de meio aberto, resultando em uma atuação despadronizada, dependendo das características de cada município.

Na verdade, a inexistência de pesquisas relacionadas a essa modalidade torna impossível, até uma mensuração precisa e atualizada do universo envolvido nessa classificação.

Contudo, no processo de revisão bibliográfica, encontrei pesquisas relevantes de outras áreas do conhecimento, mesmo que em número inferior em relação aos trabalhos sobre adolescentes e jovens em privação de liberdade.

Em consulta realizada no site do Banco de Teses e Dissertações da Capes, em julho de 2016, foram encontrados 644 trabalhos somando as palavras-chave “medidas socioeducativas” e “socioeducação”. Desses, 337 trabalhos também continham a palavra-chave “privação de liberdade”, 203 continham “liberdade assistida” e apenas 104 continham “Prestação de serviços à comunidade”. Contudo, torna-se necessário ressaltar que o mecanismo de filtro desse banco não possibilita um panorama mais preciso. A palavra-chave “em conflito com a lei”, por exemplo, mobilizou mais de 700 resultados, dos quais muitos não se referiam à população jovem. Da mesma forma, as palavras-chaves “meio aberto” e “internação” mobilizaram milhares de trabalhos que se referiam à outras aplicações desses conceitos.

Boa parte das pesquisas encontradas sobre a medida de Liberdade Assistida refere-se à sua aplicação com jovens após o seu período de privação de liberdade. Nessa área, há uma predominância de trabalhos da área da Educação e da Psicologia e analisam narrativas de adolescentes em seu processo de reinserção social após o período de reclusão, como o trabalho de Magda Oliveira que investiga a execução das medidas de Liberdade Assistida em Porto Alegre, refletindo sobre o caráter educativo das mesmas. Nas Ciências Sociais, destaco a dissertação do antropólogo Eduardo Martinelli Leal (2010) sobre o lugar da família na conversão para a maioria em adolescentes em cumprimento de medidas de liberdade assistida e a tese de Liana de Paula (2011) sobre a execução das medidas de liberdade assistida no município de São Paulo.

Já em relação às pesquisas acerca das medidas de prestação de serviços à comunidade, sua maioria é desenvolvida nos programas de pós-graduação do serviço social ou de direito e focam a análise no trabalho técnico de execução dessas medidas ou nos marcos legais das políticas que as orientam. Nas ciências sociais, encontrei apenas duas pesquisas sobre a temática, envolvendo jovens e adolescentes: a dissertação de Marilei Schiavi (2012) sobre o uso de uma rádio comunitária na execução da medida; e a dissertação de June Maria Ferreira (2012) sobre a execução das medidas de PSC em Campos dos Goytacazes (RJ).

Assim, podemos afirmar que dos escassos trabalhos nas ciências sociais sobre o meio aberto, um número ainda mais reduzido preocupa-se com as trajetórias dos jovens em situação de cumprimento de medida, relegando à outras áreas do conhecimento a tarefa de analisar as narrativas juvenis sobre esse tema. Acredito, contudo, que a partir das trajetórias de jovens em cumprimento de medidas de meio aberto, e da análise de suas percepções sobre sua própria vida presente e expectativas sobre sua vida futura, podemos apreender a forma como a intersecção entre juventudes e violências vai se costurando no tecido social.

De uma forma geral, as ações orientadas para autores de atos infracionais são permeadas por discursos de “mudança de vida” ou de construção de um futuro distanciado das práticas infracionais, facilmente observados tanto nos documentos de referência dos projetos² quanto na imagem pública vinculada a essas ações³. Ao mesmo tempo, pouco encontrei sobre a sistematização de como estavam as vidas, desejos e motivações “do agora” desses jovens e adolescentes.

Da convivência com esse público ora invisibilizado, ora espetacularizado, surgia necessidade de compreender, as construções de presente e futuro pelos jovens e adolescentes durante a sua passagem pelo sistema de medidas socioeducativas. É nessa busca por utilizar a minha experiência cotidiana para tecer reflexões mais amplas acerca desse “objeto”, que se consolida o projeto de pesquisa que deu origem a essa dissertação.

Inicialmente, a pergunta que orientou a realização dessa pesquisa foi: “Quais são os projetos de futuro construídos pelos jovens da socioeducação de meio aberto?”. Seu objetivo principal era, portanto, compreender quais são esses projetos.

² De acordo com as orientações pedagógicas do SINASE, uma das metas do atendimento é o de “Pactuar com o adolescente e sua família e/ou responsável metas e compromissos viáveis que possam auxiliar a organizar o seu presente e criar perspectivas de futuro desvinculados da prática de ato infracional.” (Escola Nacional de Socioeducação, 2015, p.9)

³Fariello, Luiza de Carvalho. Literatura muda a vida de jovens infratores no Distrito Federal. *Conselho Nacional de Justiça*, 08/05/2015;

Macedo, Jorge. Adolescentes infratores buscam mudar de vida com vivências compartilhadas. *Jornal Estado de Minas*, 03/02/2015;

Bevilacqua, Viviane. Adolescentes infratores têm oportunidade de mudar de vida. *Diário Catarinense*, 24/11/2016;

Rezendo, Fernando. Adolescentes infratores têm chance de mudar de vida em projeto social. *Diário de Sorocaba*, 23/10/2012.

Com o desenvolvimento e amadurecimento da pesquisa, possibilitado pela bibliografia e pelos incontáveis debates sobre a temática com a orientadora dessa pesquisa, professores e colegas que encontrei durante a realização do mestrado e mesmo em eventos acadêmicos e com outros trabalhadores das políticas públicas para a juventudes, fui compreendendo os projetos não como algo sistematizado e organizado e sim como um conjunto de desejos e expectativas sobre o futuro. E entendendo, também que a construção dessas narrativas sobre o presente e a construção de expectativas sobre o futuro foi se desenhando em um processo de c-produção entre os próprios jovens e os técnicos que os acompanharam durante a execução de sua medida.

Foi assim que a pergunta de pesquisa foi modificando-se, e apenas depois da banca de qualificação dessa pesquisa chegou na proposição que orientou as análises contidas nessa dissertação, qual seja: **De que forma a construção de projetos de futuro se manifesta durante a execução de medidas socioeducativas de meio aberto?**

Com o intuito de responder essa pergunta, essa pesquisa acabou tendo como objetivos secundários ponderar quais as tensões existentes entre desejos e possibilidades no processo de construção de projetos de futuro e compreender de que forma as trajetórias infracionais influenciam a vivência dessa tensão.

Com o intuito de operacionalizar esse trabalho, foi necessária a delimitação do *locus de pesquisa*. Levando em consideração que o acesso à informação de cunho tão pessoal e subjetivo é dificultado pelas barreiras da desconfiança e do medo, parti do entendimento de que a convivência diária e o vínculo já estabelecido com esses adolescentes e jovens poderia ser mais uma potência do que uma debilidade.

Assim, as trajetórias aqui abordadas pertencem à jovens que estiveram em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade na Casa da Juventude Mathias Velho e Harmonia, entre 2014 e 2017, período em que atuei como coordenadora da unidade.

Para além apenas dessa justificativa prático-metodológica, existe uma justificativa de ordem empírica: a Casa da Juventude Mathias Velho e Harmonia insere-se no Sistema Integral de Prevenção às Violências e Acesso à Justiça do Município de Canoas. E, para a compreensão da relevância desse fato, é importante destacar que Canoas foi um dos municípios brasileiros que obtiveram destaque em âmbito nacional e internacional pelo alto investimento em políticas de prevenção, conseguindo reduzir drasticamente os indicadores de violência, principalmente a partir da implementação do Programa Nacional de Política Pública com Cidadania.

O terceiro capítulo dessa dissertação reserva uma sessão à descrição da atuação histórica e contemporânea da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania de Canoas, bem como a apresentação do Projeto Casa da Juventude, em sua primeira configuração e, depois, como a principal unidade de execução das medidas de prestação de serviços à comunidade do município.

Trabalhei, na elaboração dessa pesquisa, com duas hipóteses, que emergiram tanto da literatura sobre o tema, quanto do acúmulo das vivências cotidianas, a serem discutidas e analisadas a partir do trabalho de campo. A primeira é a de que no contexto de campo de possibilidades restrito, os jovens com histórico de envolvimento em ato infracional constroem seus projetos apenas nas perspectivas de curto prazo; a segunda é a de que os projetos de futuro dos jovens da socioeducação de meio aberto estão ancorados em elementos como o consumo e o *reconhecimento*, que associados ao imediatismo, contribuem para uma aproximação com a criminalidade. Sem perder de vista, é claro, que tanto as suas narrativas quanto à construção de seus projetos de futuro também estão marcadas pelo contexto onde vivem, por suas redes de pertencimento e sociabilidade e pelas histórias e projetos de familiares e de seus pares.

Na seção seguinte, apresento algumas notas sobre o desenvolvimento metodológico dessa pesquisa, por entender que essa merece um local de destaque nessa introdução.

Como referencial teórico, parto dos conceitos de *projeto* e de *campo de possibilidades*, como apresentados por Gilberto Velho (1996; 1999) para compreender as narrativas e as projeções de futuro dos adolescentes e jovens. Dessa forma, projeto de futuro poderia ser entendido como um planejamento de ações para o tempo que há de vir, marcado pelos desejos e trajetórias individuais.⁴

É importante, contudo, salientar que os projetos não são baseados apenas em expectativas, e sim, são construídos a partir de uma relação com a realidade, com o possível. É nesse sentido que Velho (1999) utiliza a noção de *projeto* inscrita entre possibilidades concretas e expectativas individuais “*evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido*” (p.40).

Dessa forma, *campo de possibilidades* é descrito pelo autor como o conjunto de possibilidades e referências que um indivíduo pode mobilizar, a partir de suas expectativas

⁴ Uma das sessões do capítulo 2 é dedicada à construção mais elaborada do conceito de projeto que fundamenta a realização dessa pesquisa.

individuais, na construção de sua biografia. É uma moldura constituída sócio-historicamente, mas que será *preenchida* pelas escolhas e singularidades biográficas. (KOERICH, 2013).

1.3 Nem tão exótico, nem tão familiar: escolhas e desafios metodológicos

Essa pesquisa nasce do desafio de refletir o ambiente em que estive inserida diariamente por quase três anos. Assim, a inserção nesse espaço ocorre antes mesmo de ele tornar-se um campo de pesquisa. Fomos nos construindo, eu enquanto pesquisadora e o espaço enquanto campo de pesquisa, mesmo que sem deixarmos de ser, sobretudo, gestora e política pública.

É na tentativa de compreender a construção de projetos de futuro em meio às singularidades biográficas que esse estudo foi desenhado a partir de uma abordagem qualitativa, buscando ancorar-se em uma perspectiva socioantropológica.

A convivência diária com os participantes da pesquisa foi compreendida como uma potência, uma maior possibilidade de conseguir conversar sobre temáticas tão pessoais, em vez de um problema para o andamento da pesquisa. Sem, contudo, ignorar os principais desafios e limitações a uma prática etnográfica que a inserção em um campo já conhecido trás.

Inicialmente, a proposta era a de realizar entrevistas narrativas com alguns dos jovens em cumprimento de medidas. De fato, isso ocorreu com dez deles. Mas a formalidade inevitável de uma entrevista fez com que os maiores dados viessem justamente da observação em momentos informais e dos relatos dos acompanhamentos individuais.

É nesse sentido que uma concepção metodológica etnográfica foi ganhando centralidade no desenvolvimento dessa pesquisa. Durante uma disciplina que fiz no mestrado, a antropóloga argentina Verónica Moreira, disse que eu estava fazendo uma *Etnografia em casa*. Dizia isso pela familiaridade com o campo que minha inserção profissional trazia.

Depois de refletir sobre o assunto, dei-me conta que a expressão até fazia sentido, porque parte de mim sentia-se *em casa* naquele ambiente em que eu permanecia, de fato, mais horas diariamente do que na minha própria casa. Mas não era só uma etnografia feita em casa: era uma pesquisa feita *no trabalho*, o que tornava a sua operacionalização ainda mais complexa.

Por definição, esse espaço tinha como uma das características a minha intervenção e participação. O desafio foi, assim, identificar as possibilidades de observar e construir uma *participação-observante*.

Eunice Durham (2004, p.21) ao trazer reflexões sobre a antropologia urbana como uma “antropologia de nós mesmos”, debate que em uma posição de intervenção, de ação efetiva no campo, é possível um deslocamento da observação participante - posição clássica da antropologia – para uma participação observante. Apesar de trazer aspectos positivos, essa mudança coloca novos desafios teóricos e metodológicos. (2004, p.20).

Um dos principais desafios apontados pela autora em relação à identificação com a população estudada é o de explicar o mundo a partir das categorias nativas, em vez de analisá-las através da análise antropológica. (DURHAM, 1998, p, 25). Como forma de contornar esse desafio metodológico, a autora coloca a importância de produzir processos analíticos acerca dos fenômenos encontrados *em campo*.

Sair desse impasse significa dissolver essa visão colada à realidade imediata e à experiência vivida das populações com as quais trabalhamos, não nos contentando com a descrição da forma pela qual os fenômenos se apresentam, mas investigando o modo pelo qual são produzidos. (DURHAM, 1998, p.25)

De alguma forma, a construção metodológica desse trabalho teve esse propósito, mesmo que seu intento possa ter sido alcançado apenas timidamente devido às limitações de tempo e aos percalços encontrados durante o desenvolvimento da pesquisa.

Durham (2004) alega que a inexistência de fronteiras da língua, vivida na antropologia urbana pode ofuscar a observação do comportamento manifesto, mesmo que o antropólogo não compartilhe das condições de existência da população estudada.

No desenvolvimento dessa pesquisa foi necessário compreender toda uma sorte de gírias e expressões desconhecidas no meu universo semântico. Essa compreensão foi se dando, é evidente, pelo contato diário com os jovens, mas também perguntando verbalmente em vários momentos o que significa cada uma das expressões. Outras tantas não foram e (provavelmente) nem serão compreendidas por mim ou pelos demais integrantes da equipe de trabalho, porque se referem, sobretudo, a códigos internos, remetendo à necessidade de que parte da comunicação seja restrita entre eles.

É nesse sentido que fui percebendo, com a ajuda de muitas pessoas, enfaticamente em diálogos com a professora Katia Mello, que o campo de pesquisa me era, simultaneamente, *familiar e exótico*. Embora parte dos acontecimentos nesse espaço estivesse na minha rotina, os códigos culturais do território não eram apreendidos por mim como se eu dele fizesse parte, reforçando o exposto por Roberto Da Matta (1978, p. 30) de que caminho de transformação do

exótico para o familiar e do familiar para o exótico deixam resíduos e nunca ocorrem totalmente.

Reforçando sempre o caráter relativo das noções de familiar e exótico, Gilberto Velho sugere que a reflexão sobre o familiar possibilite a compreensão da realidade vivida de forma mais complexa.

Parece-me que, nesse nível, o estudo do familiar oferece vantagens em termos de possibilidades de rever e enriquecer os resultados das pesquisas. Acredito que seja possível transcender, em determinados momentos, as limitações de origem do antropólogo e chegar a ver o familiar não necessariamente como exótico mas como uma realidade bem mais complexa do que aquela representada pelos mapas e códigos básicos nacionais e de classe através dos quais fomos socializados. O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos e situações. (VELHO, 1978, p.45)

Assim como no artigo de Mintz (1984), que enuncia a sua relação de convivência e amizade com Taso, não como um problema metodológico e sim como fundamental para o aprofundamento da imersão e da construção de significados na relação estabelecida *em campo*, a relação estabelecida na vivência cotidiana com os jovens que compõe o campo desse estudo é compreendida como condição de compreender a realidade observada e vivida.

Ruth Cardoso ressalta que nas pesquisas de cunho “participação observante” é necessário o cuidado para que a observação não seja coadjuvante no desenvolver da pesquisa.

A prática de pesquisa que procura este tipo de contato precisa valorizar a observação tanto quanto a participação. Se a última é condição necessária para um contato onde afeto e razão e completam, a primeira fornece a medida das coisas. Observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e os cotidianos, construindo cadeias de significação. Este modo de observar supõe, como vimos, um investimento do observador na análise de seu próprio modo de olhar. Para conseguir esta façanha, sem se perder entrando pela psicanálise amadorística, é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos. Do entrevistador e do entrevistado. (CARDOSO, 1998, p. 91)

O debate sobre as condições sociais de produção dos discursos dos jovens que integram o campo dessa pesquisa foi um exercício relativamente mais cômodo, uma vez que a prática do *estranhar* essa realidade convinha no exercício profissional por mim realizado nesse ambiente. Muito mais oneroso, contudo, foi o de *estrtnhar* as minhas impressões sobre as categorias “nativas”, sobre os costumes, sobre as práticas e os assuntos abordados na relação cotidiana.

Ainda em relação aos procedimentos metodológicos, é importante explicitar que parto de uma concepção de ciência baseada em um sistema de retroalimentação com a intervenção

prática. Dessa forma, para além da expectativa de contribuir na superação de lacunas acadêmicas, existe aqui nessas páginas – também – a esperança de construção de subsídios, tanto para a formulação e implementação de políticas públicas, quanto para a atuação social.

Proponho, assim, que essa dissertação faça parte de uma produção engajada e preocupada com o contexto dentro do qual ele emerge, aproximando-me do que Rodriguez Garavito (2015) chama de *investigação anfíbia*, por ser capaz de *respirar* tanto no ambiente acadêmico, quanto na esfera pública, sintetizando em uma só as duas vidas do investigador sem que ele se *afogue* nessa tentativa.

Ciente de que o papel de coordenadora e o de pesquisadora não é o mesmo, embora por vezes se confundam, acredito que essas atividades são complementares, desde que essa dupla atuação fique explícita e clara para todos os envolvidos.

Durante os 29 meses em que estive atuando na Casa da(s) Juventude(s)⁵, 67 jovens cumpriram medidas de prestação de serviços à comunidade e, de alguma maneira, contribuíram para a reflexão que gerou os argumentos dessa pesquisa. Dez jovens foram entrevistados e, desses, cinco foram selecionados para que trechos de suas trajetórias compusessem a escrita final dessa pesquisa como forma de elucidar as análises.

Não foi tarefa fácil escolher esses cinco fragmentos narrativos. Optou-se por utilizar aqueles onde eram mais visíveis as influências da trajetória infracional no processo de construção de projetos de futuro. Foram retiradas as trajetórias das duas jovens do sexo feminino que inicialmente compunham essa escrita, por entender que as limitações de tempo e mesmo de escopo dessa dissertação não dariam conta de realizar os debates que o recorte de gênero demandaria.

Figuram como parte dessa dissertação sínteses das trajetórias de Hugo (14 anos quando da realização da entrevista, cumpriu medida por furto); Caio (17 anos e medida por receptação); Marcos (18 anos, que cumpriu medida por tráfico); Gabriel (17 anos, cumprindo medida por estupro); e Henrique (17 anos, cumprindo medida por roubo de veículo).

Por questões de proteção e privacidade dos participantes da pesquisa, seus nomes verdadeiros foram substituídos por nomes fictícios, escolhidos por eles mesmos na maioria dos casos, ou por mim quando não houve preferência de sua parte. A realização da pesquisa foi autorizada tanto pela Fundação executora da Casa da Juventude (CJ), quanto pela Secretaria

⁵ Em 2016 o projeto passou por um processo de reestruturação que alterou o seu nome de “Casa das Juventudes”, para “Casa da Juventude”, conforme será exposto no terceiro capítulo dessa dissertação.

Municipal de Segurança Pública e Cidadania, em documentos que se encontram como apêndice dessa dissertação.

Ao inscreverem-se nas atividades da Casa da Juventude, os jovens ou os responsáveis, no caso de adolescentes, autorizam (ou não) que as informações de suas trajetórias possam ser utilizadas como meios de pesquisa, desde que respeitado seu anonimato. Todos os adolescentes e jovens observados durante a prática etnográfica autorizaram esse uso. Os adolescentes e jovens que participaram do processo de entrevista narrativa, assinaram, também, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que também segue anexo a esse trabalho.

Como um dos principais desafios metodológicos encontrados – para além do complexo convívio do papel de pesquisadora e de coordenadora – foi o de gerar momentos de autorreflexão dos jovens entrevistados, bem como reconstruir com eles episódios de suas vidas. Assis já aponta para a dificuldade em desenvolver entrevistas narrativas com jovens e adolescentes.

A dificuldade em lembrar fases da vida ficou muito evidente, bem como a falta de hábito de falar de suas experiências, especialmente de recordar-se dos fatos em ordem cronológica. Essa impossibilidade também foi encontrada por Belém et al. (1998), entrevistando jovens que cometeram atos infracionais leves no Rio de Janeiro. (ASSIS, 1999, p.36)

O exercício da reflexividade, ou seja, a prática de olhar para desejos, expectativas e ações próprias de forma a buscar a compreensão sobre o porquê de agir dessa forma, demonstrou-se uma tarefa bastante árdua para a totalidade dos jovens entrevistados. Essa característica, que pode ser compreendida pela baixa realização de práticas de pensar-se por parte dos jovens contemporâneos, associados à prática pouco usual de exercícios como esse nas periferias brasileiras, demonstrou-se um empecilho tanto para o desenvolvimento da pesquisa quanto para o a intervenção com essas jovens, no sentido de construir seus projetos de futuro.

Por essa razão, os trechos das entrevistas ou mesmo das falas realizadas em ambientes informais, separadas para o uso nessa dissertação são curtos e, em geral, de uma profundidade baixa ou moderada. Mesmo nos casos onde esses trechos apresentam graficamente menos de quatro linhas, optei, na maioria das vezes, pela citação direta como forma de dar ênfase e destaque para os donos das narrativas.

Outro fato que merece justificativa nessa introdução foi o meu desligamento do projeto no início do ano de 2017. O Sistema Municipal de Prevenção às Violências do Município de Canoas, conforme apresentarei em capítulo destinado a esse fim, esteve inserido dentro um

projeto político executado por uma única gestão municipal, durante dois mandatos executivos consecutivos. Com a mudança do executivo municipal, por meio do processo eleitoral realizado no segundo semestre de 2016, mudanças significativas ocorreram na execução dos projetos, extinguindo-se, assim, o Sistema Municipal. Assim, em março de 2017 a Casa da Juventude é extinta e a gestão e execução das medidas socioeducativas retornam para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Esse afastamento em meados do desenvolvimento da pesquisa possibilitou uma leitura mais crítica do processo de execução em si, ao mesmo tempo em que dificultou inviabilizou a continuidade de contato com alguns jovens.

1.4 Organização do Trabalho

Este trabalho está organizado em seis capítulos, contando essa introdução e as considerações finais.

Busquei, conforme dito anteriormente, construir nessa introdução um guia de leitura desse trabalho, explicitando a minha relação com a temática, os pressupostos teóricos e metodológicos envolvidos nessa prática de pesquisa, bem como os pontos de partidas e objetivos dessa dissertação.

No segundo capítulo, intitulado “Juventudes: possibilidades e escolhas teóricas”, busco apresentar uma breve revisão bibliográfica sobre a temática da juventude a partir de quatro enfoques: Primeiramente discuto a conceituação de juventude em diferentes áreas do conhecimento; na segunda seção apresento os debates teóricos acerca da relação entre juventudes e projetos de futuro; Na terceira apresento as principais discussões sobre as intersecções entre juventudes e violências. Por fim, na quarta seção apresento brevemente o percurso das políticas públicas para a juventude no cenário brasileira, dando atenção especial para as medidas socioeducativas.

Procuro, também, a partir das narrativas utilizadas na construção desse trabalho, refletir e repensar as categorias teóricas envolvidas na temática. Esse exercício tem por objetivo compreender os limites das sistematizações teóricas, mas, também, encontrar elementos que demonstrem as suas potencialidades na sistematização da vida prática.

O terceiro capítulo, “Reflexões do cotidiano: apresentando o campo de pesquisa”, é dedicado à apresentação do *campo de pesquisa* propriamente dito. Inicialmente, apresento o

Território da Paz composto pelos bairros Mathias Velho e Harmonia, que integrou a Política Municipal de Prevenção às Violências do Município de Canoas de 2012 a 2017. Demonstro, também, o processo de reestruturação dos Territórios da Paz, integrados no novo Sistema de Prevenção às Violências, em 2016. Na segunda seção desse capítulo me detenho na descrição da Casa da Juventude em si, em relação aos seus espaços físicos e fluxos de funcionamento.

O capítulo de número 4 procura demonstrar como os projetos de futuro se constroem nos caminhos da socioeducação de meio aberto. Apresento inicialmente as trajetórias dos jovens selecionados “caminhantes” desse percurso. Suas trajetórias são apresentadas como sínteses, a partir das narrativas sobre si que os próprios jovens foram fazendo e não tem aqui a pretensão de dar conta da complexidade de uma narrativa biográfica. Depois de apresentar quem caminha, parto para apresentar os passos desse caminho. Assim, o leitor é convidado a acompanhar como o debate sobre os projetos de futuro emergem em cada uma das fases da execução da medida socioeducativa: a *chegada*, a *rotina*, o *acompanhamento* e as *despedidas*.

O quinto capítulo, “Projetos, temporalidades e trajetórias infracionais” é dedicado à análise, primeiramente, da complexa relação que os jovens participantes dessa pesquisa estabelecem com o futuro e, posteriormente da forma como as suas trajetórias infracionais e criminais influenciam na forma como eles concebem o futuro e como lidam com as tensões existentes entre desejos e possibilidades no processo de construção de projetos de futuro.

Para esse último intento foi desenvolvida uma tipologia de inserção criminal envolvendo um tipo que diz respeito aos jovens com práticas infracionais pontuais e outro que se refere aos jovens com uma inserção contínua em práticas infracionais. Na seção 5.2 essa tipologia é analisada a partir das teorias de Merton (1968) sobre as contradições entre estrutura cultural e estrutura social e de Velho (1999) sobre o campo de possibilidades em que os projetos são construídos.

No sexto e último capítulo, teço considerações acerca do que foi abordado ao longo desse trabalho. Mais do que entender esse capítulo como o espaço para apresentação de conclusões, prefiro pensar nele como um espaço de sistematização dos *achados de pesquisa* expostos ao longo das páginas dessa dissertação.

2. JUVENTUDES: POSSIBILIDADES E ESCOLHAS TEÓRICAS

Esse capítulo é dedicado à apresentação dos principais elementos teóricos que fundamentam os argumentos dessa pesquisa. Mais do que apenas recorrer às teorias sociológicas, antropológicas, e de áreas afins, como forma de descrever categorias a serem abordadas, pretendo traçar paralelos entre as vivências práticas que possibilitaram a escrita dessa monografia.

Assim, as intersecções entre adolescências e juventudes; juventudes e violências; e juventudes e projetos são apresentadas aqui num movimento de diálogo constante entre a prática e as teorias com o intuito de construir o cenário do qual emergem as reflexões subsequentes.

2.1 Adolescências e Juventudes

O tema da juventude ganhou destaque recentemente não apenas nos trabalhos acadêmicos das ciências humanas, mas também na formulação de políticas públicas. Essa fase da vida é, muitas vezes, entendida como um período de transição dotado de contradições e instabilidades que poderiam tornar os jovens mais susceptíveis a problemas sociais como a violência e o desemprego. (SPOSITO; CORROCHANO, 2005).

Diversas são as abordagens possíveis em relação a essa temática, e aqui serão apresentadas três diferentes perspectivas, por acreditar que são particularmente interessantes para o problema de pesquisa apresentado no desenvolvimento dessa pesquisa. São elas: a perspectiva cronológica, na forma como é mais comumente utilizada na formulação de políticas públicas; a perspectiva psicológica ancorada em uma concepção de adolescência como momento de indecisão; e a perspectiva sociológica com enfoque nos marcadores de transição para a vida adulta.

A primeira abordagem que aqui discuto é a que trabalha com o conceito de *juventude* a partir de sua concepção cronológica. Mais do que no âmbito acadêmico, essa abordagem é particularmente presente em marcos legais e na formulação de políticas públicas. As divisões etárias são entendidas a partir do contexto social e histórico que cristaliza faixas de idade no tocante à processos humanos e, portanto, ao acesso a determinados direitos.

Assim, como sugere Tatiana Yokoy de Souza (2016) ao abordar as políticas orientadas à socioeducação, a consolidação dessa relação entre idades cronológicas e processos humanos passa pela criação de consensos sociais acerca delas.

A correspondência entre idades cronológicas e processos humanos não é natural, mas é construída em um complexo processo histórico que, apoiado em critérios intelectuais e sociais de uma dada cultura, cria consensos que são progressivamente incorporados a crenças, valores e normas. (YOKOY DE SOUZA, 2016, p. 19)

A definição de categorias etárias, embora arbitrária, é necessária quando pensamos na elaboração de políticas especializadas e mesmo na construção de normas legais. Não há como pensar a operacionalização de uma política para a juventude (ou mesmo *com* a juventude), sem uma definição do que se entende por juventude. Da mesma forma, há poucos meios de viabilizar uma política que utilizasse apenas de critérios identitários para a definição de *juventude*, como atender à todos os que se consideram jovens, independente de sua idade cronológica.

A necessidade da existência dessas categorias, contudo, não torna menos importante as tensões existentes na sua execução prática. As fronteiras dessas categorias acabam reservando particularidades que são vivenciadas de diferentes formas.

A *maioridade* talvez seja o principal marcador nesse sentido. Utilizo aqui o exemplo do jovem Marcos, que no dia em que completou 18 anos me disse estar vivendo o “pior dia da sua vida”, porque a partir de então teria que “ser adulto” e, então, “ser responsável”. Esse episódio, que guarda ares de comicidade de tão emblemático, nos mostra o quanto a cristalização de categorias a partir de uma lógica etária pode marcar a subjetividade de indivíduos, encharcando-os de pressões para encaixar-se em um lugar pré-definido.

A circulação por essas *fronteiras categóricas* também está sujeita à multiplicidade de episódios que um mesmo jovem pode experimentar nesse sentido. Lembro aqui da participação da Casa da Juventude na Conferência Municipal de Juventude. Durante a Conferência, um dos jovens -com 14 anos recém feitos - participante bastante ativo da Casa e um verdadeiro agitador do protagonismo juvenil nesse espaço, quis candidatar-se para a vaga referente à CJ no Conselho Municipal da Juventude. Tive que informar-lhe que não poderíamos indicá-lo, já que a lei municipal previa como idade mínima 15 anos. Indignado ele me contesta dizendo “Não é justo. Por que vocês me *ensinaram* o protagonismo juvenil, então?!”. O jovem que acabou ocupando a vaga tinha, de fato, muito menos interesse nessa participação do que ele. A indignação desse jovem denuncia o caráter relativamente arbitrário das classificações etárias

com que operam as políticas públicas, e o desconforto que sentem os jovens ao transitarem entre políticas que adotam diferentes limites e critérios cronológicos.

Conforme será abordado no terceiro capítulo dessa dissertação, as políticas públicas para adolescentes e jovens no Brasil apresentam uma trajetória complexa e difusa e, muitas vezes, os marcos legais e a formulação de políticas adotam critérios diferentes, gerando um desconforto em relação às bordas dessas categorias em operadores das políticas para crianças, jovens e adolescentes e, especialmente, nos próprios públicos-alvo dessas políticas.

Para além da arbitrariedade das idades que definem os limites etários, a própria noção de *juventude* mesmo como momento de vida guarda certo grau de arbitrariedade, conforme argumenta Bourdieu (1983) em seu conhecido texto “A Juventude é apenas uma palavra”. Segundo o autor, como toda categoria, a *juventude* só pode ser compreendida de forma relacional, levando em consideração as definições das categorias de *não-juventude*.

Assim, discutir a abordagem cronológica, apontando seus limites e riscos de reificação torna-se especialmente importante para pesquisas que, como essa, tem como contexto políticas e ações públicas. Conforme aponta Debert (2010), podemos observar contemporaneamente um processo de *descronologização*, uma vez que há um processo de dissolução da vida adulta gerada tanto pelo alargamento da categoria entendida como juventude, como uma associação à ideia de juventude mais como um valor ligado ao consumo do que como uma etapa de vida. Utilizar, então, a perspectiva cronológica pressupõe o uso concomitante de outras perspectivas e abordagens.

Em contexto de socioeducação, é fundamental a discussão de elementos da teoria da adolescência, bastante ligada à área da saúde, em especial a psicologia, e a medicina, como período marcado por instabilidades e incertezas.

Para a entidade internacional, Organização Panamericana de Saúde (OPS), a adolescência é compreendida como período no qual se aceleram o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade, compreendendo um período de pré-adolescência vivido entre os 10 e os 14 anos e adolescência propriamente dita, dos 15 aos 19 anos. (WALSELFISZ, 1998).

Oliveira e Sarti (2016) salientam a centralidade do cérebro no debate sobre a adolescência, partindo de uma hegemonia biomédica para a análise desse período de vida. Segundo as autoras, a imaturidade do desenvolvimento cerebral nessa fase de vida, é utilizada para justificar comportamentos considerados típicos de adolescentes, normatizando práticas e formas de agir, principalmente, de acordo com o gênero dos adolescentes em questão. Assim,

a experimentação sexual no caso das meninas (e o *risco* da gravidez precoce) e a agressividade no caso dos meninos seriam elementos de caracterização da adolescência, definida por meio de um registro organicista.

No campo da psicologia, existe certo consenso produzido acerca das inconstâncias que marcam o momento da adolescência. Para Jerusalinsky (2004), a adolescência pode ser entendida como um “estado de espírito”, caracterizado pela indecisão “que se encontra na beira do decidir-se”, marcado pela passagem de um momento de proteção (infância) para o momento de exposição (vida adulta). Esse processo é bastante marcado por uma sensação de sofrimento e instabilidade, característica da descoberta sobre a necessidade de produzir-se no mundo.

Uma primeira problematização possível em relação à essa conceituação, é a pressuposição da infância como lugar de proteção. A própria existência de políticas que visam a proteção de direitos de crianças e adolescentes justifica-se pelas múltiplas vivências possíveis da infância, muitas delas distante de ambientes protetivos. Em teoria, o sistema de garantia de direitos age superando lacunas de proteção que possam ser deixadas pelas famílias, estando assim o Estado assumindo essa proteção. A realidade de grande parcela das crianças brasileiras, contudo, não encontra proteção adequada nem no espaço familiar, nem na intervenção do Estado.

O entendimento da adolescência como período importante no processo de desenvolvimento da subjetividade embasa as discussões no meio socioeducativo, conforme observamos no seguinte trecho, extraído de material da Escola Nacional de Socioeducação:

Entendemos que a adolescência se caracteriza como fenômeno histórico e social que continua a se transformar ao longo da história da nossa sociedade [...]. Do ponto de vista sociocultural, a adolescência pode ser considerada como importantíssimo período de desenvolvimento da subjetividade, no qual as experiências psicossociais se articulam aos processos biológicos. (YOKOY DE SOUZA, 2016.pag. 6)

Autores como Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) chamam a atenção para o fato de a concepção de adolescência como uma etapa de desenvolvimento marcada por dúvidas e sofrimento acaba por incentivar uma prática individualista, onde cada adolescente seria responsável por suas escolhas e por *decidir-se*. Esse estímulo serviria, assim, aos propósitos a homogeneização e imobilização ao reificar determinadas práticas sociais.

A concepção psicológica de adolescência também recebe críticas no sentido de que ao supô-la como uma etapa de desenvolvimento, marcada pela indecisão, impor-se às etapas

subsequentes uma identidade baseada na decisão e na estabilidade, o que a prática da vida cotidiana contestaria com facilidade.

Apesar de no meio socioeducativo, a terminologia mais utilizada ser a de *adolescentes em conflito com a lei*, entendendo como adolescência o período previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente dos 12 anos completos aos 18 incompletos, observei na realização do campo dessa dissertação pouca identificação com o conceito de adolescente por parte dos entrevistados. A identidade *jovem* era mais presente, exceto nos casos em que a trajetória e a idade etária marcavam muito uma aproximação com o conceito de adolescência, como na história de Hugo, cumprindo sua medida socioeducativa aos 12 anos e contando a expulsão de três escolas por atitudes violentas.

Henrique confronta severamente a concepção de *indecisão*. Mesmo com os 16 anos registrados em sua carteira de identidade, e com várias atitudes esperadas para essa idade, Henrique tensiona a categoria de indeciso. Com seu projeto de futuro milimetricamente desenhado em suas expectativas e esboçado em diversas conversas e atendimentos, o jovem demonstra certezas em relação ao seu projeto de futuro mais sólidas do que vários membros da equipe técnica. Convicto de seu papel no mundo, não parece marcado por angústia ou sofrimento em relação às suas escolhas, é seguro do caminho que escolheu para si, mesmo que falem ainda dois anos para ser considerado jovem e nove para ser considerado adulto.

As críticas apresentadas acerca da concepção psicológica de adolescência não tornam a sua utilização menos propícia para a discussão socioeducativa ou mesmo sociológica e antropológica, assim como tampouco o faz o fato de ter encontrado fraca *identidade adolescente* na realização do campo de pesquisa. Contudo, esses argumentos aqui figuram como justificativa para minha maior aproximação com a concepção a ser exposta a seguir, mesmo que profundamente marcada pelas discussões supracitadas.

Os conceitos de *adolescência* e *juventude* guardam diversidades epistemológicas e tem origens em áreas de saberes diferentes. Para Waiselfisz (1998), enquanto a *adolescência* é um conceito da área da saúde, *juventude* é considerada uma categoria sociológica, constituída por um processo sociocultural de preparação dos indivíduos para o papel social de adulto.

Assim, utilizo nessa dissertação o termo *juventude* para me referir ao período passível de atendimento socioeducativo, que vai desde os 12 até os 21 anos⁶, mesmo que o Estatuto da

⁶ Nos casos de medidas referentes à atos infracionais cometidos antes da maioridade.

Juventude defina o início desse período aos 15 anos. Penso, então, na juventude como um momento marcado pela construção de projetos e expectativas de futuro, portanto, ancorado em uma perspectiva sociológica do termo.

Importante salientar que o uso conceito de juventude de um ponto de vista sociológico (ou antropológico) é bastante marcado pela premissa de diversidade, já consolidada nos estudos sobre a temáticas nas ciências sociais, de forma que as similaridades encontradas nessa parcela da população não encubram especificidades de classe, gênero e raça/etnia. Assim, diferentes perspectivas de estudo sobre a juventude partem do esforço de entender a juventude a partir do contexto histórico, analisando de que forma a estrutura social vivenciada pelos jovens possibilita as singularidades ou especificidades enfrentadas por esse grupo.

O uso do conceito *juventude* marca também uma postura política, de entendimento desse como um sujeito coletivo, sujeito a construções em contexto de possibilidades e de impossibilidades, marcados por seu momento histórico e por sua origem social, um sujeito dotado de sentimentos positivos e negativos, de vulnerabilidades e potencialidades, de decisões e indecisões, e não marcado necessariamente por um sofrimento biologicamente inscrito.

Assim, conforme Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), é preciso subverter a concepção de *adolescência* na forma como é utilizada em escala hegemônica e a substituí-la pela concepção de juventude.

Subverter a noção de adolescência é uma ação política importante nesse momento em que há tanta insistência em individualizar e interiorizar as questões sociais, e em *psiquiatrizar* criminalizar os ditos desvios das normas impostas a todos nós. O conceito de juventude poderia permitir a abertura de espaços para a diferença que existe nos processos e nos acasos dos encontros. [...]. Sabemos que a simples troca de palavras, de adolescência para juventude, não nos garante a quebra de naturalizações, uma vez que, sendo o conceito de juventude uma construção social, pode também ser instituído e capturado. No entanto, a aposta nas multiplicidades e diferenças para questionar o conceito de adolescência pode funcionar como uma estratégia contra as capturas e produções impostas por saberes que se apoiam em uma realidade normatizada, que eliminam a possibilidade do acaso e que se pretendem neutros. Quando definimos alguém como adolescente, podemos estar colocando em suspenso suas multiplicidades de existência e construindo uma definição que impede que os desenhos de novos fluxos e de vida ganhem força de expansão. Por outro lado, ao operarmos, por exemplo, com o conceito de juventude em nossas práticas, constituído e atravessado por fluxos, devires, multiplicidades e diferenças, talvez possamos perceber não mais um adolescente infrator, mas sim um jovem no qual a linha da infração é apenas uma a mais dentre tantas outras que o compõem. (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005. p.7)

Uma das formas mais utilizadas pela literatura no campo das ciências sociais é compreender os marcadores de momentos da vida como processos. Dessa forma, tornam-se usuais estudos que investigam os processos de transição da juventude para a vida adulta com o intuito de compreender melhor essas categorias em uma perspectiva sociológica.

Conforme Camarano e Mello (2006), os estudos recentes têm demonstrado que boa parte dos processos de transição vivenciados pela atual geração apresentam características de maior complexidade e menor previsibilidade se comparados aos processos das gerações anteriores. Essa complexidade não permite uma visão linear dos fatores entendidos como fundamentais da passagem para a vida adulta. Ainda conforme as autoras, três são os eventos principais encarados como marcadores dessa transição, quais sejam: independência econômica, saída da casa dos pais, e constituição de família. Não há consensos entre os autores dedicados à temática sobre qual desses eventos é o definidor da passagem para a vida adulta, assim como não há consensos sobre o que exatamente define esses eventos. Entretanto, aceita-se que esses eventos são interligados e se relacionam intimamente com outros como a saída da escola e a parentalidade⁷.

Ao analisar os processos contemporâneos de transição, Pais (2006) aponta que as trajetórias juvenis hodiernamente podem ser compreendidas como labirínticas, dada à multiplicidade de possibilidades em que essa vivência dos limites entre juventude e vida adulta pode ser vivida.

Em relação às narrativas analisadas nessa pesquisa, podemos observar que os marcadores desse processo de transição são bastante complexos e heterogêneos. Ao longo da reconstrução de suas trajetórias poderemos observar como os diferentes marcadores apresentam-se na trajetória de cada um. Por hora é importante salientar, contudo, que grande parte dos jovens possui alguma renda, por vezes provenientes dos próprios atos infracionais, mas mora com um adulto responsável (a mãe na maioria dos casos) e não possui planos a curto prazo de morar sozinho ou de constituir núcleo familiar próprio.

Larissa, por exemplo, saiu da casa da mãe e foi morar com a família do namorado quando tinha 16 anos, realiza trabalhos esporádicos em um restaurante, e durante alguns anos obteve renda suficiente para a custear toda a sua alimentação e vestuário através do tráfico de

⁷ Sociologicamente, o conceito de *parentalidade* vem sendo utilizado para definir um conjunto de atividades desempenhadas pelos adultos de referência em relação a uma criança, englobando os conceitos de maternidade, paternidade e mesmo de responsabilidade com crianças com quem se mantém outras formas de vínculo, não necessariamente biológicos.

drogas. Quando questionada, considera-se incontestavelmente como jovem, não esboçando planos de sair da casa da sogra.

Outros jovens que acompanhei durante a execução de suas medidas, cuja narrativas não constam como objeto de análise dessa pesquisa também corroboravam essa identidade juvenil. Mesmo Antônio, jovem com 19 anos, um filho, uma esposa e um trabalho fixo como sapateiro, não existe a intenção de sair da casa dos avós onde mora desde que esses conseguiram sua guarda e afirma considerar-se jovem. Da mesma forma que Liliane, jovem que evadiu duas vezes do cumprimento de medidas socioeducativas de PSC por não conseguir conciliar a execução com os cuidados de seus três filhos pequenos, e em nenhum momento reconheceu-se como adulta.

Em relação a essa vivência jovem anterior a consolidação de uma identidade de vida adulta, alguns autores apontam o período como o de uma moratória social.

Nesta ótica, a juventude é um período de moratória. Consiste em um adiamento das funções de adulto para obter uma melhor preparação, a fim de enfrentar este mundo. A juventude, portanto, constitui-se como uma fase transitória e de aquisição de maturidade social, para a vivência da vida adulta. (SGORLA, 2015, p. 32)

Contudo, a dificuldade de ausentar-se de responsabilidades obriga a revisão do conceito de moratória. Para os jovens entrevistados, talvez esse conceito nunca tenha feito sentido a pensar pelo contexto no qual estão inseridos.

O conceito de moratória pressupõe um adiamento das funções de adulto visando uma preparação para um período de maturidade social. Os casos mais recorrentes observados no campo, contudo, não estão marcados por momentos de preparação. Poderíamos falar em moratória apenas se entendêssemos que o mero avanço etário serviria de alguma forma para preparar esse jovem para a vida adulta.

Um outro debate que ganhou grande aceitação nos estudos sobre o processo de transição para a vida adulta é a existência do fenômeno do *prolongamento da juventude*. Esse fenômeno seria caracterizado pelo aumento da idade média em que os jovens vivenciariam eventos importantes para a transição. A principal causa desse “envelhecimento” seria o aumento da demanda por qualificação presente no mercado de trabalho, como demonstra Madeira (2006).

[...] assim, na medida em que as sociedades são mais afluentes, e exigem mais qualificação para obtenção de melhores rendas, tornam-se mais propensas a dar aos jovens a oportunidade de estender o período de moratória da juventude, até porque nesses países, com o avanço da tecnologia, as famílias vão perdendo a necessidade de

envolver crianças e adolescentes no processo produtivo [...]. (MADEIRA, 2006. p. 143)

Esse fenômeno, contudo, não atinge toda a juventude com a mesma intensidade e pensando que os jovens das periferias urbanas encontram diversos obstáculos para qualificar-se para o mercado de trabalho, autores argumentam que não podemos dizer que eles o vivenciam. Em 1983, Bordieu afirmava que jovens das classes populares francesas tinham maior interesse em realizar a transição para a vida adulta mais cedo.

Uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem abandonar a escola e começar a trabalhar muito cedo, é o desejo de aceder o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhes são associadas: ter dinheiro é muito importante para se afirmar em relação aos colegas, em relação às meninas, para poder sair com os colegas e com as meninas, portanto para ser reconhecido e se reconhecer como um "homem". (BORDIEU, 1983 p.114)

Contudo, na realidade observada, o fenômeno assume diferentes contornos. Assim como apontam diversos autores contemporâneos das ciências sociais, podemos observar um prolongamento da juventude mesmo em jovens das classes populares. Evidente que esse fenômeno terá proporções e formas diferentes quando vivenciado na periferia, mas podemos constatar a sua existência na análise das trajetórias aqui presentes.

Como já exposto acima, mesmo depois de ter um filho Antônio preferiu seguir morando e, inclusive, cadastrado como dependente de sua avó no sistema assistencial do município, mesmo tendo a possibilidade de registrar seu núcleo familiar como autônomo. O sofrimento de Marcos inscrito no seu processo de maioridade também exemplifica esse desejo de adiar a conquista da independência financeira e da identidade de adulto. Durante mais de um ano, todas as vezes que discutíamos qualquer questão referente a projeto de futuro, Marcos dizia que só pensaria nisso quando chegasse a maioridade. Quando ela chegou e o jovem teve, enfim, que deparar-se com a necessidade de conseguir um trabalho e uma renda mais ‘certa’ do que a proveniente de trabalhos ilícitos, Marcos quis adiar esse processo. De certa forma, a própria permanência na Casa mesmo após a conclusão de sua medida socioeducativa era uma forma de atrasar ao máximo essa transição.

Observo no caso de Marcos o que Abad (2003) vem chamando de *alargamento da juventude*. Segundo o autor, mais do que apenas o adiamento da vida adulta, essa ‘etapa’ da vida está alargada também pelo encurtamento da infância.

Em uma breve análise da trajetória dos jovens protagonistas dessa pesquisa, observaremos uma compressão da infância característica de nosso tempo histórico e de seu

contexto social. Envolvidos desde cedo em atos infracionais, com trajetórias de dificuldade e evasão do sistema formal de ensino, a infância parece deixar de fazer-se presente há muito na história de vida desses jovens.

Durante mais de uma vez me surpreendi com esses jovens brincando *como crianças* em atividades rotineiras da Casa da Juventude. Algo parecia me desconfortar no fato de ver jovens com trajetórias tão marcadas pela violência e eles mesmo autores de atos bastante violentos *brincando*. Foi só no encontro com a revisão teórica apresentada acima que entendi que esse *desencontro* poderia ser explicado pelo deslocamento das funções sociais que esses jovens tiveram que vivenciar desde cedo em suas trajetórias. Ter a oportunidade de voltar a viver a infância, mesmo que durante os quinze minutos que duraram as brincadeiras seria uma experiência rara em um contexto que lhes impõe a dureza da tomada de decisões da vida adulta cotidianamente.

Apesar do enfoque na transição - aqui também reforçado devido à temática da dissertação -, é preciso, como já salientou Sposito (1996), entender que entre o período da infância e o da vida adulta, não há uma ponte, e sim um período de construção do presente a partir de experiências, sentimentos e desejos de alguém que já existe. Assim, apesar de querer compreender os projetos de futuro desses jovens, parto da relação que desenvolvi com eles no presente, nas vivências e trajetórias que compartilharam comigo em sua atuação no *hoje*, como sujeitos de sua história.

2.2 Juventudes e Projetos

Em termos etimológicos, a palavra *projeto* origina do latim *projectus*, que remete algo a ser lançado para a frente. (ALVES, 2015). O termo é atualmente utilizado para diversos contextos, que abarcam desde uma concepção pedagógica até a organização de tarefas cotidianas, passando por inúmeros outros significados operacionais.

Segundo alerta Novaes (2006), por exemplo, quando utilizada de forma isolada em um contexto de periferia, a palavra projeto tende a ser associada diretamente à projetos sociais, enfaticamente os orientados para jovens:

É muito interessante notar como a palavra “projeto” caiu na boca do povo e entrou no vocabulário dos jovens e de suas famílias. [...] Os jovens que fazem parte do “público-alvo” dos projetos se (re)apropriam de idéias, palavras e expedientes, incluindo-os em suas estratégias de sobrevivência social. (NOVAES, 2006, p. 113)

Proponho-me, aqui, a discutir os *projetos de futuro*, entendido como as expectativas sobre o futuro que carregam os jovens participantes dessa pesquisa que e estratégias e desejos que são produzidos por eles em conjunto com a equipe técnica na execução de sua medida socioeducativa. Se, para Machado (2001), projeto significa a antecipação de uma ação, envolvendo uma referência futura, o *projeto de futuro* poderia ser entendido como uma visualização de expectativas futuras que baseiam ações presentes. Dessa forma, projeto de futuro poderia ser entendido como um “planejamento de ações para o tempo que há de vir, marcado pelos desejos e trajetórias individuais (COSTA, 2009).

A utilização desse conceito é pouco usual nas ciências sociais, mas acredito na sua potencialidade ao entender as constantes projeções sobre o futuro como um fenômeno social, atravessado por diversos outros bastante caros às ciências humanas. Além disso, a análise dos projetos de futuro possibilita uma compreensão da relação entre a trajetória individual e a realidade na qual está inserida.

Apesar de os projetos de futuro serem mais facilmente identificados nas camadas médias segundo Velho (2003), em pesquisa anterior (KOERICH, 2013), identifiquei indícios de projeções sobre o futuro também no que Velho chama de “camadas populares”.

A discussão sobre projetos de futuro reascende um dos mais clássicos debates das ciências sociais: a oposição entre *agência* e *estrutura*. Em uma perspectiva estruturalista determinista, os projetos de futuro não poderiam ser compreendidos como um objeto sociológico válido ou mesmo profícuo para as ciências sociais, uma vez que refletiriam pura e simplesmente as condições sociais do grupo social analisado. De outro lado, uma visão que negue espaço para o peso dos condicionantes sociais tenderia a interpretações voluntaristas, baseando as projeções de futuro apenas na subjetividade dos agentes.

Contudo, como mesmo grande parte das correntes estruturalistas não negue alguma capacidade de intervenção dos indivíduos e que algumas das correntes que centram peso na agência não ignorem algum papel para a estrutura social, prefiro pensar nessa antítese como polos de um pêndulo no qual vai sendo tecida a teoria social e no qual os fenômenos sociais vão sendo compreendidos.

Dessa forma, apresento aqui os autores que discutiram o conceito de *projeto* e seus respectivos posicionamento nesse *pêndulo teórico* não como formas de oposição, mas como diferentes contribuições para a formulação desse conceito.

Autores como Ortner, tendem o pêndulo para a importância da agência no desenvolvimento dos projetos. Para a autora, “a noção de projeto talvez seja a dimensão mais fundamental da noção de agência” (2007, p. 67). Ao discutir o conceito de projeto, a autora entende a intencionalidade como fundamental para a sua compreensão. Sendo essa intencionalidade premissa para a agência, uma vez que a intenção é responsável por projetar escolhas e atribuir racionalidade aos desejos de realização futura.

Outra contribuição de Ortner (2007) à discussão de projetos é a de que para além da intencionalidade, é fundamental compreender, também, a capacidade dos agentes em iniciar e realizar os projetos. Nesse aspecto, a temática sobre projeto está relacionada, portanto, à discussão sobre poder.

Por outro lado, autores nos quais o pêndulo pende para a análise da estrutura social, defendem o peso que as condições sociais têm nas projeções sobre o futuro. Assim, conforme Almeida (2010), é possível afirmar que as esperanças subjetivas tendem a se ajustar às oportunidades objetivas.

A percepção adotada por mim no desenvolvimento dessa dissertação é de que estrutura e agência se inter-relacionam nessa prática complexa de projetar o futuro, e que as relações sociais que permeiam a vida desses sujeitos manifestam-se na construção de suas trajetórias.

Os projetos não são baseados apenas em expectativas e nem se apresentam como mera reprodução de situações vividas por gerações passadas. Ao contrário, são construídos a partir de uma relação com a realidade, com o possível. É nesse sentido que Velho (1999) utiliza o conceito de *campo de possibilidades* como forma de evitar um viés racionalista na interpretação das construções dos projetos de vida. Para o autor, é fundamental pensar o conceito de *projeto* a partir da relação entre *campo de possibilidades* e expectativas individuais:

Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de *projeto* e *campo de possibilidades* podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades. (1999, p. 40)

Nesse sentido, é possível dizer que os projetos vão sendo construídos através de uma negociação com o possível, com a realidade colocada para esse indivíduo, ou - ao menos - pela percepção que ele tem desta realidade, a qual se reporta para sua trajetória e de seus iguais. Assim, “o projeto no nível individual lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade”. (VELHO, 1999, p. 27).

Na relação complexa entre as possibilidades e as vontades é que vão sendo tecidas as trajetórias de vida, permitindo espaços para constantes mudanças. Conforme Souza:

Se as condições de desigualdade entre os indivíduos limitam o campo de possibilidades e de escolhas, sempre deixam margens de manobra, através das quais os homens podem se movimentar socialmente e promover mudanças, mesmo que pequenas, em seu meio. (2007, p.34)

Analisando essas tensões, Tavares (2009) afirma que as trajetórias juvenis se conformam a partir de duas hipóteses.

Os jovens, no anseio por conhecer o mundo e conquistar autonomia podem expandir as margens ou ocupar os interstícios dos lugares sociais onde vivem e, com isto, reinventar trajetórias dissonantes de seu grupo social. Ou, por outro lado, podem ficar ancorados no lugar social de origem, confirmando os limites que cerceiam a vida das gerações mais velhas. (2009, p.2)

A análise do campo de possibilidades aparece como uma oportunidade, inclusive, de observar esses aspectos de tensão entre vontades e possibilidades apreendidas pelo jovem de acordo com o seu contexto social.

É importante observar que a construção do projeto de vida é feita articulando oportunidades e vontades das diferentes esferas da vida. No decorrer das trajetórias, o indivíduo busca conciliar as suas expectativas nas esferas de vida pessoal, profissional, familiar, dentre outras. Ao realizar essa articulação, forma-se um modelo de prioridade que norteia a tomada de decisões. No entanto, podemos observar que ao longo das trajetórias, esse modelo de prioridade pode sofrer alterações.

Além de lidar com as diferentes esferas de vida, os projetos individuais se relacionam com projetos coletivos, com os projetos de outros indivíduos e com projetos que pessoas próximas, como membros da família traçam para si.

Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um *campo de possibilidades*. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de *projetos* diferentes, até contraditórios. Sua pertinência e relevância serão definidas contextualmente.[...]. Um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças de interpretação devido a particularidades de status, trajetória e, no caso de uma família, de gênero e geração. (VELHO 1999, p. 47)

No campo analisado, para além das expectativas e projetos de futuro que os familiares traçam para os jovens, observamos, também, uma forte presença de projeção de outros atores que circundam a vida desse jovem, como os técnicos socioeducativos e os diferentes atores do sistema de justiça juvenil.

Alguns momentos das trajetórias desses jovens são emblemáticos dessa projeção *alheia*, dentre eles, ênfase as audiências e a construção do Plano Individual de Atendimento. Se durante a realização das audiências é comum observarmos as autoridades jurídicas dizendo como o jovem deveria agir e o que deveria desejar, na construção dos PIAs e dos Planos de Vida⁸, não é raro encontrarmos uma ausência de espaço para o jovem pensar seus próximos passos e protagonizar a construção de suas novas expectativas.

Outro fator importante em relação aos projetos de futuro é o seu caráter dinâmico. Podemos, usando termos de Bourdieu (2007), afirmar que os projetos são construídos a partir de uma articulação entre *oportunidades objetivas e expectativas subjetivas*. Assim como o autor já demonstrou, há uma tendência à defasagem entre oportunidades e expectativas. As trajetórias são construídas orientadas pelos projetos de futuro e, quando existe uma alteração nas oportunidades objetivas, criam-se novas expectativas a partir dessa mudança.

Compreendo, assim, que o projeto de futuro não é algo estático, mas algo que vai sendo construído ao longo da trajetória de cada indivíduo, de acordo com as vontades e as possibilidades. Cada indivíduo busca manter uma narrativa biográfica coerente, embora revisada frequentemente, em um contexto de múltiplas escolhas. (ALMEIDA, 2010)

A mudança é uma reconfiguração na relação entre expectativa subjetiva e condições objetivas, é uma resposta do indivíduo às mudanças que ocorrem no contexto em que seus projetos de futuro vão sendo construídos. Como expõe Velho (1999), “Os projetos, como as pessoas, mudam. Ou as pessoas mudam através de seus projetos”. Assim, alterações no contexto modificam projetos e modificam as pessoas, mudando o rumo de suas trajetórias.

As mudanças no campo de possibilidades não se limitam à aparição de novas oportunidades concretas, mas podem resultar de uma mudança de contexto, de uma socialização com um novo conjunto de valores e expectativas ou mesmo em novas formas de enxergar-se no mundo.

⁸ Essas duas ferramentas, bem como suas implicações nos projetos de futuro dos jovens, serão melhores apresentadas nos capítulos 3 e 4 dessa dissertação.

Nesse sentido, recorro à trajetória de Bernardo narrando sua reorientação de projeto a partir de uma situação emblemática, que não necessariamente alterava as suas oportunidades concretas:

[...] aí meu pai tinha sido preso naquela situação que te contei... E, depois que passou o medo, a raiva por ele estar longe, depois que passou um pouco isso tudo eu comecei a pensar que estava, na verdade, meio decepcionado, sabe? Pensei que era ruim sentir isso e tipo, eu não tô com raiva dele nem nada, só não queria que as pessoas da minha convivência sentissem essa decepção, sabe?... Aí eu pensei que era hora de eu pensar em fazer outra coisa da vida. (BERNARDO)

Assim, a partir da prisão do pai, Bernardo passa a desejar a construção de projetos distanciados da prática criminal como forma de evitar passar por aquela situação outra vez. Essa reorientação de projeções de Bernardo, tem maior relação com o surgimento de novos valores e sentimentos do que com o aparecimento de uma oportunidade efetiva. É bastante comum os jovens ampararem-se no aparecimento de novos valores morais em suas vidas para explicar a sua saída da criminalidade.

Essas reorientações, contudo, também são marcadas pela desigualdade social presente nas sociedades contemporâneas. Velho (1999) sinalizou para o fato de que a mudança contextual ocorre mais facilmente em jovens que possuem maiores oportunidades e mais facilidade em “transitar em mundos diferentes”.

No caso das trajetórias aqui apresentadas, identificaremos uma maior facilidade de reorientação nos jovens que, por suas condições sociais um pouco melhores, conseguiram construir biografias que se afastaram da imagem de “menor infrator”.

Apesar de os projetos guiarem ações e marcarem as trajetórias individuais em todos os momentos da vida, há etapas em que a construção de projetos aparece com maior ênfase. Para Almeida (2010), a construção de projetos encontra-se particularmente presente no processo de transição da juventude para a vida adulta. É nesse momento que as expectativas em relação às esferas profissionais e pessoais são analisadas visando uma conciliação entre elas.

Assim, a construção/reorientação dos projetos de vida e de futuro estão presentes com maior importância na adolescência e na juventude, uma vez que – em geral – é nessa fase de vida que escolhas importantes são tomadas orientadas pela construção de um futuro imaginado e sonhado.

Menandro et al (2003) atenta para a centralidade que escolha da profissão representa, principalmente aos atores jovens, bem como para o papel importante que a família assume nessa

escolha:

A principal referência de futuro é a escolha profissional, ou seja, a ideia é que o jovem se encontra num momento de sua vida no qual tem que decidir 'o que vai ser quando crescer'. Certamente a base para a concretização de seus projetos está na família, responsável pela socialização dos jovens. (2003, p. 45)

Apesar de essa realidade ser apresentada de outra forma nas camadas populares, uma vez que a necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho dificultar as discussões sobre o que “ser quando crescer”, pude identificar uma pressão por parte dos pais para que os jovens encontrem “um serviço decente” e ganhem experiência na área como forma de permanecer atuando em uma mesma ocupação, garantindo certa estabilidade.

Nesse sentido, projeto de futuro e expectativa de mobilidade social se inter-relacionam de forma bastante concreta nas camadas populares. Novaes afirma que “as expectativas de mobilidade social interferem nas possibilidades de a juventude projetar o futuro” (2006, p. 108). Nas camadas populares, as expectativas de mobilidade social são bastante mobilizadas na descrição dos projetos de futuro. Contudo, como em cenários de permanência ou até acirramento da desigualdade social a possibilidade de mobilidade social fica prejudicada, esse processo de projeção futura pode gerar fortes sentimentos de frustração para os jovens.

Em parte, esse processo de construção de utopias e negociações com as possibilidades concretas, muito típicas dessa fase da vida, pode ser marcado por grandes processos de rupturas e tensões, propiciando, assim, consolidações de vulnerabilidades.

Para autores como Pais (2006), a multiplicidade de possibilidades (e limitações) disponíveis nos jovens contemporâneos em relação à suas projeções sobre o futuro e sobre suas transições para a vida adulta pode gerar aspectos negativos de confusão e de perdição:

E isso porque o terreno em que as transições têm lugar é de natureza cada mais labiríntica. No labirinto da vida, como num labirinto rodoviário, surgem frequentemente sentidos obrigatórios e proibidos, alterações de trânsito, caminhos que parecem já ter sido cruzados, várias vezes passados: é essa retomada de caminhos que provoca uma sensação de perdição, de confusão (PAIS, 2006, p.8)

Conforme aponta Camarano sobre a relação entre juventude e processos de escolhas, dando margem para processos de construção de vulnerabilidades:

Por um lado, a juventude constitui-se em uma fase da vida vulnerável *per se*, pois é quando muitas das características dos indivíduos são delineadas, o que ocorre, muitas vezes, em situações de conflitos e rupturas. Isso pode aumentar ou diminuir a

vulnerabilidade dos jovens, mas não deixa de ser um momento de buscas e definições. A obrigatoriedade das escolhas nessa fase, no entanto, não é necessariamente acompanhada pelo amadurecimento psicossocial dos jovens, os quais, na maior parte das situações, não dispõem de informações e experiência suficientes para fazer opções que repercutirão em seu futuro” (CAMARANO, 2006, p. 15)

Em algumas das trajetórias analisadas nessa dissertação, essa incompatibilidade entre o amadurecimento e o tamanho das escolhas a serem feitas ficam bastante evidentes. Podemos, por exemplo, notar discursos e comportamentos bastante infantilizados em João, ao mesmo tempo que esse jovem já mora sozinho e possui diversos outros marcadores que identificam a transição para a vida adulta.

Da mesma forma, penso na vontade de Marcos em querer adiar ao máximo a chegada de sua maioridade, como se a partir do dia em que tivesse 18 anos, tivesse que assumir muitas escolhas e responsabilidades, para as quais não se sentia preparado.

2.3 Juventudes e Violências

Violência é uma palavra presente no cotidiano das sociedades ocidentais contemporâneas e que vem ganhando destaque crescente, chegando a ter uma relação com uma espécie de pânico social (CONTRERA, 2002).

De acordo com o Consultório Etimológico, *Violência* “deriva do latim *Violentia* ‘veemência, impetuosidade’, de *violentus*, ‘o que age pela força’, provavelmente relacionada a *Violare*, ‘tratar com brutalidade, desonrar, ultrajar’.⁹

Os debates acerca do conceito de violência abarcam diferentes áreas das ciências humanas, dado a importância da temática para a compreensão dos fenômenos sociais e humanos. Filosoficamente, o debate surge exatamente na discussão da relação entre seres humanos e sociedades, dividindo autores que entendem a natureza humana como violenta, e os que acreditam ser ela gerada pela forma como a sociedade se organiza.

Contemporaneamente, o conceito de Hannah Arendt (1994) se destaca no meio filosófico, ao estabelecer uma delimitação conceitual mais precisa, separando o termo *violência* de outros fenômenos sociais como *poder*, *vigor*, *força* e *autoridade*. (ARENDRT, 1994, p.36). Para a autora, violência deve ser compreendida em uma dimensão instrumental, como fenômeno que emerge como ferramenta de multiplicar o vigor nas situações onde o poder não

⁹ Consultório Etimológico. Disponível em: <http://origemdapalavra.com.br/site/pergunta/origem-da-palavra-violencia>. Acesso em 22 de 05 de 2017.

está legitimado. Assim, a violência e o poder podem ser compreendidos como polos antagônicos: onde há um, não há outro, uma vez que a violência paralisa e aniquila o poder.

Em termos operacionais, o termo violência possui uma implicação prática, principalmente para efeitos jurídicos. Segundo o dicionário Priberam¹⁰, juridicamente, *violência* pode ser compreendida como o “constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer um ato qualquer, coação”.

Nas ciências sociais, apesar de o conceito poder ser trabalhado a partir de diferentes abordagens, há certo consenso em torno de uma definição próxima a utilizada pela antropóloga Alba Zaluar, no sentido de que o entendimento do que é violência é diferente em cada contexto social e cultural:

[...] essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente. (ZALUAR, 1999, p. 28)

Dessa forma, é com o processo de urbanização no contexto europeu e estadunidense que se desenvolve a preocupação com práticas de contravenção realizadas na periferia das grandes cidades, que passa a ser considerada como violenta, recebendo o nome genérico de *violência urbana*.

Assim, é no início do século XX que se desenvolvem novas teorias sociais que visam responder ao fenômeno crescente da violência urbana. Uma das principais correntes de pensamento da época que abordou essa temática foi a chamada *Escola de Chicago* que buscou, por meio de diferentes abordagens, compreender a relação da criminalidade com o meio social no qual ela se desenvolvia.

No Brasil, de acordo com Zaluar (1999; 2002), apesar da existência de um processo de urbanização já acelerado, até os anos 1980 não há no país comoção pública em relação à temática da violência. Os estudos da época pautavam-se muito no estudo de movimentos sociais e, dessa forma, a temática aparecia mais frequentemente associada à violência estatal. O tema ganha importância quando passam a ser observados aumentos nos índices de criminalidade e violência em um contexto nacional de redemocratização. (ZALUAR, 2002).

¹⁰“violência”, in Dicionário Priberamda Língua Portuguesa <https://www.priberam.pt/dlpo/viol%C3%A2ncia> [consultado em 22-05-2017].

É nesse contexto, a partir da análise de uma realidade social que carrega as chagas históricas de quase quatro séculos de escravidão e, portanto, profundamente marcada pelas desigualdades sociais – acirradas por um processo de urbanização acelerado – que as teorias sociológicas que associam pobreza e violência ganham força.

A intersecção entre juventudes e violências, abordada com ênfase nas teorias criminológicas da Escola de Chicago, passam a ganhar destaque em âmbito nacional. A preocupação, nesse cenário, está orientada para os adolescentes e jovens que ficam ‘desassistidos’ por pais sobrecarregados com a garantia das condições mínimas de sobrevivência. Como veremos no capítulo 3, a legislação sobre a crianças e adolescentes no Brasil, até o início da década de 1990, lançava mão de olhar disciplinador e tutelar. Essa perspectiva esteve baseada, também, na preocupação com a possibilidade da fração pobre inserida nessa faixa etária envolver-se em atos criminais.

Mesmo na legislação que assegura a visão das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, observamos um recorte bastante específico em relação à situação social das pessoas à quem se destina prioritariamente essa legislação, mesmo que esse se pretenda universalizante.

11

Assim, o foco central da análise sociológica da violência passa a ser os jovens pobres, residentes das grandes periferias urbanas. Essa associação quase mecânica entre pobreza e violência, aliada ao fenômeno da urbanização acelerada como fator explicativo para a criminalidade urbana suscitou diversas críticas nas ciências sociais.

Os efeitos combinados da pobreza e da urbanização acelerada, sem que houvesse um desenvolvimento econômico necessário para oferecer emprego urbano aos migrantes e aos trabalhadores pobres, não são suficientes para compreender os conflitos armados que matam homens jovens. (ZALUAR, 2007, p. 34)

Uma análise mais contemporânea e menos determinística em relação ao papel das condições sociais para a prática da violência é apresentada nas teorias dos fatores de vulnerabilidade (ASSIS, 1999; CASTRO, ABRAMOVAY, 2004). Para os autores adeptos dessa chave interpretativa, sujeitos expostos à uma estrutura de oportunidades mais estreita teria debilidades em movimentos de mobilidade social e, por isso, estaria mais suscetível ao

¹¹ Analisaremos mais detalhadamente essa questão no capítulo 3, ao analisar tanto o histórico da legislação e das políticas públicas voltadas para adolescentes e jovens no Brasil, como a apresentação das medidas socioeducativas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

envolvimento em atos criminais. Essa estrutura de oportunidades mais estreita está relacionada com fatores como renda econômica, local de residência, etnia e cor da pele, gênero, dentro outro. A própria faixa etária poderia ser considerada um desses fatores de vulnerabilização.

[...] Vale a tese de que mais que uma população vulnerável, os jovens são uma geração vulnerabilizada, principalmente se pobres e que muitas dessas vulnerabilidades se reproduzem e se combinam, limitando também o estatuto de sujeitos de direitos e suas potencialidades para serem atores/atrizes do desenvolvimento (CASTRO; ABRAMOVAY, 2004, p.4)

Castro e Abramovay também frisam que “as materialidades que vulnerabilizam jovens e não jovens, hoje, combinam privações econômicas, mas não se limitam a essas: é econômica, é política e é cultural.” (2004, p.11)

Essas vertentes de estudo são bastante frequentes no ambiente socioeducativo, e encontram vazão especial no meio aberto, pela sua estreita relação com a política de assistência social, fortemente relacionadas com essa concepção. Abordagens como essa, deslocam o entendimento acerca de jovens envolvido em situação de violência, guardando-lhes um lugar de vítima de um sistema social ineficaz.

A própria natureza interventiva dessas políticas ajuda a compreender a preponderância de abordagens sobre a vulnerabilidade social. Como muitas vezes essas políticas estão dirigidas à população residente de periferias urbanas, que tiveram historicamente dificuldade em acessar seus direitos básicos, essas políticas assumem um tom de compensação. Ademais, para justificar a sua existência, necessitam ancorar-se na perspectiva de que sua atuação (na melhoria das condições de vida e de acesso à direitos), tenha um impacto social positivo atuando, inclusive, na redução dos índices criminais.

Contudo, essas abordagens também receberam importantes críticas dentro dos estudos sobre juventudes e violências, no sentido de não explicar o envolvimento de jovens não afetados por fatores de vulnerabilidade com a criminalidade e por potencializar uma perspectiva vitimizadora da juventude.

[...] essa perspectiva tende a privilegiar a relação entre juventude e violência de um enfoque predominantemente vitimizador, no sentido de que é na condição de *vítimas* das condições sociais de existência que esses jovens se encontram expostos, com maior frequência, a situações de violência, seja no âmbito doméstico, na convivência próxima com o tráfico de drogas, nos confrontos com a polícia etc. Porém, essa relação também pode analisada a partir do protagonismo dos jovens enquanto agentes de duas próprias trajetórias de vida, considerando-se também as motivações subjetivas e as interações positivas e negativas nos diversos âmbitos de sociabilidade (família, amigos, colegas de escola e de trabalho, vizinhança) que condicionam as ações. (PIMENTA, 2014, p. 271)

Foi necessária uma vivência cotidiana de pelo menos um ano na Casa da Juventude para que eu começasse a compreender como esses fatores macrossociais estavam ligados a questões muito particulares da trajetória de cada um desses jovens. Foi apenas depois de muitas conversas, de conhecer muitas histórias de vida, de conseguir aprofundar um pouco no debate para além do discurso que eles mesmos preparam para o diálogo com ‘agentes públicos’, que entendi o caráter processual e o papel dos pares de socialização no envolvimento infracional. Em algumas histórias esse papel ficará mais evidente, como no caso de Hugo.

Dessa forma, estudar o fenômeno da violência é admitir a sua multicausalidade e multidimensionalidade. As intersecções possíveis entre juventudes e violências mobilizam, no processo de sua construção, diversos fatores objetivos e subjetivos numa imbricada e complexa teia de relações, expectativas e ações.

La violencia es polisémica porque expresa múltiples significados, sentidos, a menudo concomitantes y otras veces contrapuestos. La polisemia expone también un permanente contrapunto entre lo subjetivo y lo objetivo. Entre las vivencias personales, que rescatan la opinión y pensamiento de los agentes y la malla social en que se entraman tales subjetividades. (MATEOS, 2015 p.6)

Conjunturas históricas como a consolidação da globalização econômica, financeira, política e cultural na qual estamos inseridos afeta diferentes dimensões da vida das pessoas, alterando fatores objetivos e subjetivos que se mesclam na conformação das trajetórias de vida.

Assim, autores como Beck (1997), apontam a sociedade orientada ao consumo, gerando uma subjetividade ancorada numa perspectiva individualista. De forma semelhante, Giddens (1997) sugere que vivemos um período de *autonomização* do sujeito, ao estarmos inseridos em uma sociedade de risco, com a possibilidade de ruptura dos contratos sociais a qualquer instante.

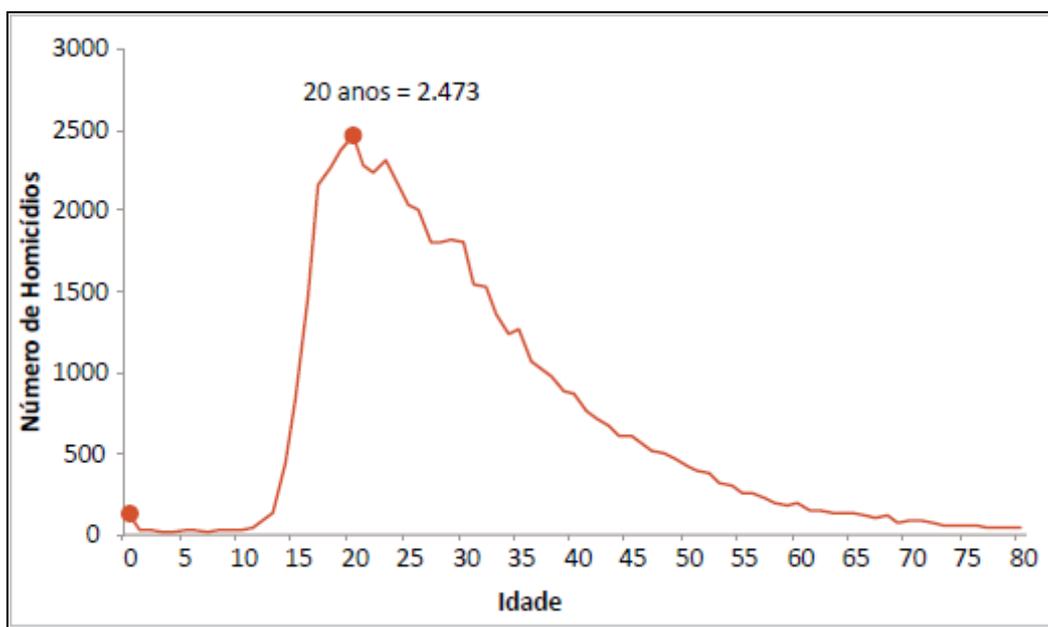
Assim, podemos falar que vivemos um cenário de deslegitimação do Estado e desprestígio do coletivo em relação ao individual. Esse ambiente aponta para práticas que visem o bem-estar individual, independente da sua legalidade ou ilegalidade.

Tavares dos Santos (2002) aponta, assim, para a emergência de uma sociedade fragmentada a partir de meados do século XX. Para o autor, os jovens foram os mais afetados pela ruptura dos laços sociais que integraram a sociedade moderna. No início do século XXI, as diferenças sociais que tomam forma de desigualdades profundas tornam-se mais visíveis graças aos processos de mundialização. Assim, jovens expostos a situações de desigualdade social seriam mais particularmente afetados por essa realidade de fragmentação social.

Esse cruzamento de fatores etários e sociais – atrelado, à fatores raciais - é reforçado por estatísticas criminais e vitimológicas, existindo um perfil bastante delimitado de vítimas e autores de violência.

Assim, como demonstra Waiselfisz (2014), o número de vítima de homicídios é maior na faixa etária compreendida como juventude, existindo um pico de casos aos 20 anos.

Figura 1 - Número de Homicídios por Idade Simples



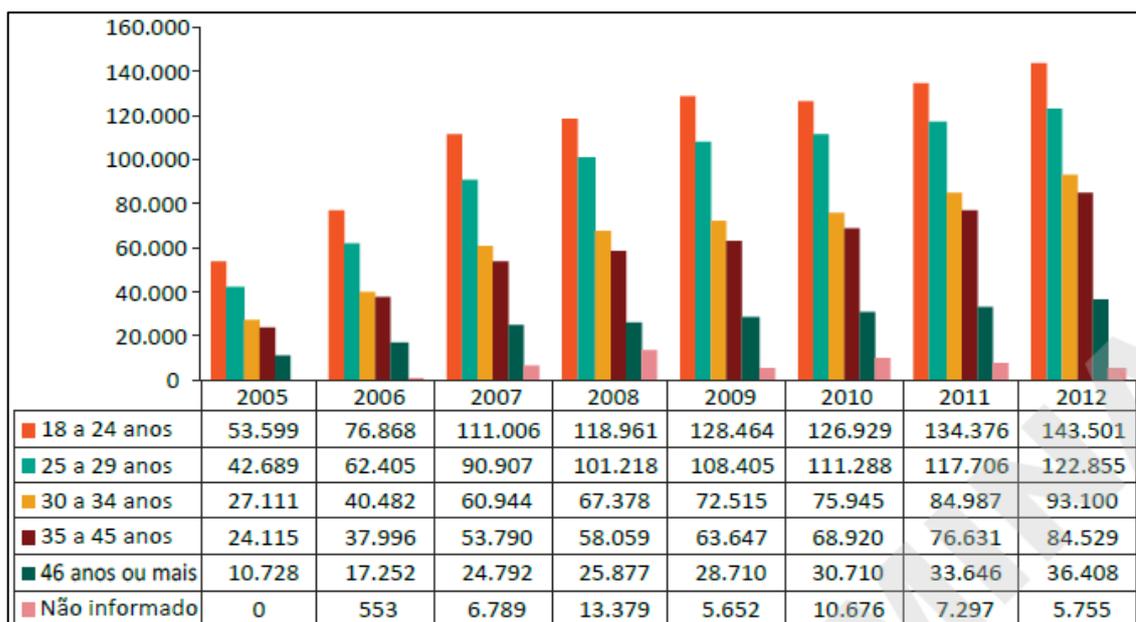
Fonte: WAISELFISZ, 2014, p. 70, com dados do SIM/SVS/MS.

Importante salientar a ressalva que o próprio autor retoma nessa publicação, expressa já desde o primeiro mapa da violência que evidencia a intersecção entre juventudes e violências, de que a presença de jovens dos índices de violência pode ser compreendida como um sintoma social.

Não acreditamos que a juventude seja produtora de violência. As novas gerações, mais que fatores determinantes da situação de nossa sociedade, são um resultado da mesma, espelho onde a sociedade pode descobrir suas esperanças de futuro e também seus conflitos, suas contradições e, por que não, seus próprios erros (WAISELFISZ, 1998 apud WAISELFISZ, 2014, p. 13)

Da mesma forma, de acordo com Mapa do encarceramento, há uma preponderância da presença de jovens no sistema prisional, fato evidente na seguinte figura:

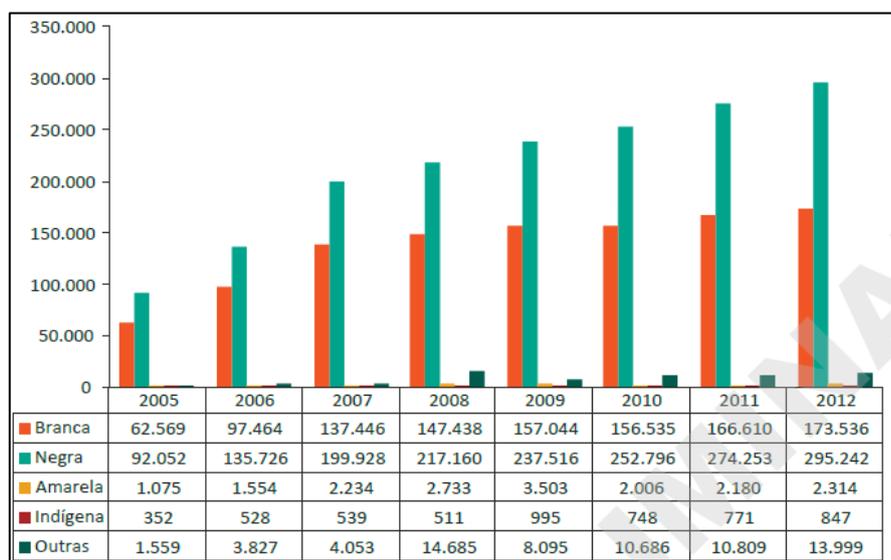
Figura 2 - População prisional segundo faixa etária Brasil, 2005 a 2012



Fonte: BRASIL, 2014, p. 24 com dados do InfoPen.

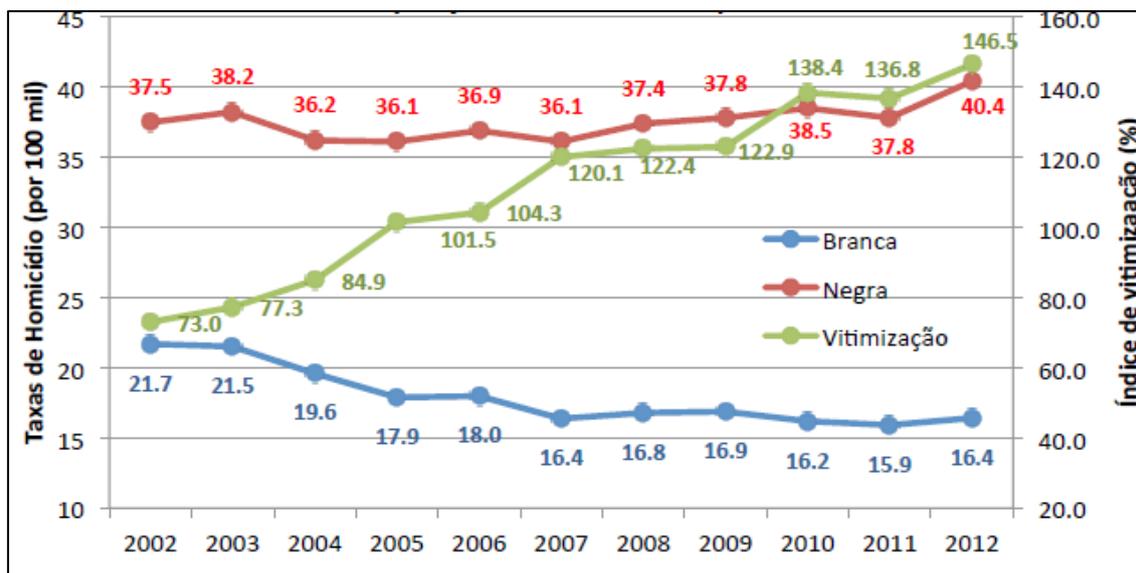
Há, também, uma semelhança marcante do perfil étnico-racial dos jovens encarcerados e dos jovens vítimas de homicídios, conforme demonstram as figuras a seguir.

Figura 3 - População prisional segundo cor/raça Brasil, 2005 a 2012



Fonte: BRASIL, 2014, p. 26, com dados do InfoPen.

Figura 4 - Taxas de homicídio branco e negro e vitimização negra. População total. Brasil. 2002/2012



Fonte: WAISELFISZ, 2014, p. 132, com dados do SIM/SVS/MS.

Para além de uma leitura determinista e essencialista, o mapeamento desse perfil de sujeitos mais marcados por trajetórias de violência evidencia um processo de *seletividade*, que seleciona não apenas os sujeitos a serem criminalizados, mas também os tipos legais e infracionais para os quais o sistema de justiça voltará a maior parcela de sua atenção.

Misse (2010), ainda aponta a existência de um processo de *Sujeição criminal* que reifica o rótulo de bandido em certos indivíduos, colocando-os como alguém localizado fora do mundo social, restando poucas alternativas e negociação identitária.

Assim, o cruzamento de fatores: idade, renda, raça e etnia não explica o envolvimento desses atores em situações violentas ou de práticas infracionais, mas pode explicar o porquê desse perfil ser tão preponderante nas estatísticas criminais e também no discurso social sobre a violência urbana.

Aspectos culturais e simbólicos também são fundamentais para a compreensão da violência enquanto fenômeno social. Mudanças na família, o afastamento de instituições de inserção social como a escola e o trabalho formal, ou mesmo a difusão de práticas violentas mesmo dentro dessas instituições de socialização são aspectos debatidos por cientistas sociais desde os primeiros trabalhos que se debruçam sobre a análise dessa intersecção e ganham espaço importante no debate contemporâneo.

Um dos primeiros autores a defender a importância de se olhar também para aspectos culturais para compreender a violência foi o sociólogo estadunidense Robert King Merton. Em

seu mais conhecido livro que, no Brasil recebeu o nome de *Sociologia: teoria e estrutura* (1968), o autor desenvolve a teoria de que a prática criminal pode ser compreendida como um fator de anomia social, como um dos modos de adaptação individual ao sistema social e cultural.

Segundo o autor, a sociedade possui uma *estrutura cultural* que estabelece metas a serem alcançadas como êxito econômico e ascensão social, ao mesmo tempo em que possui uma *estrutura social* que limita o acesso aos recursos necessários para se chegar à essa meta. Da contradição entre essas duas estruturas nascem modos de adaptação dos indivíduos, que Merton sistematiza em cinco categorias:

A *Conformidade*, que diz respeito ao indivíduo que consegue adaptar-se totalmente tanto à estrutura social quanto à estrutura cultural; *Inovação*, quando o indivíduo cede às metas culturais, mas utiliza de meios não institucionalizados para alcançá-las, como a prática criminal e infracional; *Ritualismo* representados pelos indivíduos que seguem as normas da estrutura social sabendo que isso implica em abdicar das metas culturais estabelecidas; *Retraimento* que fala sobre os indivíduos que deixaram de lado tanto as metas culturais como os meios institucionalizados para alcançá-las e, nesse sentido, vivem em uma espécie de evasão social, como alguns “psicóticos, artistas, párias, mendigos, bêbados crônicos e viciados em drogas” (1968, p. 227); Por fim, a categoria *Rebelião* que aglutina os indivíduos que procuram gerar uma nova estrutura social, com diferentes metas culturais e distribuição dos meios para alcançá-las, como é o caso daqueles que se engajam em movimentos revolucionários.

Assim, de acordo com a teoria de Merton (1968), a inserção em práticas criminais pode ser explicada pela existência de metas culturais universais simultaneamente a uma estrutura social que inviabiliza que todos os indivíduos as alcance.

Há também no Brasil produções que se dedicaram à importância dos aspectos culturais para compreender a criminalidade. Em um dos mais importantes trabalhos que discute a relação entre juventudes e violências, *A máquina e a revolta* (1985), Zaluar aponta para uma mudança simbólica na identidade masculina nas periferias, gerada a partir de alterações na conjuntura econômica e na reorganização dos papéis familiares. Para a autora, os jovens moradores das periferias brasileiras viram seus pais trabalharem incessantemente sem que isso significasse uma melhoria social e, por isso, nutrem uma sensação de *revolta* com o sistema social, estimulando o surgimento de um *etos guerreiro*, pautado em uma moralidade baseada na “vida fácil” e não mais na “ética do trabalho”, deixando os jovens vulneráveis ao crime organizado presente nesses territórios.

É necessário, contudo, ressaltar uma tendência à homogeneização da identidade masculina nessa teoria e pensar que, hoje, é mais apropriado pensar em identidades masculinas em conflito e em disputa. Assim, conforme aponta Pimenta, “a inter-relação entre gênero, raça e classe produz *masculinidades múltiplas*, marcadas por relações de dominação entre masculinidades hegemônicas e subordinadas, coniventes com e marginalizadas em relação a formas hegemônicas.” (2014, p. 716)

Outro trabalho que merece destaque na dimensão simbólica e cultural da violência é o de Machado da Silva (2008), *Vida sob o cerco*. Para o autor, os aspectos decorrentes das desigualdades sociais presentes no país geraram uma nova ordem social, marcada pelas “quebras de rotina” que caracterizam a violência urbana. Essa nova ordem social não substituiu, mas convive com a ordem social hegemônica e é pautada no que Machado da Silva chama de *sociabilidade violenta*, ou seja, na substituição da negociação pela força. O resultado dessa sociabilidade seria o que o uso da força deixa de ser encarado como meio para obtenção de recursos, e passa a ser um princípio de atuação.

Autores como Lyra (2013) criticam a forma como a violência passou a ser encarada como repertório cultural rígido dos jovens da periferia brasileira a partir da teoria da sociabilidade violenta. Para Lyra, torna-se importante destacar que a atuação desses *meninos* não é esvaziada de afetividade. Ao contrário, em seu viver cotidiano, são mobilizados sentimentos, laços e vínculos.

Os fragmentos de vida acompanhados na realização da pesquisa de campo dessa dissertação apontaram, também, para uma nova perspectiva de compreensão do engajamento de jovens em atividades ilícitas. A partir de um cenário adverso, onde essas trajetórias se desenrolam, observei profunda dificuldade por parte desses jovens em projetar futuros diferentes daqueles vividos pelas pessoas mais próximas de sua socialização. Esse fenômeno demonstrou-se fundamental na compreensão da relação desses jovens com a criminalidade, como veremos no decorrer desse estudo.

Assim, como já apontou Pais (2001; 2003), vivemos um processo de *desfuturização* do futuro, com uma tendência ao enraizamento no presente. De acordo com Pimenta (2014, p.275), compreender esse processo, associado a um crescente busca pela satisfação imediata dos prazeres, seria uma possibilidade interpretativa das condutas violentas e delituosas de jovens.

Esses aspectos serão abordados com maior precisão nos capítulos destinados à análise dos fragmentos biográficos. Entretanto, aponto aqui que aspectos materiais, simbólicos e

subjetivos alteram as trajetórias juvenis e, por vezes, acabam marcando essas trajetórias por episódios de criminalidade e violência.

De alguma maneira, a violência só pode ser explicada pela associação dessas categorias: crime organizado internacional, difusão de valores consumistas e individualistas, crescimento desenfreado da cidade que não permite o acesso igual aos bens de consumo, mentalidade institucional das forças policiais voltadas para a construção de um inimigo facilmente identificável, longa duração de violência privada na conformação histórica brasileira, fraca integração social, conflito geracionais, ausência de atuação estatal em determinados setores da sociedade, dificuldade em visualizar possibilidades de futuro por parte das trajetórias de cerceamento que vivem as camadas populares.

Compreendendo a sua multicausalidade e complexidade, a violência não pode ser compreendida explorando apenas uma dessas variáveis. Da mesma forma, a intersecção entre juventudes e violências não pode ser explicada de forma simples. Os estudos sociológicos que olham para esse fenômeno que intersecciona juventude e violência – com raríssimas exceções – tende a ser parcial e focar uma das esferas desse mosaico. Essa parcialidade não é sinônimo de ineficiência, mas de compreensão de que apenas analisando com cautela e profundidade cada uma dessas variáveis, poderemos ter uma visão mais ampla dessa cruel realidade.

Assim, é nesse constante jogo de contradições e tensões entre o subjetivo e o objetivo que vão se construindo as trajetórias juvenis mobilizadas no campo dessa pesquisa. A prática de ao menos um ato infracional – e, portanto, a sua inscrição na área da violência urbana – é o ponto que une essas biografias.

2.4 Juventudes e Políticas Públicas

A *Juventude*, enquanto categoria social tem ganhado destaque nas pautas de políticas públicas e projetos sociais em escala global, tornando-se um “campo de intervenção com visibilidade política, não apenas nas ações governamentais, mas também em relação ao terceiro setor¹²”. (DESIDADES, 2017, p.7)

O investimento social nessa categoria seja como política pública, seja como projeto social realizado em parceria com entidades não estatais, traz como justificativa principal a

¹² Terceiro Setor é um termo sociológico utilizado para definir organizações de iniciativa privada, sem fins lucrativos e que prestam serviços de caráter público.

necessidade de desenvolver ações frente a um problema social constituído partindo das intersecções entre juventudes e violências.

A última década do século XX e os primeiros anos do XXI têm assistido ao incremento de certas ações, designadas como políticas sociais, públicas ou governamentais. Essas intervenções surgem a partir da criação de um problema social, concernente a um grupo social – a juventude –, com um comportamento avaliado como violento. Configura-se, assim, a elaboração de um problema – juventude violenta – e de atores sociais – jovens violentos – que passam a demandar intervenções, dirigidas à resolução dessa problemática. Em oposição a este ator social específico, é formulado o objetivo e o resultado das políticas públicas: a condição de cidadania da juventude. (CASTRO, 2009, p.14)

De igual modo, é crescente o campo de estudos que busca tanto compreender quais são as concepções de juventude envolvidas nas políticas, programas e projetos, bem como quais as diretrizes de intervenção com esse público e quais os efeitos produzidos por essas intervenções, tanto na dinâmica social, como na vida dos jovens.

Mesmo que hoje as políticas voltadas para a juventude envolvam diversos setores, departamentos e pautas, o histórico de intervenções voltadas para esse público envolve, principalmente, as áreas de segurança e assistência e atua, inicialmente, em ações voltadas para crianças e adolescentes. Nos próximos parágrafos pretendo retomar brevemente o histórico da intervenção pública para esse setor, como o intuito de compreender como as figuras de jovens e adolescentes vão sendo construídas em determinados períodos no país. Para tanto, utilizarei a divisão histórica proposta por Veronese (1996) que classifica as ações para crianças e adolescente em quatro etapas ou períodos históricos, além de diferentes autores que trabalham com a temática e apontam particularidades de cada período.

A primeira etapa, conhecida como *Caritativa-Religiosa*, condiz à forma como crianças e adolescentes eram compreendidas pelo poder público no período que inicia com o descobrimento do Brasil em 1500 e termina com a proclamação da República em 1889. Nesse momento, marcado por uma concepção cristã de assistencialismo. A pouca intervenção pública voltada para o público infante-juvenil nesse período refere-se, sobretudo, as crianças órfãs, tendo como principais ações as “rodas dos enjeitados” ou “roda dos expostos”. Do ponto de vista penal, em 1830, é promulgado o Código Penal do Império, que considera plenamente imputáveis pessoas a partir dos quatorze anos e relativamente imputáveis pessoas de 07 a 14 anos, caso tenham cometido crime com discernimento, segundo avaliação do Juiz.

O segundo período, compreendido desde o início da República até os primeiros meses de 1964 é chamada de *Filantrópico-científico-higienista*. Esse título deve-se a proliferação de ideais de racionalidade científica e de disciplina no tocante à concepção sobre adolescentes. Nesse período, o foco da intervenção estatal para crianças e adolescentes é a educação voltada para a capacitação profissional, em concordância com o desenvolvimento de princípios da modernidade. Nesse sentido, os adolescentes que não se encaixavam no perfil de *trabalhador em formação* com facilidade caíam no rótulo de delinquente. A criação do primeiro juizado de menores da América Latina, em 1923 tem como pano de fundo essa necessidade de *disciplinarização* da vida juvenil.

O principal mecanismo jurídico dessa atuação é o Código de Menores promulgado em 1927, também conhecido como Código Mello de Mattos. Segundo suas diretrizes, os *menores* (pessoas com idade inferior a 18 anos) que apresentassem comportamento diferente do aceitável socialmente seriam julgados por um novo ator de intervenção jurídico-social: o Juiz de Menores. A ação assistencial teve, nesse período, a esfera jurídica como protagonista e previa ações como a internação para adolescentes que tivessem como *desvio social*, por exemplo, a pobreza extrema.

Conforme salienta Kreher (2012), o início do século XX pode ser caracterizado como o momento de consolidação do aparato jurídico para juventude e infância no Brasil:

Pelo impacto social, consideramos que o Brasil inventa no início do século XX o seu *modus operandi*, a sua forma de olhar, pensar, falar e investir, do ponto de vista da política pública e/ou social, à infância e juventude. Assume que as questões relativas a esta população são em primeiro lugar matéria de lei, processo e sentença; investe os juízes de um poder quase sobrenatural capaz de fabricar saberes/poderes sobre quem são estas pessoas e como administrá-las. (KHERER. p.3)

Data desse período, também, a consolidação de parcerias entre o Poder Público e o setor privado para o desenho das políticas de infância e juventude, que serão executadas especialmente por entidades beneficentes e religiosas. Essa mescla de competências de interesses e responsabilidades marcará as políticas de infância e juventude no Brasil até hodiernamente.

É a partir da década de 1940 que as ações públicas deixam de olhar com exclusividade para a infância e a adolescência e a juventude começa a aparecer como objeto de atenção, principalmente orientado para a inclusão no mercado de trabalho, como a fundação do chamado *Sistema S*.

Se até os anos 30 a abordagem predominante – ou mesmo exclusiva – voltava-se à infância e à adolescência, na década de 40, os jovens passam a ser objeto de atenção, como resultado das exigências do mercado quanto à formação e qualificação da força de trabalho. Pela primeira vez, o Estado apoiava ações destinadas à formação dos segmentos jovens para o trabalho técnico, ainda que mantivesse intervenções destinadas ao controle e amparo de parcelas dessa população. Assim, ao lado de instituições destinadas à tutela de menores abandonados e/ou infratores e de promoção de assistência e amparo, representadas pelo Serviço de Assistência ao Menor – SAM10 (1940) e pela Legião Brasileira de Assistência – LBA(1942), foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (1942), o Serviço Social da Indústria– SESI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, em 1946. (BELLUZZO; VICTORINO, 2004, p.11)

Se na década de 1950 a pressão dos mecanismos internacionais pela consolidação de direitos humanos fundamentais trouxe para o cenário brasileiro um acirrado debate sobre a intervenção voltada aos “menores”, o Golpe de Estado ocorrido em 1964, com a instauração de uma ditadura civil-militar que perdurou no país por 25 anos interrompeu esse processo, gerando retrocessos no debate sobre a temática. Esse período caracterizou-se por um avanço dos setores mais conservadores da sociedade, uma forte repressão aos opositores e um grande alinhamento com a política econômica estadunidense.

Assim inicia-se o terceiro período, chamado por Veronese (1996) de *militar-científico*, que mantém como concepção a intervenção racional e científica, contudo caracteriza-se, também, pela ampliação da intervenção do Executivo Nacional, tornando a atuação junto a adolescentes um assunto não apenas do judiciário. Assim, durante a ditadura militar, o *menor abandonado e/ou infrator* “passa a ser tratado como um problema de segurança nacional, prevalecendo às medidas repressivas que visavam cercear os passos dos menores e suas condutas ‘antissociais’”. (FIGUEIREDO, 2016, p. 27).

Com o intuito de centralizar a intervenção com adolescentes na União, é fundada ainda em 1964 a FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor), bem como as FEBEMs (Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor), localizadas nos estados do país. Em 1979 é promulgado um novo Código de Menores, que consolida a chamada Doutrina da Situação Irregular.

A concepção que embasou esse debate no cenário acima descrito caracterizou-se por uma culpabilização das famílias pobres que por 'não possuírem competência' para a tutela adequada dos 'menores', eram as responsáveis pelo seu ingresso em trajetórias desviantes. Sobre a chamada *Doutrina do Menor em Situação Irregular*, Cecília M.B. Coimbra e Lygia S.M. Ayres alegam que:

Por situação de/em risco, definiu-se no novo Código, dentre outras, a incompetência da família pobre, expressa na falta ou carência de recursos financeiros para a manutenção de seus filhos, entendida pelos formuladores da Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM), então em vigor, como condição particular de grande parte da população brasileira. Ou seja, como problema meramente individual e não cabia ao Estado responsabilidade sobre o quadro social. A ele, cabia, apenas, a tutela dessas crianças e jovens pobres, à medida que deles as famílias apresentavam-se, segundo o modelo proposto no Código, como incompetentes e desestruturadas para tal função social. (COIMBRA; AYRES, 2009, p.62)

Dessa forma, um dos indicadores emblemáticos desse período foi o grande crescimento das internações compulsórias que Coimbra e Ayres caracterizaram como *galopante*. Segundo as autoras, podemos observar durante a década de 1970 “a abertura de inúmeros estabelecimentos para abrigar, em condições desumanas, os filhos da pobreza” (2009, p.62). Essa medida além de estigmatizar e rotular as crianças e adolescentes pobres acabava por apartá-los de seus vínculos afetivos, ao gerar um afastamento compulsório de suas famílias.

Durante todo o período compreendido como ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), ocorreram mobilizações sociais em defesa dos direitos humanos, que foram fortemente reprimidas. Durante os anos 80, contudo, podemos observar uma ascensão dos movimentos pró- democracia, que garantiram a essa década um clima de efervescência social e cultural no país. As mobilizações que envolveram diversos setores da sociedade brasileira tensionaram o cenário político nacional garantindo em 1985 o início do processo que ficou conhecido como *redemocratização*.

Essa conjuntura oportunizou a ascensão de temas vinculados à noção de cidadania, incentivando a participação popular em variados processos importantes da época, como é o caso da formulação e promulgação de uma Nova Constituição, em 1988, que não por acaso ficou conhecida como *Constituição Cidadã*. Dois anos depois, muito influenciada por esse contexto de mobilização social, é promulgada a lei que é considerada, até hoje, o principal marco jurídico sobre a população menor de 18 anos: o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesse cenário emerge o quarto e último período apresentado por Veronese (1996) conhecido como *democrático-humanista* ou da *proteção integral*. Se até os anos 1990 os textos legais e políticas públicas eram orientados à “questão do menor”, agora há uma mudança discursiva, e política com a substituição do termo “menor” para “criança e adolescente” (Coimbra e Ayres, 2009).

O Estatuto da Criança e do Adolescente afirma o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento. Apesar da noção de

“desenvolvimento” ser passível de diversas críticas, por sugerir que esse sujeito ainda não está completo, o reconhecimento de direitos específicos para crianças e adolescentes pode ser considerado um grande avanço em termos de construção de uma vida mais digna para esses setores. Fundamentado pela *Doutrina da Proteção Integral*, consagrada na Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), o ECA considera crianças as pessoas de 0 a 12 anos e adolescentes as pessoas de 12 a 18 anos.

Saraiva (2006), defende o ECA como uma legislação que rompeu com os procedimentos anteriores do menorismo ou Doutrina de Situação Irregular. Todos os seres humanos com menos de 18 anos, independente da sua condição familiar, social ou econômica, “passam a ostentar a condição de sujeitos de direitos, trazendo no bojo desta conceituação a superação do paradigma da incapacidade para serem reconhecidos como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento”. (SARAIVA, 2006, p.18).

Segundo Patrice Schuch (2009), o Estatuto da Criança e do Adolescente, ancorando-se na Doutrina da Proteção Integral, também define a participação da família e da comunidade como um dos marcos estratégicos:

A nova legislação (...) integra o processo de disseminação global dos chamados “direitos das crianças” que, do bojo da imergente retórica universalista dos “direitos humanos”, visa ampliar a noção de cidadania para todas as crianças e adolescentes, tornando-as sujeitos de direitos. Aparece em um contexto de democratização da sociedade brasileira, ampliando a participação da família e da comunidade nas políticas de atenção dos direitos da criança e adolescente através da orientação para a implantação de instâncias de participação federal, estaduais e municipais. (SCHUCH, 2009, p.129)

Do ponto de vista infracional, de acordo com o ECA, as crianças (0 a 12 anos) são consideradas inimputáveis, e os adolescentes de 12 a 18 anos são penalmente responsáveis caso cometam algum ato infracional, compreendido como “conduta descrita como crime ou contravenção penal” (Brasil, 1990, p. 52). Para a execução das medidas de responsabilização penal previstas para essa faixa etária é criado todo um aparato envolvendo o sistema de justiça, instituições públicas para a execução das medidas de meio fechado e gestão das medidas de meio aberto, além de entidades civis envolvidas na execução das medidas de meio aberto. Na próxima seção, o sistema criado para a execução das medidas será apresentado com mais detalhamento.

Ao analisarmos o percurso das políticas para a juventude, é possível perceber que a predominância a intervenção assistencial em relação a esses sujeitos que, para autores como Liana de Paula (2015), coloca-se em oposição à inscrição de cidadania plena.

Nesse sentido, podemos afirmar que, apesar de formalmente considerados como *sujeitos de direitos*, os jovens aparecem - no contexto tutelar, que por vezes recai a assistência - como vítimas de uma vulnerabilidade social que *os* coloca em *riscos* e que essa lógica justifica, com frequência, o envolvimento em práticas infracionais como consequência exclusivamente de uma trajetória de privação de direitos e inserção em contextos vulneráveis. (VIDAL; KOERICH, 2017)

Apesar de já no ECA haver o reconhecimento de jovens como sujeitos prioritários, é somente no ano de 2010 que temos o termo “juventude” incorporado expressamente na Constituição Federal, por meio da Emenda Constitucional nº 65, que define, também, o Estatuto da Juventude como instrumento capaz de regular os direitos dos jovens e articular as diferentes esferas do poder público na execução de políticas à juventude.

Em termos de agenda política, a temática da juventude aparece com ênfase já na década de 90 a partir dos “esforços de pesquisadores, organismos internacionais, movimentos juvenis e gestores municipais que enfatizavam a singularidade da experiência social desta geração de jovens” (BRASIL, 2006). Contudo, como boa parte das discussões sobre a temática nesse período concentraram esforços na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente, as ações e políticas voltadas para a juventude se restringiam ao atendimento do jovem de até 18 anos. Não obstante o considerável leque de ações orientadas ao público juvenil, a preocupação central é a de prevenir o envolvimento de jovens na criminalidade urbana por meio de atividades de elevação da escolaridade e a inserção no mercado de trabalho.

A resposta governamental a essa situação tem se dado por meio de políticas de valorização da formação educacional básica, por um lado, e por programas destinados a promover as primeiras experiências no mundo do trabalho, por outro lado. No entanto, os investimentos na educação básica, indiscutivelmente de grande importância, não têm se mostrado suficientes diante da atual dinâmica do mercado de trabalho. (BELLUZZO; VICTORINO, 2004, p.14)

Em 2005 é criada a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), como resultado de um Grupo de Trabalho Interministerial que reuniu 19 ministérios com o intuito de construir uma Política Nacional de Juventude. No mesmo ano é criado o Conselho Nacional de Juventude

(CONJUVE) como espaço de diálogo sobre a temática também com a sociedade civil, formada por representantes do poder público, de movimentos sociais e de entidades não governamentais.

Muitas foram as políticas públicas e projetos sociais desenvolvidas para a juventude após esse período, contudo, ainda faltam sistematizações dessas ações e pesquisas que consigam compreender quais são as principais concepções de juventude mobilizadas em cada uma delas e demonstrar, a partir de evidências, quais os seus impactos e efeitos.

Ao retomar diferentes autores, Groppo (2017) explicita a existência de duas concepções de juventude na formulação de políticas públicas no Brasil: a juventude como problema social e os jovens como sujeitos sociais. Para o autor, essas concepções se apresentam como “polos extremos na práxis das instituições socioeducativas e das políticas públicas” (2017, p. 12). Na primeira concepção, a juventude aparece marcada pela “figura do perigo, risco ou regressão às drogas, à promiscuidade e à violência”. Já em relação à segunda, o autor salienta que o conceito tende a “reconhecer a importância de se ouvir, entender e considerar as vozes juvenis no mundo público”. (2017, p.12)

Na tensão existente entre os enfoques de risco e de sujeitos de direitos, podemos observar na contemporaneidade do caso brasileiro a intersecção dessas duas concepções na formulação e implementação das políticas voltadas à população jovens no país. Essa tensão pode ser compreendida como um dos paradoxos que permeiam as políticas de juventude no cenário latino-americano, conforme aponta Rodríguez:

La reflexión sobre las notorias contradicciones existentes entre la lógica con la que funcionan las principales políticas sectoriales de juventud (influenciadas claramente por los enfoques de riesgo) y los intentos por construir políticas integradas de juventud (procurando trabajar prioritariamente con enfoque de derechos) evidenciando – en todo caso – apenas una de las principales “tensiones y paradojas” que afectan estas particulares dinámicas en el campo de las políticas públicas, prácticamente en todos los países de la región. (RODRÍGUEZ, 2015, p. 27)

É nesse cenário de tensões e convivências de diferentes concepções de juventude que as políticas públicas vão sendo construídas e reconstruídas, envolvendo cada vez mais diferentes setores, como a saúde, a educação, a segurança e a assistência. A convivência dessas concepções habita tanto as ações concretas quanto o plano simbólico.

O desafio é reorientar as políticas de juventude na direção de um modelo de jovens cidadãos e sujeitos de direito, que deixe paulatinamente para trás enfoques como o do jovem problema que ameaça a segurança pública. E isso requer um esforço a mais no plano simbólico (BANGO, 2003, p. 50).

A participação de jovens na própria formulação das políticas públicas voltadas para esse setor é apontada como uma das necessidades ao compreendê-los como sujeitos de direitos. Essa mudança marca um possível deslocamento da política *para* juventude em uma política *de e com* a juventude.

Os programas sociais, desde sua formulação, não chegam a conceber seus beneficiários como sujeitos da ação, embora, por vezes, incluam entre os objetivos propostos o resgate da cidadania. As metas destinadas à promoção da cidadania, quando de fato contempladas pelas políticas públicas, costumam ocorrer dentro dos limites da implantação dos programas. Apesar de restrita, essa prática constitui oportunidade de imprimir mudanças na maneira de lidar com as populações-alvo das ações governamentais e de conceber o papel das políticas sociais. [...]

No entanto, a inflexão na forma de conceber o sujeito da política exige algum grau de superação da racionalidade puramente instrumental, que costuma nortear as ações públicas e que se caracteriza por visar soluções imediatas a problemas formulados a partir da constatação de “sintomas que causam mal-estar social”. Trata-se de construir outra racionalidade, que tenha, no sujeito atendido, a contrapartida da ação, prevendo mecanismos para sua participação no processo em curso e formulando indicadores capazes de apurar os resultados dessa participação, tanto para a população quanto para o desempenho do programa. Nessa direção, a literatura especializada chama a atenção para a necessidade de a ação pública com viés social ter como premissa o conhecimento prévio dos jovens-alvo da política implantada. (BELLUZZO; VICTONINO, 2004, p.13-14)

Se nas políticas públicas em geral o protagonismo juvenil é secundarizado, naquelas voltadas à execução de medidas socioeducativas essa ausência é ainda mais marcada, devido a grande associação dessas com a lógica tutelar e com a ideia de que o jovem “que fez algo errado” não pode ter autonomia para construir seus projetos de futuro.

Mesmo que ainda iniciais, os avanços nesse quesito são observados nas políticas de juventude. Ações e a ideia de um *protagonismo juvenil* estão presentes em um número crescente de políticas e projetos sociais. Na Casa das Juventudes, conforme será exposto em capítulo específico, houve alguns espaços de ações protagonizadas por jovens, como as Assembleias, mesmo que se caracterizem como um espaço pontual, ainda longe de ser compreendida como uma construção *com* as juventudes.

As medidas socioeducativas

A intervenção pública sobre o adolescente no país teve, desde seus primórdios, uma forte preocupação na relação entre juventude (inicialmente a adolescência) com a criminalidade. Conforme a retomada histórica da legislação sobre essa população nos

demonstrou, a presença de parâmetros de uma intervenção punitiva ou sancionária para aqueles jovens e adolescentes que praticaram crimes ou contravenções foi uma constante.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1991, considerado o principal marco jurídico contemporâneo voltado para essa população, considera o ato infracional uma conduta descrita como crime ou contravenção penal e dispõe sobre os direitos, as garantias e as possibilidades de intervenção sobre os adolescentes que o cometeram. Para esses jovens de até 18 anos (considerados penalmente inimputáveis) são previstas as *medidas socioeducativas*.

De acordo com o ECA, verificada a prática de ato-infracional, a autoridade competente poderá aplicar seis modalidades diferentes de medidas socioeducativas: Advertência; Obrigação de reparar o dano; Prestação de serviços à comunidade; Liberdade assistida; Inserção em regime de semiliberdade; Internação em estabelecimento educacional. (1991, p. 54) Essas modalidades são divididas em dois grandes grupos: as medidas que envolvem privação de liberdade (inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional) e as demais que são chamadas de medidas de *meio aberto*.

O quadro a seguir demonstra a descrição geral de cada uma das modalidades de medida socioeducativa, presente no ECA:

Quadro 1 - Modalidades de Medida Socioeducativa previstas no ECA

Caráter	Modalidade	Descrição
Meio Aberto	Advertência	Admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.
	Obrigação de reparar os danos	Restituição da coisa, ressarcimento do dano, compensação do prejuízo da vítima.
	Prestação de Serviços à Comunidade	Realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.
	Liberdade Assistida	Acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente por parte do orientador, visando a sua promoção social, o monitoramento de sua frequência e desempenho escolar e a inserção no mercado de trabalho.
Meio Fechado	Semiliberdade	Regime de restrição da liberdade, que envolve a realização de atividades externas, independente de autorização judicial.
	Internação¹³	Medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

¹³ Entendida como a medida socioeducativa mais agravada, a internação só pode ser aplicada quando: “I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; II - por reiteração no cometimento

O Estatuto da Criança e do Adolescente discorre muito brevemente sobre cada uma das medidas socioeducativas e não versa sobre a sua execução de fato, detendo-se apenas a apontar algumas diretrizes gerais para a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, como a municipalização do atendimento; a criação de entidades de controle social da temática, como conselhos municipais, estaduais e nacionais de direitos da criança e do adolescente; e a criação de programas específicos visando à descentralização política-administrativa.

A necessidade de garantir a articulação entre todos os atores envolvidos na execução das medidas socioeducativas em território nacional gerou um amplo processo de discussão e debate sobre a temática, especialmente nos conselhos de direitos da criança e do adolescente. Em 2006, o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA – e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República publicaram o documento *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)*, que teve como propósito apontar diretrizes de funcionamento de um Sistema Nacional sobre a temática.

Apenas em 2012 o Sistema é instituído legalmente (Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012). O SINASE, dessa forma, organiza a execução das medidas socioeducativas em território nacional, garantindo a existência de parâmetros comuns nessa execução. Uma das principais características da execução prevista é o fato de que devem ser pautadas em um plano de atendimento orientado para cada jovem, chamado de Plano Individual de Atendimento (PIA).

Segundo dados do Censo do Sistema Único da Assistência Social, disponibilizados pelo Levantamento do SINASE de 2012, 88.022 jovens cumpriam medida em meio aberto naquele ano, e 20.532 cumpriam medidas envolvendo privação e liberdade (SINASE, 2014, p.11). No Levantamento de 2014, publicado em 2017 o número de adolescentes em cumprimento de medidas de meio aberto era de 65.649 e o de adolescentes em regimes de provação ou restrição de liberdade era de 24.628. (SINASE, 2017, p.15)

Assim, os dados indicam uma redução do número de medidas de aberto, simultaneamente ao aumento do número de medidas envolvendo restrição ou privação de liberdade. Esse fenômeno pode ser observado de diferentes ópticas, mas aponta, sobretudo, para

de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.” (BRASIL, 1991).

um endurecimento das sentenças da justiça juvenil. São necessários estudos – muitos deles já em realização - que investiguem as possíveis causas desse comportamento.

Contudo, apesar dessa mudança, os dados presentes nos levantamentos demonstram que as medidas de aberto seguem sendo maioria nas medidas socioeducativas. Em termos de pesquisa e de monitoramento, apenas os dados sobre Liberdade assistida e Prestação de serviços à comunidade são contabilizados, uma vez que as medidas de Advertência e de Obrigação de reparar o dano ocorrem dentro do sistema judiciário, dificilmente envolvendo outros atores sociais.

O último levantamento do SINASE demonstrou que o número de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade é basicamente equivalente ao número de jovens em cumprimento de Liberdade Assistida (respectivamente, 33.636 e 31.976).

Com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004, as medidas socioeducativas em meio aberto são definidas como serviço continuado pela Proteção Especial de Média Complexidade, envolvendo a execução e o acompanhamento das medidas de Prestação de serviços à comunidade e de Liberdade assistida. Assim, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são os responsáveis pela execução das medidas de liberdade assistida e pelo acompanhamento das medidas de prestação de serviços à comunidade, que pode ser executada no próprio CREAS, ou em algumas das unidades executoras conveniadas. As unidades conveniadas devem ser entidades públicas ou entidades não governamentais sem fins lucrativos. O campo de pesquisa dessa dissertação foi realizado em uma dessas unidades executoras, que será apresentada no próximo capítulo.

Uma das principais potências da execução de medidas socioeducativas de meio aberto, reside na possibilidade de construir com o jovem um acompanhamento que leve em consideração a sua vida e sua rotina dentro da comunidade em que reside, abordando a capacidade do jovem de decidir-se de forma autônoma frente às possibilidades de escolha, diferentemente das medidas de privação de liberdade que atua isolando os jovens das “possibilidades do mundo da rua”:

A contradição discursiva em relação aos objetivos da medida socioeducativa de internação reside no fato de que, ao realizar a opção pela institucionalização do jovem, ela impede que o mesmo desenvolva senso de responsabilidade sobre suas próprias opções de vida. (COSTA; CUNHA, 2017, p. 131)

A principal justificativa para a existência das medidas de prestação de serviços à comunidade é a ideia de que ao realizar tarefas de interesse público e ou filantrópico, o adolescente que praticou ato infracional estaria revertendo os malefícios que teria gerado para a comunidade, retribuindo em horas de trabalho.

Levando em consideração a concepção de socioeducação expressa no Estatuto da Criança e do Adolescente e defendida por célebres autores da área como Antônio Carlos Gomes da Costa, essa prestação de serviços deveria ser acompanhada por uma reflexão do jovem sobre o contexto em que essa prática é realizada, compreendendo sua prestação de serviços como uma retribuição social. Entretanto, por vezes, a prática da execução das medidas de Prestação de serviços à comunidade é marcada por afazeres descontextualizados, esvaziados de reflexão, onde para algumas unidades e para o jovem, a lógica que prevalece é cumprir logo as horas para que a medida seja concluída.

Os jovens que recebem essa modalidade de medida são acompanhados nos primeiros encontros pelo CREAS, onde é realizada a construção do seu Plano Individual de Atendimento e o jovem é destinado para alguma unidade executora. Na unidade, o jovem cumpre as horas de prestação de serviço estipuladas pelo Juiz. As tarefas a serem realizadas são determinadas pelo orientador da medida, pessoa da unidade responsável por acompanhar o trabalho do jovem e registrar as suas horas de execução. Ao CREAS cabe também supervisionar as unidades executoras, bem como informar ao Judiciário sobre o andamento da medida.

Importante salientar que desde o processo de municipalização das medidas de meio aberto, determinado no ECA, cada município acaba executando as suas medidas com algumas particularidades e especificidades. No próximo capítulo, ao apresentar a Casa da Juventude Mathias Velho e Harmonia, abordarei a forma como as medidas de Prestação de serviços à comunidade eram executadas por esse serviço.

3. REFLEXÕES DO COTIDIANO: APRESENTANDO O CAMPO DE PESQUISA

A descrição do campo de pesquisa é um processo fundamental para as ciências sociais. Assim, nesse capítulo apresentarei onde os dados que possibilitaram a análise dessa dissertação foram mais do que obtidos, e sim construídos no cotidiano dessa participação observante.

Descrevo inicialmente o Território da Paz Mathias Velho e Harmonia, como um espaço geográfico, mas também como o *locus* de uma Política municipal que teve como principal objetivo diminuir os índices criminais nas duas maiores periferias de Canoas (RS).

Inserido dentro do território (geográfico e político), o projeto Casa da Juventude é apresentado na seção seguinte, como forma de compreender quais os fluxos e em que espaços ocorreram as trocas entre a pesquisadora e os jovens que co-protagonizam essa pesquisa.

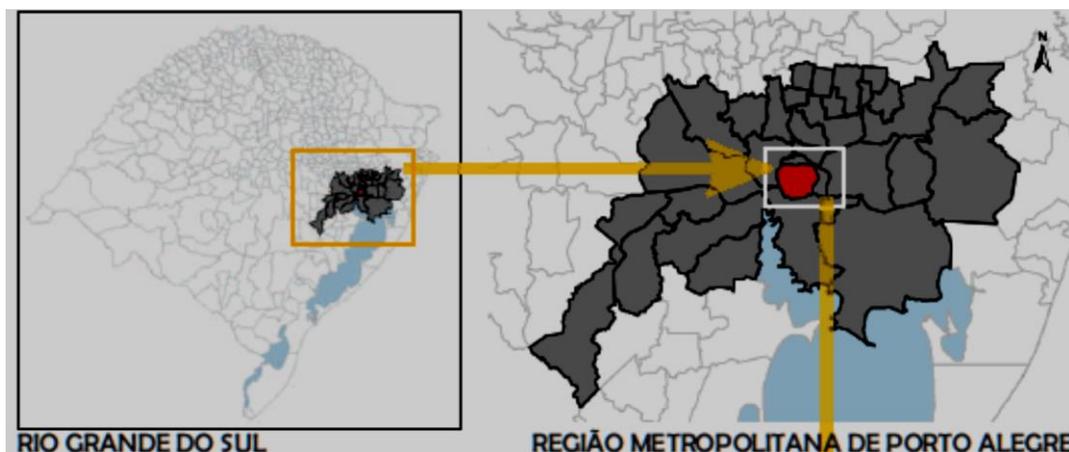
3.1 O Território da Paz Mathias Velho e Harmonia

Conhecer o território por onde essa pesquisa se constituiu torna-se fundamental e uma espécie de requisito para a inspiração etnográfica desse trabalho. Assim, busco aqui apresentar brevemente esse território com elementos de sua historicidade e também impressões despertadas na vivência cotidiana.

O Município de Canoas é considerado um dos mais importantes da região metropolitana de Porto Alegre, localizado a 14 km da capital do Rio Grande do Sul, possuidor do 4º maior PIB¹⁴ do Estado e de uma população aproximada de 350 mil habitantes, segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (2014). A imagem abaixo demonstra a localização do município tanto no Estado do Rio Grande do Sul, quanto na Região Metropolitana de Porto Alegre.

¹⁴ Produto Interno Bruto. É considerado como a “soma de todas as riquezas produzidas em um espaço definido”. Portal Brasil. (www.brasil.gov.br/economia-e-emprego)

Figura 5 - Localização do Município de Canoas



Fonte: Instituto Canoas XXI, 2012.

Segundo a publicação *Canoas em Dados* (Instituto Canoas XXI, 2012), o povoamento do município e o seu nome estão relacionados à construção de uma estrada férrea:

Seu povoamento teve início com a inauguração do trecho da estrada de ferro entre Porto Alegre e São Leopoldo que aconteceu em 14 de abril de 1874. Sua denominação deriva do nome dado, na época, à estação férrea - Capão das Canoas. A ideia tem origem a partir da confecção de uma canoa com uma grande árvore que havia no local. Esta canoa era utilizada para os serviços da sede. (INSTITUTO CANOAS XXI, 2012, p.3).

Interessante observar essa origem, uma vez que o município ainda hoje tem seu cotidiano marcado pelo sistema ferroviário. A cidade é *cortada* ao meio pelo Trem Metropolitano, popularmente chamado de *Trensurb*, nome da empresa pública que faz a sua operação.

Apesar de o trem estar presente em seis municípios da região metropolitana, Canoas é o município que tem sua dinâmica local (e também a identidade de seus moradores) mais marcada por sua presença já que o trem “dividiu a cidade em duas”, como costumam falar seus moradores. A figura a seguir demonstra a posição do trem nos municípios da Região Metropolitana por meio da linha contínua

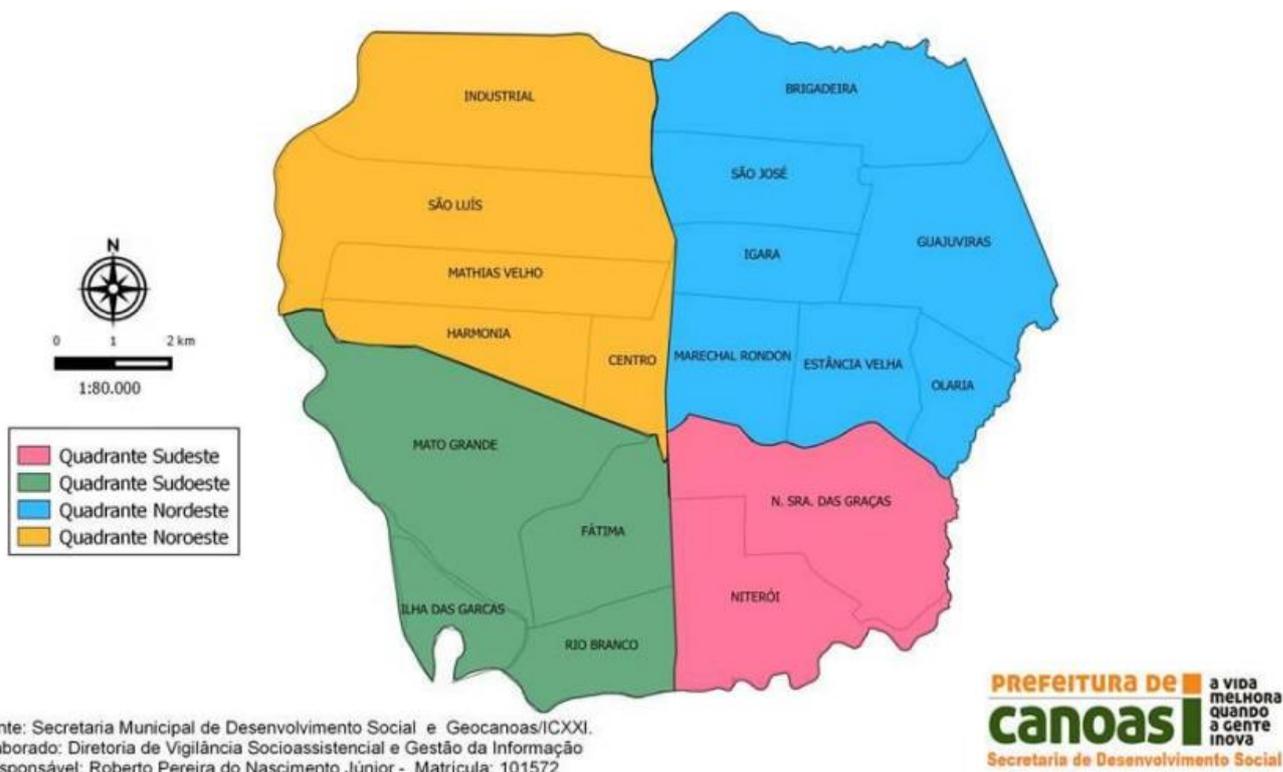
Figura 6 - Localização do Trem Metropolitano nos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre



De fato, a presença da linha férrea no meio da cidade dificulta o deslocamento de ônibus de uma região para outra. Assim, o município vive uma relação ambígua com o trem que ajuda no deslocamento para outros municípios da região (principalmente para a capital, Porto Alegre), mas também cria limites e fronteiras dentro do próprio município.

Essa dinâmica territorial consolidou-se também no oferecimento de serviços públicos e na organização municipal como um todo. Em termos administrativos, a cidade é dividida em quatro quadrantes, cada qual com um sub-prefeitura e com serviços específicos (como Conselho Tutelar, CRAS, etc). A figura a seguir mostra a divisão territorial dos quatro quadrantes, sendo que a linha que divide o município na latitude do mapa coincide com os trilhos do trem.

Figura 7 - Canoas - Divisão territorial por quadrantes



Como a linha que divide o mapa horizontalmente é abstrata, os deslocamentos sudeste/noroeste e nordeste/sudeste são realizados com facilidade por carros e ônibus. O mesmo não ocorre com o deslocamento leste/oeste. Dessa forma, nos casos em que não existem equipamentos públicos similares nos quatro quadrantes, há uma tentativa da gestão municipal de disponibilizar ao menos um serviço em cada uma dessas duas regiões.

Diferentemente do que ocorre com outros municípios da região metropolitana que estão bastante próximos geograficamente da capital Porto Alegre e que tem facilidade de acesso à ela (via trem, por exemplo), Canoas não é considerada uma cidade dormitório, mesmo que tenha essa título de forma bem presente em sua história (Viegas, 2010). Para além da economia bastante ativa, tendo predominância no setor de serviços, a dinâmica da cidade também é marcada pela presença de dois campi universitários que consolidaram hábitos de cidade universitária em partes do município: um do Unilasalle – Centro Universitário La Salle (localizado no Centro) e outro da Ulbra – Universidade Luterana do Brasil. (localizada no bairro São José)

Dessa forma, as regiões próximas aos campi seguem uma rotina de cidade universitária, o centro da cidade ainda mais, uma vez que também concentra parcela importante das atividades econômicas e da administração pública. Paralelo a isso, alguns bairros da cidade possuem uma

dinâmica própria, diferenciando bastante dessas regiões. Os bairros mais periféricos também reservam diferenças importantes entre si em relação à seu funcionamento cotidiano.

As duas regiões periféricas mais conhecidas (e maiores) são os bairros Guajuviras e Mathias Velho. Essas duas regiões também figuram como as mais afetadas pela violência, apresentando os maiores indicadores de homicídios, por exemplo. Em 2009, o município de Canoas passou a integrar o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania¹⁵, investindo em equipamentos de alta tecnologia para a o setor de segurança e na consolidação do Território de Paz do Guajuviras, envolvendo ações de prevenção à violência e à criminalidade. Nesse bojo, quatro projetos sociais foram instalados nesse território em 2010, visando a prevenção da violência: o projeto *Mulheres de Paz* previsto nas diretrizes do PRONASCI como iniciativa de capacitação de mulheres como lideranças comunitárias que pudessem difundir as concepções do programa; o *Protejo - Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável*, previsto no programa como formação de jovens como multiplicadores de cidadania; o *Núcleo de Justiça Comunitária* voltado a formação de agentes comunitários de mediação de conflito; e a *Agência da Boa Notícia*, projeto voltado à construção de uma comunicação cidadã, onde jovens são convidados a produzir notícias sobre questões positivas existentes em seu bairro, contrapondo os grandes meios de comunicação que geralmente noticiam apenas os problemas dessa região.

Para a execução do *Protejo* foi montado no território um equipamento específico para o atendimento juvenil que envolvia, além da execução do projeto, oficinas livres de arte e cultura para a população de 12 a 24 anos do território. O equipamento foi chamado de *Casa das Juventudes*. Os jovens que participavam das práticas formativas em cidadania do protejo deviam ter pelo de 15 a 24 anos, estar estudando, e ter 75% de frequência no percurso formativo. Em contrapartida, recebiam uma bolsa mensal de R\$ 100,00. Já os que participavam das oficinas não tinham exigência de escolaridade e não recebiam nenhum valor. Para ambos os públicos, além das oficinas o espaço oferecia atendimentos psicossociais.

A existência desses programas sociais no território, articulado com a implementação de um policiamento comunitário nessa região, contribuíram para a redução dos índices de

¹⁵ O PRONASCI foi um programa desenvolvido pelo Ministério da Justiça como “uma iniciativa inédita no enfrentamento à criminalidade no país” (Brasil, 2007, p. 1). Envolvendo esforços nacionais, estaduais e municipais, o projeto buscou articular políticas de segurança com ações sociais priorizando a prevenção e buscando “atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública.” (BRASIL, 2007, p.1)

violência no bairro Guajuviras nos anos que seguiram a implantação do Território da Paz, colocando o município de Canoas como um dos modelos do PRONASCI. Segundo dado do Observatório Municipal de Segurança Pública, divulgados pela Prefeitura Municipal, nos primeiros nove meses de 2011 o município apresentou uma redução 43% do número de homicídios se comparado aos mesmos meses de 2010. E no território do Guajuviras, essa redução foi de 73%, apresentando uma diminuição de 86,1% da proporção de jovens de 15 a 24 anos vítimas de homicídio (SALDANHA, 2011).

A partir da redução dos índices criminais observadas no bairro Guajuviras, em novembro de 2011 foi inaugurado em Canoas um novo Território da Paz (TP), envolvendo os bairros Mathias Velho e Harmonia que juntos contabilizam a maior população do município com cerca de 70.000 habitantes.

A execução do Território da Paz Mathias Velho e Harmonia guardou especificidades em relação ao TP já do Guajuviras, principalmente no tocante ao oferecimento de serviços. À semelhança deste, foram implementados naquele no território os projetos Mulheres da Paz e Núcleo de Justiça Comunitária. Também foi criada uma Casa das Juventudes, mas apenas para o atendimento juvenil por meio de oficinas, não sendo executado o percurso do Protejo. Também não foi desenvolvido o projeto *Agência da Boa Notícia*.

As diferenças e especificidades existentes na execução dos dois Territórios da Paz acompanharam a execução até o fim desses projetos, em 2017. Por vezes, essas diferenças tornaram-se pontos de tensão importantes entre as equipes dos dois territórios e mesmo entre os gestores. Mesmo com as diferenças na execução e no desenho das políticas dos dois territórios, por vezes, havia uma cobrança de padronização de número de formas de atendimento que parecia não se encaixar em duas realidades que eram distintas. Em outros momentos, havia certo desamparo institucional (com reuniões esparsas entre os projetos a gestão municipal) fazendo com que os projetos funcionassem de forma completamente diferente, o que também prejudicava o andamento da política.

Em certo ponto, as próprias diferenças culturais dos territórios contribuíam para a marcação das diferenças na execução. O Bairro Guajuviras tem em sua história e no seu cotidiano a marca de ter sido constituído como uma grande ocupação urbana, que culminou em uma atuação comunitária e no avanço do debate sobre a cidade e o direito à moradia. O bairro Mathias Velho, por outro lado, teve um processo histórico bastante diferente que envolve inclusive a sua denominação, advinda do nome do fazendeiro responsável por sua “fundação”.

Segundo a história oficial divulgada pela gestão municipal, o fazendeiro Mathias Velho teria originado o bairro a partir da venda dos terrenos adjacentes à sua residência.

O bairro nasceu em 1954 pelo fazendeiro Saturnino Mathias Velho, que possuía grande quantidade de terras na região. Através da Imobiliária São Carlos, os lotes da área foram vendidos a preços módicos, sem entrada e com grandes facilidades para o pagamento. Por isso, pessoas de todas as regiões do Estado, principalmente do Interior, se interessaram pela área, mas acabaram enfrentando diversos problemas de infraestrutura, como enchentes - as principais em 1963 e 1967 - e a falta de transporte, já que a primeira linha de ônibus só chegou ao local em 1959. (WEBER, 2009)

Ao contrário do bairro Guajuviras onde a luta social pelo direito à moradia marca de forma importante a história de consolidação do bairro, no bairro Mathias Velho apenas partes do território e da população possuem essas características. O caso mais importante de organização popular com esse propósito foi a União da Vila dos Operários, bastante ancorado nos princípios da Teologia da Libertação a partir da década de 1970 (MACHADO, 2011). A especificidade desse local gerou basicamente a identidade de um bairro, assim, por vezes ao identificarem onde moram, os moradores utilizam o título de bairro “Santo Operário”.

Outras vilas também possuem uma identidade consolidada, dificultando uma identificação comunitária do bairro Mathias Velho. Existem, assim, diversas associações de moradores no bairro, em diferentes espaços do território e não um movimento coletivo da Mathias Velho.

O bairro Harmonia, por exemplo, também se caracteriza como uma vila apartada da região, mas que recebe status oficial de bairro. Apesar de o Território da Paz envolver também o Harmonia, as dificuldades de deslocamento entre os espaços e o fato de os projetos estarem localizados na Mathias Velho e de não preverem verbas para passagens fizeram com que as ações do TP abarcassem muito mais os moradores da Mathias Velho do que do Harmonia.

Assim, a Mathias Velho é compreendida pela população dessas vilas mais como uma grande região onde localiza-se à sua comunidade do que como um bairro em si. Uma das características que fortalece a identidade dessa “região”, é a relação desse território com os alagamentos, bastante presentes em sua história. A própria denominação da região como um bairro ocorreu apenas depois da construção de diques de contenção, ocorridas na durante a ditadura militar no país.

Na década de 70, o então prefeito Hugo Simões Lagranha, o governador Ildo Meneghetti e o presidente Marechal Castelo Branco, em um esforço conjunto entre município, Estado e União, começaram a mudar a realidade das comunidades ali instaladas. Os diques de contenção foram construídos, proporcionando qualidade de

vida para a população ao conter as cheias. Com a infraestrutura melhorada, no dia 5 de novembro de 1975 o prefeito Geraldo Gilberto Ludwig sancionou a lei municipal 1662/75, decretando o Mathias Velho um bairro. (WEBER, 2009).

Apesar do investimento público na infraestrutura da região, os alagamentos seguem sendo uma realidade no bairro, o que gera uma relação bastante conflitiva dos moradores com o poder público em momentos de chuvas intensas.

Durante o tempo que estive acompanhando o dia-a-dia do território, o projeto foi fechado 6 vezes por conta de alagamento ou de falta de luz decorrente de enchentes nas adjacências. A mais importante delas ocorreu no dia 1º de fevereiro de 2016. Nesse dia, cheguei no território às 8h da manhã, como habitualmente fazia. Por esse horário, a chuva estava forte, mas ainda era possível o trânsito regular nas ruas do bairro, o que ocorreu até cerca de 10h. Depois desse momento, as ruas ficaram muito alagadas, inundando as residências. Grande parte dos estabelecimentos comerciais da região estava fechada. Por volta do meio dia, quando o nível de água da rua passava dos cinquenta centímetros, os moradores isolaram as ruas com cordas, fitas, pedaços de paus, pneus e cabos de energia, com o intuito de proibir a circulação de veículos porque ao passarem acabavam jogando mais água para dentro de suas casas.

A sensação era a de estar ilhada, mas havia um certo clima de caos naquele espaço. Havia pessoas na frente de todas as casas daquela quadra, com vassouras na mão para bater nos carros que ousassem tentar vencer o bloqueio. Essa tentativa ocorreu duas vezes, e em nenhuma delas o motorista teve êxito na tentativa de passagem. Percebi que em dias assim a maioria das pessoas ali da região não iam trabalhar. Ficavam em casa em uma tentativa de cuidar de sua moradia, de defender seu patrimônio. Nós que estávamos no local de trabalho, só pensávamos em como sairíamos dali, já que era impensável a volta via transporte público. O fato de eu não ver um único jovem nesse movimento constante de defender seu espaço e tentar (desesperadamente) jogar a água para a rua despertou minha curiosidade. Onde estariam os jovens nesse momento? Para as três famílias que consegui perguntar, a resposta foi a mesma: na cama, dormindo.

Ao final da tarde desse dia, acabamos nos rendendo à única maneira possível de irmos embora: nos pondo a caminhar pelo meio da rua, com a água já batendo a cintura nesse horário. A chuva já havia cessado, mas o nível de água não havia baixado nenhum centímetro. Transitando através da água fria e lamacenta, tendo que desviar as *barricadas*, aquela cena parecia um cenário extraordinário, absurdo para mim, mas parecia habitar já a memória das pessoas que encontrávamos no caminho, que agiam de forma quase mecânica, secando seus

pertences, contabilizando os prejuízos. Nesse momento encontramos diversos jovens (e crianças) vivendo o que podiam naquele momento: nadando, jogando “vôlei aquático”, enfim, se divertindo. Naquele cenário que parecia apocalíptico e os adultos só vociferavam contra o poder público que “não ligou as bombas de drenagem para economizar luz”, como diziam vários moradores, as crianças e os jovens pareciam aproveitar aquele momento e todo o lazer que ele pôde proporcionar. Observando essa cena que comecei a me interessar por discutir uma das temáticas que abordarei no capítulo 5 como a ideia do *aproveitar* está presente na juventude e acaba sendo uma das chaves interpretativas possíveis para compreender a noção de *imediatismo* presente nos jovens que entrevistei/acompanhei.

Em termos territoriais, o bairro Mathias Velho não é um dos maiores do município, mesmo que tenha a maior população, resultando em uma grande densidade populacional. Geograficamente o bairro se caracteriza como um bairro extenso em comprimento, tendo início ao lado da região central da cidade, estendendo-se até a região limítrofe do município. Retomando a sua origem histórica, o bairro Mathias Velho tinha início onde localiza-se hoje o Shopping Canoas, antigamente residência de Saturnino Mathias. Existe por parte dos moradores um ressentimento de que a hoje aquele pedaço do território não é considerado Mathias Velho por interesses econômicos ligados à instalação do shopping.¹⁶

De fato, existe uma divisão nítida entre o “início” do bairro, e a parte mais afastada do centro, visível pela infraestrutura urbana e pelo padrão das casas e dos comércios. A extensão do bairro é “medida” popularmente pelas “paradas” da Rua Rio Grande do Sul, principal via da região. Assim, aquilo que se localiza até a “parada 08” não é considerado Mathias Velho pelos moradores que residem mais “ao fundo” ou “para dentro” da Mathias. Da mesma forma, as pessoas que residem nesse início costumam falar que moram “Na Mathias, mas bem no começo”. Essa parte da Mathias é considerado um “quase centro” pela população local.

Nessa parte inicial do território, destacam-se os prédios comerciais, vários escritórios de advocacia, lojas de sapatos, lojas de aluguel de roupas de festa (noivas) e lojas que alugam decorações para festas infantis. Também são muitos presentes salões de beleza, existindo até um “barber shop”¹⁷. As residências dessa parte do bairro demonstram um padrão econômico elevado, sendo observado com frequências casas de 2 ou 3 andares.

¹⁶ Não encontrei qualquer referência que corroborasse ou que desmentisse essa crença

¹⁷ Espécie de salão de beleza voltado ao público masculino que foge do tradicional estilo de barbearia, envolvendo uma estética mais jovial e que relaciona os cortes de cabelo e barba com outras características da socialização

Na medida que vai se adentrando no território, observa-se uma mudança significativa no padrão das casas e mesmo nos estabelecimentos. A partir da parada 10, por exemplo, os principais pontos comerciais são mercados, mercearias e bares. Nessa região também são comuns a existência de mais de uma casa em cada terreno, não necessariamente ocupadas pela mesma família. Mesmo assim, o padrão das casas varia muito entre si e mesmo nas regiões onde existe a presença de residências feitas parcialmente de lonas, existem casas grandes, com mais de um andar e boa infraestrutura. Normalmente, essas casas pertencem a empresários locais, donos de mercados, de madeireiras ou de ferragens.

A parte mais “dentro” do território também caracteriza-se pela presença massiva de igrejas neopentecostais, de diferentes matizes, mesmo que segundo dados o último censo demográfico, 73,5% da população canoense tenha se declarado católica. Entre os jovens que frequentaram a Casa das Juventudes no período em que estive a frente de sua execução (2014-2017), houve uma predominância de jovens evangélicos, mas também havia jovens frequentadores de centros de religião africana. Poucos foram os jovens que se identificaram como católicos praticantes.

Essa dinâmica identitária que opõe a Mathias “de dentro” e a Mathias “de fora” demonstra a presença de certo estigma social no território, que provoca uma diferenciação entre os que são mais ‘afetados’ pela pobreza (e tudo que vem com ela no imaginário social, como a tendência a criminalidade) e os menos afastados dessas representações sociais. Assim, em um jogo diário de poder, as duas populações são diferenciadas reiteradamente, em uma semelhança entre os *estabelecidos* e os *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000) reforçando marcadores de comportamento e de construção de auto-imagem.

Como exporei na sessão dedicada à apresentação da Casa da(s) Juventude(s)¹⁸, o projeto esteve localizado na altura da parada 10 de 2012 à 2015 e na altura da parada 17 a partir de 2016 até o seu fim, no início de 2017. O principal motivo da mudança geográfica foi o de “entrar” mais no território, em uma tentativa de aproximar-se de uma população com mais vulnerabilidades no diz respeito à infraestrutura urbana, em um processo de focalização do atendimento, conforme discutirei na próxima sessão.

masculina, como o consumo de cervejas e a confecção de tatuagens. Costuma ter um preço bem mais elevado do que as barbearias “convencionais”.

¹⁸ Conforme será abordado posteriormente, o projeto inicialmente chamava-se *Casa das Juventudes*, mas, com a reestruturação dos projetos de prevenção às violências, o projeto passou a chamar-se *Casa da Juventude*, no singular.

3.1.1 Mudanças e Reestruturações

Desde sua implementação no município, em 2010, os Territórios de Paz passaram por constantes mudanças, algumas pontuais e outras que reorientaram o rumo do trabalho nos territórios. Nessa sessão buscarei expor de forma breve algumas dessas mudanças, em especial o processo que foi chamado de reestruturação do sistema municipal de prevenção às violências, ocorrido em 2016.

As primeiras mudanças de rota dos projetos ocorreram ainda no início da execução do TP Grande Mathias¹⁹ inaugurado em novembro de 2011, por conta da relação do município como Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). No desenho inicial do programa, os recursos para a consolidação dos Territórios da Paz estavam previstos até final de 2012, mas existia uma grande expectativa dos gestores municipais de que o programa fosse renovado.

Contudo, mudanças institucionais no Ministério da Justiça e um corte de quase metade do orçamento previsto para o PRONASCI, ocorridos no início de 2012, reposicionaram as expectativas dos municípios participantes do Programa. No município de Canoas esse fato foi o grande responsável, por exemplo, pela não existência do percurso formativo do “Protejo” no TP da Grande Mathias.

Assim, a partir desse período, a gestão municipal tomou a decisão de prosseguir com a execução dos territórios de paz, mesmo que a grande maioria dos recursos envolvidos para esse fim fosse exclusivamente do caixa do município.

Para a execução dos projetos de prevenção previstos (desde 2010), foram estabelecidas parcerias com entidades da sociedade civil. As mudanças nas entidades responsáveis pela execução de cada projeto também marcaram alterações na forma de execução da política de prevenção ao longo dos anos. Ao longo dos sete anos de Território da Paz foram estabelecidos convênios com três entidades da sociedade civil, responsáveis por executar os projetos em parceria com o poder público municipal a ONG Themis (responsável pela execução inicial dos projetos Mulheres da Paz); a OSSIP Guayí (responsável pela execução dos Núcleos de Justiça Comunitária) e a Fundação La Salle (responsável por parte da execução dos projetos Mulheres da Paz, pela execução das Casas da Cidadania, e das Casas da[s] Juventude[s]).

¹⁹ O Território de Paz Mathias Velho e Harmonia com o tempo passou a ser chamado pela gestão, e mesmo por alguns moradores, de TP Grande Mathias.

Outra característica que estimulou mudanças ao longo desses sete anos de execução dos Territórios da Paz foi a alta rotatividade dos gestores municipais na área da segurança. Mesmo que alguns servidores públicos responsáveis pelo acompanhamento dos projetos tenham se mantido na Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania (SMSPC), houve a troca do secretário municipal, por exemplo, cinco vezes. Além da troca de gestores, foram frequentes as trocas de coordenadores dos projetos (contratados por parte das entidades executoras). Em média, durante os sete anos de execução, cada projeto trocou quatro vezes de coordenação. A exceção a essa regra foi a Casa das Juventudes Mathias Velho e Harmonia que teve apenas dois coordenadores: um de 2012 a 2014 e uma de 2014 até 2017.²⁰

Apesar de mudanças pontuais terem ocorrido durante todo o período em que houve a execução dos Territórios da Paz em Canoas, houve um grande processo de reestruturação de seu funcionamento, que teve início com avaliações e reflexões por parte das equipes, das entidades executoras e da gestão pública municipal, nos últimos meses de 2015 e culminou no desenvolvimento do que a gestão chamou de *Sistema Integral de Prevenção às Violências e Acesso à Justiça*.

A necessidade da reestruturação surgiu da avaliação de que com as mudanças na conjuntura e com o aumento dos índices de criminalidade no município, era necessário um processo de focalização dos projetos sociais, com o intuito de potencializar a prevenção no município.

O Sistema foi organizado de forma a contemplar diferentes públicos, partindo da abordagem de níveis de prevenção que setores da criminologia contemporânea vem utilizando baseando-se em uma perspectiva da área de saúde. Assim, as políticas de prevenção primária são aquelas consideradas generalistas porque visam o atendimento de direitos básicos da população como um todo. As políticas de prevenção secundárias são aquelas destinadas à grupos populacionais específicos, com maior tendência de exposição à violência; e, por fim, a prevenção terciária tem como esforço principal diminuir as chances de reincidência, trabalhando com pessoas que já tenham convivido com a criminalidade, com egressos do sistema prisional ou do sistema de medidas socioeducativas (MOLINA; GOMES, 2006).

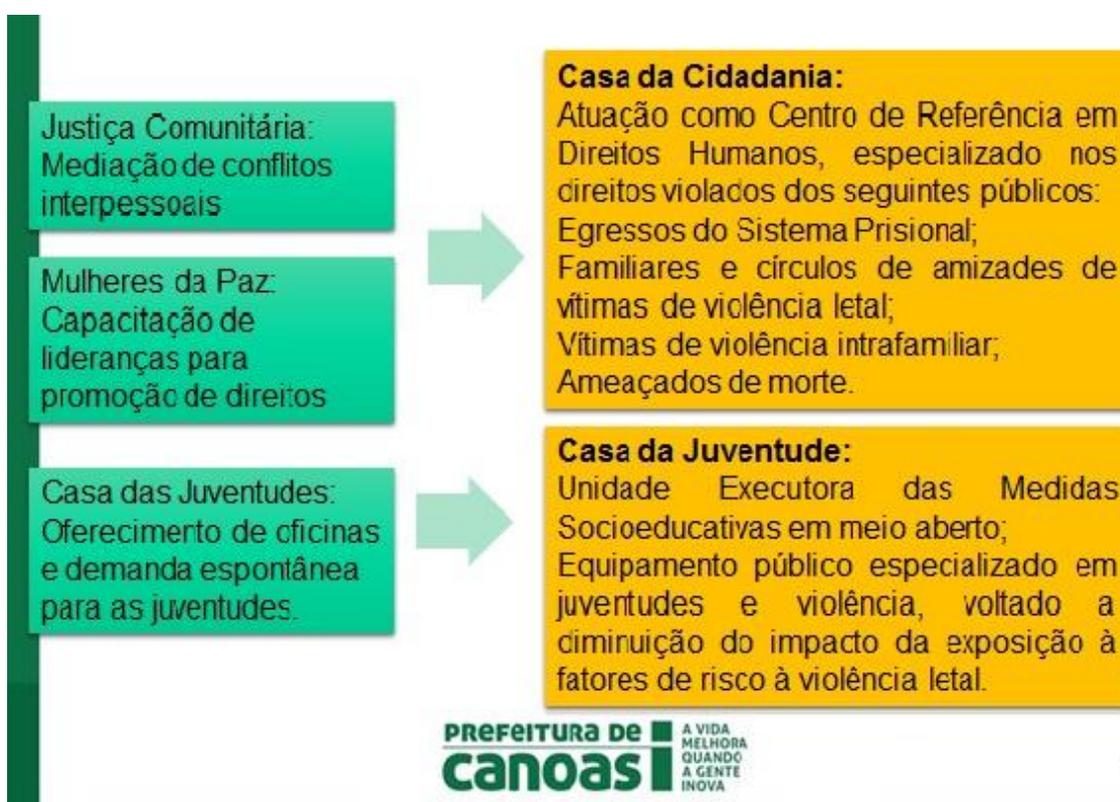
Para tanto, foram feitos levantamentos pelo Observatório Municipal de Segurança Pública e grupos de trabalho dedicados ao estudo de outras iniciativas já existentes na área de

²⁰ Durante essa segunda 'gestão' do CJ Mathias (2014-2017) é que estive na coordenação desse espaço.

prevenção. Três perfis de vitimização foram apontados como os mais necessitados de políticas públicas de prevenção: jovens (enfaticamente os com trajetória infracional e/ou criminal); mulheres; e egressos do sistema prisional.

Dessa forma, os projetos de prevenção existentes foram alterados. As ações de prevenção voltadas ao atendimento de mulheres, de egressos do sistema prisional e da difusão da mediação de conflitos comunitárias foram englobadas no projeto “Casa da Cidadania”. Já as ações previstas para a juventude foram focalizadas no projeto “Casa da Juventude”. A figura a seguir demonstra um organograma das ações de prevenção no município após o processo de reestruturação, que teve início em agosto de 2015 e culminou na inauguração dos novos projetos em março de 2016.

Figura 8 - Reestruturação dos Projetos de Prevenção (Canoas, 2016)



Fonte: Diretoria de Projetos, Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania de Canoas.

Além desses dois equipamentos localizados nos dois Territórios da Paz do município, foi desenvolvido, nos últimos meses de 2016, o projeto *Cada Jovem Conta*, que tinha como objetivo fortalecer a rede de proteção de crianças e adolescentes, desenvolvendo discussões de casos sobre jovens que vinham apresentando “problemas de comportamento” no ambiente escolar. Participavam do debate e do desenvolvimento coletivo de encaminhamentos que

ocorriam mensalmente em cada território, equipamentos ou serviços que atendiam ou poderiam atender os jovens ou suas famílias como as orientadoras escolares, e as equipes dos CRAS, CREAS, Casa da Juventude, CAPS, UBS, Guarda Municipal (Ronda Escolar), dentre outros.

A Casa da Juventude, na forma como será apresentada mais detalhadamente no próximo subcapítulo, insere-se no bojo de intervenção focalizada à públicos mais facilmente expostos à situações de violência e/ou criminalidade. Dessa forma, envolve em suas ações estratégias ligadas à dimensões de prevenção secundária e terciária, e que pretendeu-se com uma forte relação com as políticas de prevenção primária direcionadas ao público juvenil do município.

Assim, mesmo que a Casa das Juventudes atendesse jovens em execução de medidas socioeducativas de meio aberto desde o seu início, com a reestruturação esse público passou a ser o principal foco do projeto, tornando-se a principal unidade executora do município. No subcapítulo que segue, apresento os detalhes de suas rotinas, fluxos e vivências, buscando demonstrar a forma como os projetos de futuro dos jovens ou marcadores a respeito dessa projeção foram emergindo e/ou sendo construídos.

3.2A Casa da Juventude Mathias Velho e Harmonia

Um dos desafios de fazer uma *etnografia em casa* é estranhar o espaço em que se está cotidianamente. Como descrever o que já parece óbvio, o que já parece parte de si? Agregado a esse desafio reside o fato de que falar da Casa da Juventude Mathias Velho e Harmonia é falar de dois projetos distintos, de duas sedes físicas diferentes, de duas concepções de trabalho diferentes, de várias pessoas que passaram nas equipes construindo esses espaços e de centenas de jovens que foram construindo e reconstruindo esse espaço diariamente.

Iniciarei apresentando e descrevendo a Casa em seus primeiros anos, quando o seu nome ainda carregava *juventudes* no plural e quando comecei minha atuação e meu acompanhamento diário nesse espaço.

Como já dito anteriormente, o projeto teve início em 2012, em um cenário de grandes investimentos da política municipal de segurança em prevenção das violências, inspirados pelo momento de auge do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania no município.

A Casa das Juventudes iniciou suas atividades num espaço que poderia ser descrito como um grande galpão, localizado na segunda rua mais importante da Mathias Velho (Rua Florianópolis). Enquanto a Rua Rio Grande do Sul (a via principal do bairro) concentra a grande

parte dos estabelecimentos comerciais, a Rua Florianópolis é marcada pela grande presença de residências (casas em sua grande maioria) e pela presença do Hospital de Pronto Socorro, localizado a sete *paradas* da CJ.

Como boa parte das construções daquela região são casas de um único piso, a presença do prédio da CJ era notada com facilidade. O prédio tinha suas paredes externas de cor laranja bem chamativo, com alguns detalhes em branco e vários espaços de um reboco cinzento, marcas das diversas pequenas obras de reparo que o prédio teve que passar desde a inauguração do projeto. O espaço era alugado e mensalmente o proprietário era chamado para resolver alguns dos diversos problemas estruturais existentes.

O prédio tinha dois andares, mas apenas o andar térreo era utilizado pela *Casa*. Durante os quatro anos que a CJ utilizou o espaço, o segundo andar foi alugado para finalidades diversas, como uma academia e uma distribuidora de sabonetes artesanais, mas na maioria do tempo permaneceu desocupada por problemas estruturais e mesmo pela difícil convivência com o grande fluxo de jovens e com a produção de *barulho* que ocorria diariamente. No primeiro ano de execução do Território da Paz Mathias Velho e Harmonia, a Casa das Juventudes e o projeto Mulheres da Paz dividiam as salas desse andar térreo, mas o barulho gerado pelas oficinas e pelo grande fluxo de jovens também dificultava o atendimento das mulheres naquele espaço, tendo sido necessária a mudança de sede do projeto Mulheres da Paz.

Na parte externa do prédio, havia uma placa de lona com o nome do projeto e o logo do PRONASCI, do Ministério da Justiça, da Gestão Federal, da Fundação La Salle e da gestão da Prefeitura Municipal. Durante o período eleitoral a placa precisou ser dobrada para não aparecer os logos de gestão, e nunca mais foi colocada integralmente. Em um dos fortes temporais de 2015, a placa não resistiu ao vento. Desde então, aquele espaço seguiu sem identificação do projeto.

O prédio tinha três entradas. Uma delas dava acesso ao segundo piso e, por isso, a equipe da Casa das Juventudes não tinha acesso à chave, mesmo que essa fosse a única saída de emergência do prédio. A segunda entrada alternativa (aos fundos do prédio) estava bloqueada pela construção de uma escada externa para o segundo andar. Dessa forma, a Casa das Juventudes tinha uma única porta para entrada e saída. O Prédio não tinha janelas que davam para a rua, apenas pequenas basculantes viradas para dentro do corredor que dava acesso ao segundo andar. A única janela com acesso para a rua ficava ao lado da porta de entrada, uma janela grande, que poderia até ser utilizada como uma porta alternativa. Contudo, ainda em

2013 essa janela foi arrombada e computadores e materiais foram levados. Por isso, foi instalado um portão de ferro no lugar do vidro e a única entrada de luz do espaço foi inutilizada.

Assim, com um prédio de 15 metros de comprimento e cerca de 5 metros de largura e uma única entrada de luz e ventilação, o prédio vivia temperaturas extremas: no inverno, o frio era congelante e no verão, o calor era insuportável, fato agravado pela ausência de aparelhos de ar condicionado e pela existência de apenas um ventilador em bom estado, para ser dividido entre todos os espaços do prédio. O cheiro de mofo e a sensação de sufocamento eram comuns, além da constante impressão de que a claridade era inferior à necessária.

A porta de entrada dava acesso a um longo corredor (em frente) e para uma pequena recepção à esquerda. Ao entrar no prédio, ao lado esquerdo (em frente a recepção) estava localizada uma pequena sala de atendimento, que até início de 2015 era a sala da equipe psicossocial, formada à época por uma psicóloga, uma assistente social e uma estagiária de psicologia. Ao lado dessa sala, estavam localizados a sala de informática e o telecentro, divididos entre si por uma divisória transparente. Nos momentos em que não estavam ocorrendo aulas de informática, os dois espaços funcionavam como um telecentro aberto aos jovens da comunidade. A entrada do prédio ficava rente à parede, não sendo possível virar para a direita.

O corredor que seguia da porta da entrada era o local mais escuro e insalubre do prédio, pois ali não havia sequer luz artificial (havia uma grande infiltração de água naquele espaço, impedindo a colocação de bucais de energia por questões de segurança). No meio do corredor, à esquerda ficavam a sala da coordenação (com divisórias transparentes para o corredor), dois banheiros (um utilizado pela equipe e outro de uso geral), e duas salas de aula (que na maior parte do tempo foram salas de dança e de oficinas em geral)²¹. Seguindo ainda mais no corredor, aos fundos do prédio localizavam-se mais três salas (utilizadas por mais tempo como biblioteca, sala de música/artes marciais e depósito). Nesse depósito estavam, principalmente, computadores que foram doados ao projeto em 2012, sem chance de conserto. Essa região da Casa tinha um cheiro muito forte que misturava o cheiro de suor, que vinha de uma sala de atividades físicas em um espaço nada arejado, com o cheiro de poeira de materiais parados por muitos anos. Ao lado desse espaço localizava-se a cozinha da Casa, um espaço grande, com capacidade para cerca de 50 pessoas. Como em todos os outros cômodos, não havia janelas que davam para a parte externa do prédio. Por se manipular alimentos nesse espaço, mais de uma

²¹ Ao longo dos anos, foram sendo feitas várias alterações nos espaços, e as salas foram mudando de função.

vez, durante o verão, presenciamos o aparecimento de ratos. O projeto não previa verba para a alimentação dos jovens, contudo em 2014 conseguimos estabelecer uma parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social para receber e distribuir algumas cestas de alimentos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para famílias com maior vulnerabilidade econômica e também alguma alimentação para os jovens no espaço (geralmente bolachas e frutas).

Como se pode depreender da descrição acima, a primeira sede da Casa da Juventude na Mathias não era um espaço agradável de estar. Independente de quanto tempo era investido na limpeza (inicialmente havia uma pessoa responsável pela limpeza terceirizada pela prefeitura municipal com carga horária de 40 horas semanais) e na organização, o aspecto do espaço era sempre de sujeira e confusão. Contudo, o desconforto presente nos ‘adultos’ em estar naquele espaço não parecia afetar os jovens, presentes constantemente. Diariamente, ao abrir a Casa às 8h encontrava cerca de cinco jovens, já esperando na porta e às 17h tinha de insistir muito para fechar o espaço, sob o protesto dos cerca de 30 jovens que queriam ficar mais. A Casa fechava no período das 12h até às 13h para o almoço da equipe e sempre havia ao menos uma dezena de jovens que permaneciam aguardando na porta ou então na parada de ônibus do outro lado da rua, abrigando-se do sol e eventualmente da chuva. Os jovens que estudavam durante a noite ou já haviam abandonado a trajetória escolar formal, chegavam a passar o dia todo (das 8h até 17h) no projeto. Como, com exceção da coordenação e de um educador, a equipe tinha uma carga horária de 30h ou 20h semanais, havia entre nós (equipe e jovens) a brincadeira de que eles tinham uma jornada de permanência no espaço maior que a nossa.

A grande preferência dos jovens era pela utilização do telecentro, sendo por vezes, necessárias longas conversas para convencê-los de deixar o computador de lado por algumas horas para participar das atividades propostas pelos educadores. Esse aspecto demonstra a importância de sentir-se *conectado* em um mundo cada vez mais marcado pela presença *online*. Diversas vezes, a rede de internet não suportava tantos acessos e ficávamos algumas horas sem *internet*. Mas nem isso tornava o telecentro um espaço menos interessante e vários jovens permaneciam ali brincando com jogos off-line. A procura pelo telecentro era tanta que, em algum momento, tivemos que estabelecer distribuição de fichas que simbolizavam 30 minutos de acesso para depois realizar um revezamento, visto que haviam cerca de 15 computadores em funcionamento.

Durante o tempo que a Casa permaneceu nessa primeira sede, foram enfrentadas diversas dificuldades com a vizinhança. Era uma constante a reclamação dos vizinhos sobre o espaço e, principalmente, sobre o barulho e comportamento dos jovens, na parada de ônibus, no intervalo do meio dia e depois que o CJ fechava. Como a Casa funcionava, também, como importante espaço de sociabilidade juvenil, vários *casais* foram formados nesse espaço e a parada de ônibus acabava se tornando o local para trocas de afetos típicas da fase juvenil, o que incomodava muito os “adultos” do local.

Apesar de também trabalhar com encaminhamentos de outros serviços da rede, durante esses primeiros anos de funcionamento da CJ Mathias, a maior parte dos jovens que frequentava o serviço era por *demandas espontâneas*, ou seja, porque o próprio jovem ou algum familiar ficou sabendo sobre o projeto (normalmente por indicação de outro jovem) e quis frequentá-lo. As principais atividades da Casa no início de seu funcionamento eram oficinas de percussão, de violão, de dança e de informática. Algumas outras atividades ocorriam pontualmente, com contratação de oficinairos por poucos meses. Semestralmente ingressavam cerca de cinco jovens para o cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade. Os jovens vinham encaminhados do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e o CJ atuava como unidade de prestação de serviços. Com exceção da assinatura da folha de frequência, não havia qualquer diferença entre os jovens em cumprimento de medida dos demais, e a prestação era compreendida pela realização das atividades propostas pelos educadores.

Com a reestruturação ocorrida ao final de 2015, ficou evidente a necessidade de um novo espaço para a Casa. Com o término do Núcleo de Justiça Comunitária no território, a possibilidade apresentada foi a de ocupar aquele espaço juntamente com uma casa residencial que havia ao lado. Assim, no início de 2016 começaram pequenas obras no local, visando tornar as duas casas um espaço só (fato que não foi muito difícil visto que as casas já eram encostadas). A mudança de fato ocorreu apenas em março de 2016.

O novo espaço podia muita mais facilmente caber no título de *Casa da Juventude*, devido à sua estrutura semelhante mesmo a um local residencial. Apesar do desconforto em relação ao uso do conceito no singular, a equipe estava mais motivada no trabalho, mais focada e realizada em um espaço mais aconchegante.

O novo prédio, localizado mais no interior do território, em uma região estritamente residencial, tinha os ares de uma casa mesmo. Entrava-se no projeto por um portão eletrônico,

que permitia o estagiário abrir a grade da entrada ao ver quem tocava a campainha. Havia um pequeno pátio na frente da Casa, com algumas árvores e dois bancos de cimento no caminho que ia até a entrada. A primeira sala, que funcionava como uma recepção, tinha uma grande janela para o pátio. É nesse ambiente também que foi instalada a biblioteca com livros acessíveis para os jovens. Ao lado direito da recepção, havia a sala da equipe que também contava com uma grande janela para o pátio, permitindo visualizar boa parte da rua em que o projeto estava localizado. Na sala de equipe eram dispostas quatro mesas, duas com computador e duas sem, a serem utilizadas de forma rotativa por todas as pessoas que a compunham.

Ao lado da sala da equipe, entrando mais no interior do projeto, localizava-se a sala de atendimento, com uma janela para uma espécie de pátio interno. Na sala de atendimento havia uma mesa redonda, o que fazia com que pequenas reuniões também pudessem ocorrer ali. Seguindo ainda mais para o interior da Casa, encontrávamos uma pequena cozinha para uso dos funcionários, com um banheiro para uso exclusivo da equipe. A cozinha também possuía uma janela e uma porta, ambas voltadas para esse pátio interno, também chamado de poço de luz.

Ao lado esquerdo da recepção havia uma sala de espera, que contava com dois sofás, um banheiro para uso dos jovens e uma mesinha onde eram servidas as bolachas de lanche. Boa parte da socialização entre eles ocorria nesse local. As paredes desse cômodo e da recepção eram repletas de materiais desenvolvidos durante as atividades do CJ. Eram desenhos, cartazes e letras de música. Uma poesia ganhava destaque: “Na baía da juventude” foi escrita por um jovem que narra o porquê de esse ser um dos melhores espaços do território.

A sala de espera tinha três outras portas, dando para novos cômodos. A primeira, à esquerda, dava acesso para a sala de informática, que foi equipada com novos computadores a partir da parceria com o Projeto *Lance de Craque*²². A sala de informática funcionou poucas vezes porque nunca foi possível a instalação de internet para esses computadores. A segunda, à direita, dava acesso à maior sala da casa, uma garagem que foi reformada e transformada em sala de aula visando a realização das aulas de EJA²³, atividades esportivas e de integração que envolvessem um grande público. A terceira porta – seguindo reto a partir da sala de espera –

²² Projeto organizado pelo jogador D’Alessandro que consiste na realização de um jogo beneficente anualmente, com verba revertida para projetos sociais.

²³ Entendendo a conclusão da escolarização básica como fator protetivo, uma das iniciativas previstas para o projeto após a sua reestruturação era a realização de turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no espaço do Centro da Juventude, visando acolher também àqueles jovens que por diferentes motivos não permaneciam no ambiente escolar. O projeto nunca se efetivou pela dificuldade de a Secretaria Municipal de Educação indicar professores para esse fim.

dava acesso para um pequeno *hall* utilizado como depósito, uma sala de música cheia de instrumentos e uma sala de reuniões que era utilizada como sala alternativa de atendimento.

Apesar de a nova casa ter um aspecto aconchegante, a sensação era de que ela tinha em seu interior muito mais do que poderia nela caber. As paredes cheias de desenhos e cartazes contribuíam para a sensação de *abarrotamento*. Em diversos espaços escondiam-se atrás das portas ou em cantos estratégicos computadores sem uso e chance de recuperação, bem como caixas com materiais de pouca utilidade para o projeto. A nova Casa tinha um aspecto mais limpo que a antiga, mesmo que sua limpeza fosse muito menos frequente. A partir de meados de 2016, o serviço de limpeza passou a ser realizado em um turno por semana, o que onerava a própria equipe de trabalho com serviços de manutenção do espaço.

O ritmo de funcionamento da Casa antiga para a Casa nova era completamente diferente. Enquanto o antigo espaço era cheio de barulho, com jovens permanecendo no espaço por longos períodos, o funcionamento do novo projeto previa a permanência dos jovens apenas nos momentos em que estivessem em atividades, deixando a casa em um clima de *sossego* em vários momentos.

Houve, também, algumas alterações na equipe de trabalho que passou a ser composta por uma coordenação, uma assistente social, duas psicólogas, um sociólogo²⁴, um educador social, dois estagiários de ensino superior, dois estagiários de ensino médio e diversos oficinairos contratados por períodos específicos.

Na nova configuração do projeto, os jovens chegavam principalmente encaminhado de outros serviços, especialmente de CREAS. Cerca de metade dos jovens atendidos estava em cumprimento de medida socioeducativa, e os demais vinham encaminhados do Conselho Tutelar, da Guarda Municipal, das Escolas da Região, do CAPS, e do próprio comitê gestor territorial do Programa Cada Jovem Conta. Os jovens encaminhados chegavam na sede do projeto e, em caso de existirem técnicos disponíveis, era feito o acolhimento já com a entrevista inicial, onde o jovem apresentava aspectos da sua realidade, da sua vida e conversava com o técnico sobre o motivo de estar ali.

²⁴ O cargo de sociólogo era voltado para licenciados em sociologia que tinham como principal atribuição a articulação com as atividades da Educação de Jovens e Adultos e o acompanhamento pedagógico das oficinas realizadas na Casa.

Depois da entrevista inicial, o jovem levava a ficha de inscrição a ser preenchida com dados da sua família e, nos casos de jovens com menos de 18 anos, uma autorização a ser preenchida pelo seu responsável, se esse não estivesse presente na chegada do jovem ao projeto.

Para os casos que chegavam por demanda espontânea, o fluxo era diferente. Era feita uma conversa inicial, onde o técnico identificava quais eram as demandas do jovem, encaminhando para outros serviços se identificasse que ele não se encaixava no perfil a ser atendido pelo espaço ou então agendava uma entrevista inicial caso identificasse exposição aos fatores considerados *de risco* para a violência.

Baseada na concepção do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (SERRATO, 2007) e nas Diretrizes Nacionais do Projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável (2003), que define como em situação de risco, vulnerabilidade social ou exposição a violências, jovens como “egressos do sistema prisional, cumpridores de medidas socioeducativas, em situação de rua, ou moradores de aglomerados urbanos com altos índices de homicídios e crimes violentos” as Equipes Técnicas das Casas da Juventude elencaram como critérios que definem um jovem como seu público-alvo estar em alguma das seguintes situações: Estar em cumprimento de medida socioeducativa; Ser egresso do sistema prisional; Ser egresso do sistema de medidas socioeducativas; Possuir familiar no sistema prisional; Possuir familiar no sistema de medidas socioeducativas; Estar evadido do sistema formal de ensino; Possuir alta distorção idade/série; Ter sido atendido pelo Conselho Tutelar; Ter histórico de violência intra-domiciliar; Estar em situação de vulnerabilidade econômica extrema; Possuir relações de proximidade com o tráfico de drogas; Ter vivenciado situações de abuso sexual; ou Possuir familiar ou amigo próximo vítima de homicídio.

Um dos principais desconfortos relacionados à reestruturação do projeto foi a avaliação dos jovens já atendidos pelo projeto em relação aos novos critérios de vulnerabilidade. Se, aqueles que se considerava não possuir o perfil ficavam desagradados com a eminência do desligamento do projeto, aqueles que permaneciam ficavam taxados com os estigmas sociais relacionados à esses critérios. É como se pairasse sobre eles o rótulo de exposição ao risco. Por isso, poucos foram os jovens que frequentaram as “duas edições” do projeto. Fato ainda mais dificultado pela distância física entre as duas sedes.

Depois da entrevista inicial, o técnico que realizou o acolhimento do jovem levava a *apresentação do caso* para a equipe, onde decidia-se qual seria o técnico de referência do seu acompanhamento, de acordo com as demandas identificadas.

Assim, para além das atividades de arte e cultura e de práticas esportivas que ocorriam na primeira edição do projeto, foram acrescentadas oficinas de cidadania (iniciaram ainda em 2015) e acompanhamentos psicossociais individuais (iniciaram com a nova sede em 2016).

O percurso formativo da Casa da Juventude era montado pelo próprio jovem, com a única obrigação de envolver um atendimento psicossocial com seu técnico de referência (geralmente uma hora de atendimento semanal, mas variada de acordo com a combinação de cada jovem com seu técnico). O jovem poderia escolher entre oficinas de arte e cultura, práticas esportivas e oficinas de cidadania e direitos humanos. Para além das atividades ‘ordinárias’, aconteciam eventualmente atividades externas, como a participação dos jovens em Conferências, Seminários e espaços de controle social, ou em passeios.

Nas sextas-feiras, a Casa ficava sem atendimento ao público, pois era o momento em que a equipe se reunia para trocar impressões sobre os acompanhamentos dos jovens, traçar encaminhamentos gerais sobre a rotina do projeto e realizar sua formação continuada.

Em relação aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa, além do seu acompanhamento ser discutido em reunião de equipe, era debatido juntamente com o CREAS em reuniões quinzenais com esse propósito. Dessa forma, o acompanhamento do jovem em cumprimento de PSC ocorria em regime de corresponsabilidade entre os dois equipamentos.

Um dos principais desafios na operacionalização dessa política foi o de derrubar as fronteiras disciplinares que entendiam que o contato com o jovem e o acesso aos seus dados fosse de uso exclusivo da psicologia e do serviço social. Foram, assim, muitos meses até desenvolver um trabalho integrado.

Além dos aspectos negativos que essas barreiras geraram no atendimento direto dos jovens, a própria sistematização de dados sobre o perfil dos atendidos foi prejudicado. Os dados sobre os jovens referentes aos primeiros dois anos de projeto são inexistentes e sobre o período que compreende a minha entrada no projeto e a reestruturação são bastante limitados.

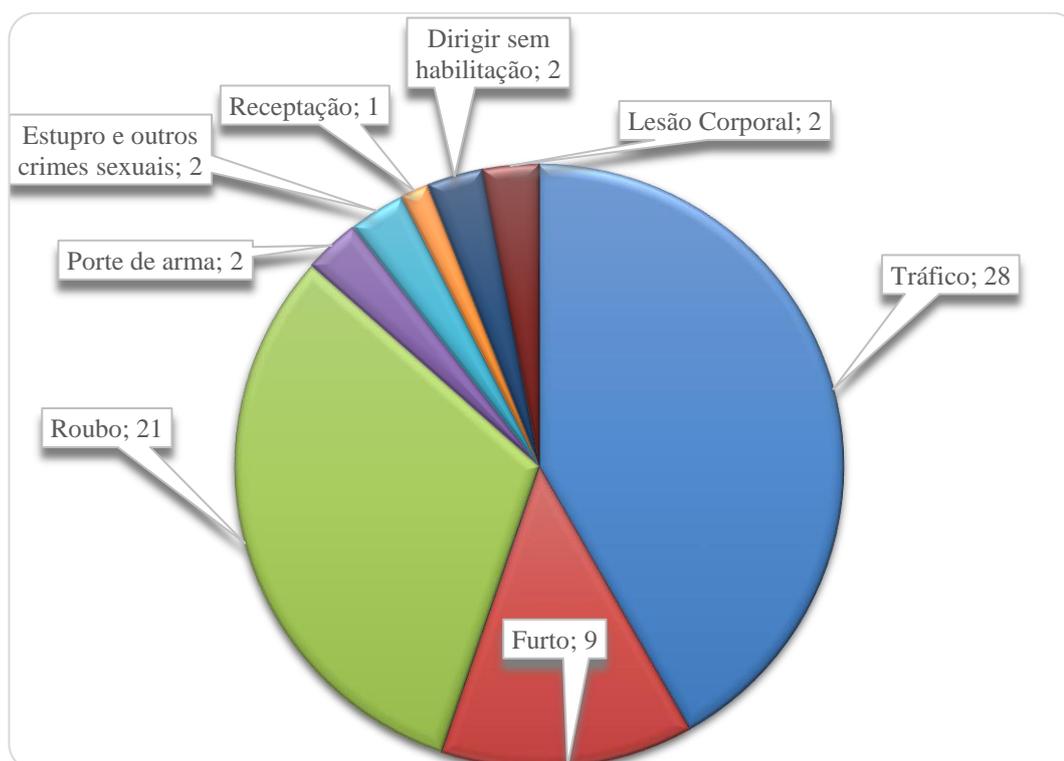
Isso porque apenas dados muito básicos sobre o jovem eram compartilhados inicialmente, entendendo-se como irrelevante sistematizar dados referentes a sua identificação racial, a renda econômica de sua família e mesmo aspectos de suas trajetórias infracionais em local diferente de seus *prontuários*.

O cuidado com os dados referentes aos jovens em cumprimento de medidas era ainda maior e, portanto, ainda mais difíceis de sistematizar. Por isso, pode-se traçar apenas parcialmente o perfil dos jovens que cumpriram medida socioeducativa na Casa da Juventude.

Em relação a totalidade de jovens que frequentaram a Casa da Juventude na modalidade de prestação de serviço à comunidade, podemos apenas realizar classificações em relação a tipificação de seus atos infracionais e da situação de suas medidas.

A figura abaixo ilustra as tipificações dos atos infracionais dos 67 jovens em PSC que passaram pela Casa da Juventude no período de 2014 a 2017:

Figura 9 - Tipificação dos atos infracionais de Jovens em PSC na CJ (2014-2017)



Fonte: Elaboração própria

Como podemos observar os maiores percentuais de presença nesse espaço são de jovens cumprindo medidas socioeducativas de tráfico de entorpecentes (42%), roubo (21%), sendo que seis desses referiam-se à roubo de veículo, e furto (9%). Conforme será exposto na seção 5.2, a tipificação de ato infracional mostrou-se relevante em relação as projeções futuras dos jovens.

Em relação a situação da execução das medidas socioeducativas, pode-se constatar que 31 das execuções (46% do total) foram concluídas, 27 delas não concluíram por conta da evasão do jovem, 8 foram transferidas e 1 foi cancelada por “perca de objeto”, quando do falecimento do jovem durante a execução.

Em relação ao perfil dos jovens, apenas 9 jovens eram do sexo feminino, restando ao sexo masculino 87% dos atendimentos. Não foi possível realizar recortes raciais e relacionados

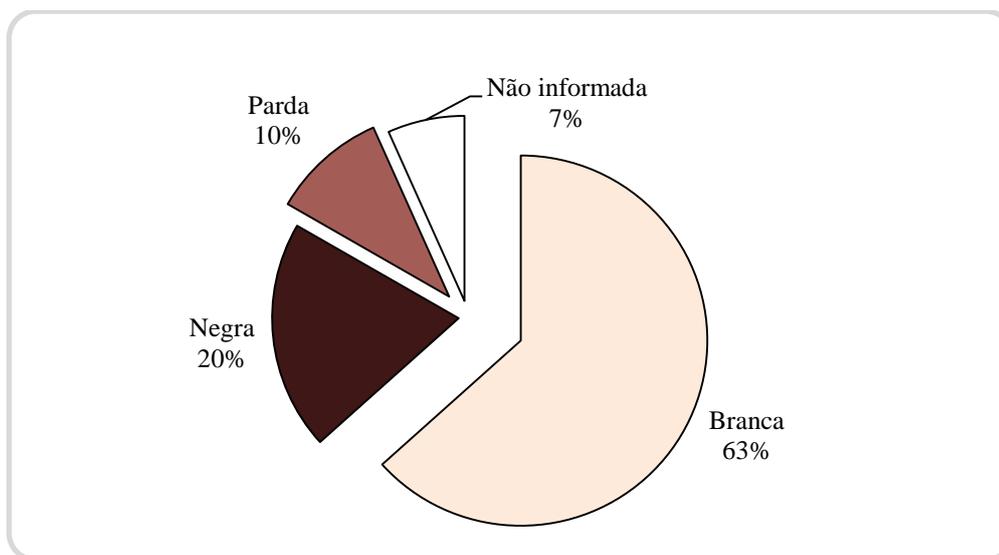
à escolaridade dos jovens, uma vez que esse dado passou a ser tabulado apenas depois da reestruturação do projeto.

Assim, o restante de dados apresentados abaixo como forma de compreender o perfil dos jovens que compunham a execução das medidas na Casa da Juventude referem-se aos 30 jovens em conflito com a lei que ingressaram no projeto após essa data.

Em relação à identidade racial, foi possível constatar uma maioria branca.

Figura 10 - Identidade Racial de Jovens em PSC na CJ (2016-2017

(conforme auto declaração)



Fonte: elaboração própria

Importante ressaltar que por diversas vezes membros da família presentes no acolhimento mostraram contrariedade em relação à auto declaração do jovem. Contudo, a equipe optou por utilizar no cadastro o dado oferecido pelo próprio jovem, mesmo nos casos em que a observação fenotípica sugeria outra categoria. Além disso, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, 82% da população do Estado do Rio Grande do Sul é declarada como branca, tornando, assim, os 63% de brancos nessa unidade de execução uma possível expressão do racismo estrutural vivenciado historicamente no país.

Alguns estudos como a recente nota técnica do IPEA (2016) sugerem uma forte relação entre evasão escolar e trajetória infracional e letalidade. A realidade observada na Casa da Juventude Mathias Velho reforça esse argumento, uma vez de 19 dos 30 jovens em MSE estão evadidos do sistema formal de ensino, e dos outros 11, 8 apresentavam ao menos dois anos de distorção na relação idade/série.

Ainda em relação à escolaridade, é salutar salientar que 83% dos jovens está cursando ou parou de estudar enquanto cursava o ensino fundamental. O sexto e sétimo ano aparecem como campeões de evasão, sendo que 47% dos jovens estava nessa série quando evadiu do sistema formal de ensino.

Mais do que apenas reforçar as teorias que associam a evasão escolar e o abandono escolar ao aumento de número de professores e matérias, típico dessa etapa do ensino fundamental (OLIVEIRA, 2010), a ponderação cabe aqui como reflexão de um possível marco para a discussão sobre o *sentido* da escola. Os atendimentos com os jovens em situação de evasão escolar demonstram recorrentemente que a saída da escola se refere a uma “falta de interesse” que, quando observada em relação ao quadro geral da trajetória sugere que a frequência escolar já não demonstra uma melhora nas possibilidades de futuro para esse jovem.

Apesar de a frequência escolar, na maioria dos casos, ser um pré-requisito para o cumprimento da medida em meio aberto, não é raro observarmos o jovem matricular-se no início do período de cumprimento da medida e deixar de frequentar a escola poucos dias depois de ter garantida a sua vaga. Quando analisamos esse fato à luz do fenômeno da *presentificação*, a ser apresentado no capítulo 5, a incompatibilidade da educação formal e a trajetória de alguns jovens em conflito com a lei fica mais compreensível.

4. PROJETOS DE FUTURO NOS CAMINHOS DA SOCIOEDUCAÇÃO DE MEIO ABERTO

Se o principal objetivo dessa pesquisa foi o de compreender de que forma os projetos de futuro se manifestam durante a execução das medidas socioeducativas de meio aberto, esse capítulo é dedicado a apresentar o percurso das medidas na Casa da Juventude Mathias Velho e Harmonia e, principalmente, indícios de como os projetos de futuro se manifestaram nesse processo.

Pensando que a o caminho da socioeducação se faz com aqueles que caminham e com os passos dados nesse caminhar, esse capítulo está dividido de forma a apresentar inicialmente alguns dos caminhantes escolhidos para elucidar esse trajeto e, posteriormente, os passos percorridos tanto por eles quanto pelos demais jovens em cumprimento de medida socioeducativa durante o campo dessa pesquisa.

4.1 Os *caminhantes*: fragmentos das trajetórias juvenis

Essa seção da dissertação é dedicada a apresentação de fragmentos biográficos de cinco jovens acompanhados no decorrer da pesquisa, buscando extrair de suas histórias elementos que permitam a reflexão da realidade dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto, especialmente no tocante ao processo de construção de projetos de futuro.

Como ferramentas metodológicas para a construção desses percursos biográficos, utilizei-me de elementos escolhidos pelos próprios jovens para narrar suas trajetórias, não tendo aqui a pretensão de dar conta da complexidade de uma narrativa biográfica.

Essas poucas páginas são, na verdade, sínteses de suas trajetórias apreendidas por meio de conversar (formais e informais) e de relatos de seus acompanhamentos individuais. Os acompanhamentos diários garantiram a compreensão dos desejos, expectativas, frustrações e medos em relação ao futuro, bem como a relação com a temporalidade por si só.

A decisão sobre quais narrativas seriam (re)construídas nesse capítulo foi parcialmente arbitrária, levando em consideração os maiores vínculos estabelecidos (permitindo uma convivência mais intensa) e o caráter emblemático de algumas trajetórias para a compreensão do objeto de estudo. Busquei, assim, construir um mosaico da realidade observada, optando por histórias que mesmo em suas regularidades marcam diversidades e identidades específicas.

São fragmentos porque contam de uma parte de sua trajetória: das memórias sobre eles que foram produzidas nesse espaço de tempo que estiveram na execução da medida socioeducativa.

Assim, como sugere Elias (1994), olhar para as trajetórias individuais interessa para a sociologia na medida em que ajuda a evidenciar os campos de possibilidades, ou como “cada um fia seu caminho” nas tramas das múltiplas relações sociais.

4.1.1 Hugo

Hugo foi um dos primeiros *meninos da socioeducação* com quem tive contato em Canoas. Aliás, sua história chegou até mim antes mesmo de o ver pela primeira vez. Semanas antes de assumir a coordenação da então Casa das Juventudes, Hugo havia brigado com um amigo seu que também frequentava a Casa. A briga gerou, além de um nariz machucado, desconforto na equipe pelas diferenças no entendimento de como deveria ter sido a postura da equipe nesse caso. O menino foi levado para o hospital com o carro pessoal de uma das pessoas da equipe, o que desconfortou alguns outros membros por, na visão deles, ter cruzado a linha da relação profissional.

Hugo é um jovem pequeno e magro, tinha 14 anos recém feitos quando o conheci, mas aparentava ser até mais novo. Tinha os cabelos pretos cortados em “formato de tigela” e habitualmente vestia uma calça jeans já bastante gasta, camiseta e chinelo de dedos. A irmã mais velha de Hugo também frequentava a Casa da Juventude, mesmo que fosse bastante ausente já que compartilhava com a avó a responsabilidade de cuidar do irmão mais novo, de 6 anos.

Apesar de ser bastante explosivo e se irritar facilmente, Hugo era um jovem simpático e carismático. Esse fato conferia a ele alguns privilégios no tratamento em relação aos demais jovens. Esse foi um dos argumentos utilizados na discussão da equipe sobre o transporte de Hugo até o hospital. Os educadores argumentavam que se fosse outro jovem que estivesse com o nariz quebrado provavelmente o procedimento teria sido chamar os serviços de emergência e esperar a sua chegada, independente do tempo, ou então ligado para a família.

A família foi avisada quando a situação já estava controlada e o jovem já estava à caminho do hospital. Essa demora em avisar a família pode ser compreendida, em parte, como um reconhecimento da equipe à dificuldade da mãe do jovem de se fazer presente com agilidade.

Jaqueline, sua mãe, trabalhava como soldadora em outro município da região metropolitana e estudava a noite. Seu empenho em tentar acompanhar a vida dos filhos mais de perto era conhecida por toda a equipe. Ela, inclusive, estudava junto com o Hugo como uma forma de compartilhar com o jovem o desafio da permanência em ambiente escolar.

Alguns atendimentos familiares foram realizados no acompanhamento do caso de Hugo. A única forma de viabilizar a participação de Jaqueline foi realizar esses atendimentos durante a noite. Nessas conversas apareceram queixas sobre a sua capacidade de dar conta da criação dos três filhos e da culpa que sentia em não poder estar mais presente. Ao contrário da postura comum de vitimização, Jaqueline assumia a responsabilidade por grande parte das atitudes do filho. “Na idade dele eu era igualzinha”. Sentia, apenas, pela forma como as atitudes de Hugo prejudicavam também seus irmãos. Certa vez ela me disse que gostaria de ser tão mãe os outros quanto ela precisava ser dele.

O pai de Hugo (e de seus dois irmãos) estava separado de Jaqueline há quatro anos, devido a um histórico de uso abusivo de drogas, e depois disso não havia mantido muito contato com os filhos. Segundo relato do próprio Hugo ele era o único que se importava com o pai e sentia saudades dele.

Era comum o jovem reclamar que estava há muito tempo sem notícias do pai até que um dia veio a notícia de que ele estava internado com problemas graves de saúde. Ele faleceu no dia seguinte e falar sobre esse fato deixava o jovem bastante nervoso. Hugo parecia não conseguir controlar sua raiva quando esse era o assunto, ficava vermelho e xingava bastante a sua mãe, culpando-a por ter abandonado o pai e o deixado sem cuidado. O jovem chegava a tremer e cerrava o pulso com bastante força, até chorar e dissipar um pouco da raiva no pranto.

Esses eram episódios isolados e, normalmente, o jovem andava pela Casa da Juventude aproveitando as horas no telecentro e nas oficinas, já que participava de quase todas. Tinha um jeito brincalhão e divertido na realização das atividades propostas, mesmo que as vezes acabasse se estranhando com os educadores quando esses chamavam a sua atenção. Tinha vários amigos no projeto e com alguns desses, nos momentos entre oficinas, brincava de faz de conta, imitando personagens de anime ou de super-heróis conhecidos. Esse hábito conferia ao jovem certa infantilidade.

Mesmo com sua aparência doce, quem convive um pouco com Hugo vê o seu potencial explosivo. Alternava momentos de uma infantilidade lúdica com instantes de agressões físicas

e verbais que começavam “do nada”. Essas alterações abruptas de comportamento levaram a períodos de acompanhamentos psiquiátricos e até medicalização.

Cumpria medida por furto porque estava com seu melhor amigo no momento em que esse foi pego roubando um celular. Hugo e Gustavo se conheciam desde criança na escola e nas brincadeiras de rua. Hugo nutria por ele grande carinho e admiração, e demonstrou grande preocupação quando o jovem evadiu do cumprimento de sua medida socioeducativa. Semanalmente procurava a equipe técnica afirmando sua vontade em ajudar “a tirar Gustavo dessas enrascadas que ele se mete”. Diversas buscas-ativa²⁵ foram feitas visando o retorno do jovem ao cumprimento da medida, todas sem sucesso.

Hugo afirma que estava com Gustavo em outros dois momentos que o jovem cometeu atos ilícitos, sem ter sido pego nesses outros. As mães dos jovens se odiavam e cada uma culpava o outro jovem pela “má influência” que exercia em seu filho. Como a mãe de Gustavo era muita mais ausente no cotidiano do projeto, acabávamos ouvindo mais o lado de Jaqueline. Gustavo nunca colocou a culpa em Hugo (ao menos não na Casa da Juventude), mas havia uma desconfiança por parte da equipe que o jovem o fizesse em frente à sua mãe, alimentando a péssima relação entre as famílias. Durante o desenvolvimento dessa pesquisa tive a notícia de Gustavo estava em privação de liberdade na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE) e que seu irmão mais velho havia sido assassinado no território.

O jovem apresentava grandes dificuldades em permanecer no ambiente escolar. Primeiro, devido à duas reprovações, o jovem começou não ir para a aula porque “não aguentava ficar na sala com aquelas crianças”. Depois, quando foi para o turno da noite teve uma briga séria com a professora que acompanhava a sua turma que, segundo o jovem, estava perseguindo ele. Hugo conseguiu mudar de turma e ficou colega de sua mãe. Quando realizamos a entrevista, contudo, estava prestes a reprovar por falta.

Reclamava de permanecer no ambiente escolar e, sobretudo, das aulas de matemática. Apesar disso, ao falar sobre o futuro, o jovem dizia que não queria trabalhar “derretendo de calor no telhado todo dia”, que nem a sua mãe. Queria trabalhar em um escritório com ar condicionado, dizia o jovem entre risos e queria “ser daqueles importantes que ganham só para passar o dia assinando papel”.

²⁵ O conceito de *busca-ativa* refere-se à tentativa dos técnicos de entrar em contato com jovens evadidos ou infrequentes ou com as famílias desses. A primeira tentativa é realizada por telefone, não tendo sucesso outras estratégias como a visita domiciliar são adotadas.

Hugo conclui sua medida em outubro de 2014. Frequentou, contudo, a Casa até agosto de 2015 quando se mudou com a família para outra cidade. Foi um dos sujeitos de maior atuação na Casa, participando ativamente das assembleias, das oficinas, dos atendimentos e, também, de boa parte das confusões e brigas que os corredores do projeto presenciaram.

4.1.2 Caio

É comum em jovens da socioeducação a mobilização de uma postura de *malandragem*, uma posição de gerar *medo* nos técnicos nos primeiros atendimentos. Em geral, essa postura é tão mais *mobilizada*, quanto mais a *carreira criminal* seja do jovem ou de sua família é reconhecida. A trajetória de Caio contesta esse argumento.

A existência do jovem chegou a passar despercebida pelos técnicos que não acompanharam seu caso de perto. Bastante tímido e igualmente gentil, Caio trazia uma doçura nos olhos e nas palavras. Cumpriu sua medida por receptação iniciando em julho de 2015 e concluindo em janeiro de 2016.

O pai de Caio, preso já há anos, foi transferido duas vezes de penitenciárias durante o tempo em que convivi com o jovem, por questões de segurança. “É que ele é patrão”, era o que o jovem respondia tentando me fazer compreender a situação. A afirmação me chocou, como à vários outros técnicos. Caio parecia não cumprir os ‘requisitos’ para ser filho de “patrão”.

A história do jovem sobre o seu ato infracional foi repetida várias vezes. Em todas, a narrativa parecia coerente (caso raro de acontecer no contexto da socioeducação de meio aberto, onde as versões vão se modificando de acordo com o vínculo estabelecido com o técnico). Segundo o jovem, estava cumprindo a medida por conta de seu pai, que pediu para que ele guardasse uma moto que havia roubado nos entremeios de suas estadias no sistema penitenciário. Sobre o ato o jovem fala que “Ele pediu, eu fiz, né?! Mas claro que eu sabia que era roubada. Era meu pai”

Buscando compreender o contexto do jovem, e como o seu entorno poderia contribuir para um aprofundamento de suas relações com o crime, perguntei se, para além do seu pai, mais alguém próximo possui relações com a criminalidade. O jovem me respondeu: “Não, só o meu

tio que está preso junto com o meu pai. E o meu padrasto que é *da 'correria'*, e as vezes, minha mãe ajuda ele *'nas função'*²⁶”.

Nesse contexto de trajetória familiar de criminalidade, Caio parecia resistir a uma imersão mais profunda nesse meio. Apesar de sua família e amigos terem suas expectativas de futuro bastante relacionadas à violência, o jovem parecia atravessar esse contexto com doçura e tranquilidade, tendo como motivação os seus próprios sonhos.

Suas expectativas vinham no sentido de conseguir um trabalho que lhe garantisse independência financeira em relação à família e lhe assegurassem uma identidade de *trabalhador*.

Caio presenciou diversos momentos de abuso da força policial. Inclusive, foi forçado a assistir o pai sendo espancado quando tinha 15 anos. Quando conversamos sobre seus sonhos e expectativas, Caio concentrou-se na dimensão profissional, dizendo-me que se pudesse escolher uma profissão seria policial. Questionei se ele agiria com outras pessoas como os policiais agiram com seu pai, o jovem respondeu que “se for vagabundo que nem meu pai tem que ser desse jeito mesmo”.

De um lado, podemos notar a oposição bastante recorrente das figuras de *trabalhador* e de *vagabundo*. Mas também podemos observar a naturalização da prática violenta dos operadores do sistema de segurança em uma justificação do abuso da força física no combate dos “bandidos”, em um processo de sujeição criminal apontado por Michel Misse (2010).

4.1.3 Marcos

Iniciei como coordenadora da Casa das Juventudes semanas depois de uma cerimônia de formatura que certificou os jovens que haviam participado do projeto naquele ano. Nos corredores e nos espaços institucionais como a Fundação que executava a Casa ainda se comentava sobre o emocionante discurso proferido pelo orador da turma, um jovem que cumpria medida socioeducativa no espaço e que teria dito durante a sua explanação que o projeto havia “mudado sua vida” e “afastado ele do crime”. Seu nome era Marcos Silva.

Cheguei no projeto já com expectativas de conhece-lo e entender as circunstancias que levam um jovem a expor-se durante uma cerimonia como aquelas. Compreender quais os

²⁶ “Correria” e “nas função” figuram aqui como expressões corriqueiramente utilizadas pelos jovens no campo de pesquisa como forma de designar o envolvimento em atividades ilícitas.

sentidos que aquelas frases tinham para ele. Conheci-o no dia em que me apresentei para os jovens, meu primeiro dia de estadia na sede do projeto. Vários jovens estavam lanchando na cozinha e olhavam com estranheza eu me apresentar como coordenadora. Meu perfil era bastante diferente do antigo coordenador, um homem de meia idade. Eu tentei vestir-me de forma a esconder minha pouca idade, mas os jovens me olhavam como que decifrassem meu truque. Marcos levanto e disse: “Peraí, só não entendi uma coisa. Tu é que vai mandar aqui no espaço?” Depois da minha afirmativa ele fala mais para os demais jovens do que para mim “Não vai dar certo. Isso não é um trabalho pra mulher”. Foi assim o meu primeiro contato com Marcos. Foi uma das tantas vezes que Marcos me deixou sem ter o que dizer.

No dia seguinte, participei de uma discussão de caso com a assistente social e a psicóloga que o estava acompanhando desde 2013 e saíam naquela semana. Ela retomou a questão do discurso realizado pelo jovem na formatura e afirmou, assim como o fizeram os educadores do projeto depois, que era uma história criada pelo jovem para emocionar os presentes. Segundo elas, esse era um movimento constante do jovem: fantasiar suas vivências tornando-as mais emocionantes e o colocando em uma posição de vítima.

Nesse mesmo dia descobri que Marcos compunha o que a equipe chamava de *Familião*, uma vez que nove jovens dessa família já haviam frequentado a Casa das Juventudes. O *Familião* morava em uma rua próxima ao projeto, em um terreno não maior dos os comuns naquela região. A diferença era que em vez de uma ou duas casas, o terreno contava com quatro casas diferentes, apenas uma delas com banheiro a ser dividido entre as vinte e uma pessoas que vivam ali. Moravam ali o avô de Marcos, sua mãe, seu tio, suas duas tias e respectivos companheiros e filhos.

Marcos não morava com a mãe. Segundo contava o jovem, sua mãe não quis assumir a sua criação e então o jovem foi morar com os avós na primeira das quatro casas do terreno. Tinha na avó materna a figura de mãe. Quando ela faleceu, em 2015, o jovem continuou vivendo com o avô, mesmo que de tempos em tempos precisasse ir morar com a mãe por conta de desentendimentos com o avô.

O fluxo de mudanças das crianças entre as casas do pátio era uma constante. Moravam com a mãe, tinham problemas na vivência com os padrastos, iam morar com a tia e tinham problemas de vivência com os tios, iam morar com o avô, mas se desentendiam com ele e voltavam para a casa da mãe.

A relação dos e das jovens dessa família com as figuras masculinas e paternas era complexa. Segundo relatos da mãe e das tias de Marcos, o avô estaria envolvido em episódios de abuso sexual com as filhas. Da mesma forma, duas adolescentes confessaram para a equipe terem sido vítimas de abuso pelo padrasto e tios. A Casa da Juventude já foi palco de uma discussão familiar onde uma irmã acusava o marido da outra de ter abusado de seus filhos. Outras várias denúncias de abuso sexual foram movidas contra diferentes homens que habitavam o terreno. Em apenas dois desses episódios as denúncias surtiram efeito, resultando na prisão de dois de tios de Marcos.

A relação entre a mãe e as tias de Marcos era tumultuada. Nos atendimentos familiares realizados, o que parecia era que cada uma queria caracterizar mais as suas irmãs como mães incompetentes, como se ao fazê-lo redimir-se-ia dos seus erros enquanto mãe. A guarda das crianças aparecia como uma moeda de barganha para garantia de favores. Presenciei mais de uma discussão que acabava com frases como “Se tu não fizer isso, eu vou no Conselho Tutelar pedir a guarda da menina e contar o que o teu marido faz com ela”.

Marcos chegou à Casa para cumprir uma medida de prestação de serviços à comunidade por tráfico em 2013 quando tinha 16 anos. A medida foi fruto de uma intervenção policial que encontrou no terreno um local importante de venda de drogas ilícitas. Segundo relatos familiares o tio de Marcos era bastante envolvido com o tráfico de drogas e Marcos assumiu como suas as drogas apreendidas como forma de reduzir a pena do tio. O jovem, assim como seus primos acompanhavam e participavam do pequeno tráfico ali realizado, o que só foi ficando claro com o acompanhamento sistemático de sua família durante anos.

Marcos cumpriu as horas de prestação conforme o previsto, e seguiu frequentando as atividades da Casa das Juventudes diariamente. Foi o jovem que mais recebeu atendimentos da assistente social, que sempre acompanhou sua história de perto, devido às complexidades encontradas na sua organização familiar. Além de participar de todas as oficinas disponíveis (exceto dança, que considerava “coisa de menina ou de *viado*”), adorava passar horas no telecentro, olhando seu facebook ou mesmo jogando com os demais jovens.

A sua presença diária no projeto (assim como de seus primos) começou a ser vista como um problema pela família. Segundo a mãe, nessas horas que o jovem passava “fazendo nada de útil”, ele poderia estar procurando um emprego. De fato, esse sempre foi um problema para o jovem, que protelava a necessidade de acessar um trabalho a seu aniversário de 18 anos.

Apesar de nunca ter sido formalmente diagnosticado, todos os técnicos que já atenderam Marcos observam nele algum transtorno cognitivo, o que torna a fala do jovem confusa e desconexa. Mesmo assim, Marcos conseguiu estabelecer um grande lugar de liderança entre os jovens da Casa, sendo orador de turma e entrevistado por vários jornais. A impressão que tenho é que Marcos sabe falar o que as pessoas querem ouvir, a *malandragem* que a vida lhe ensinou.

Em 2015, Marcos foi cogitado para assumir uma vaga de agente de ação social na Casa da Juventude. Estabelecemos com ele um longo processo de preparação e incentivo para a elaboração dos documentos que faltavam. Ao final, o suposto envolvimento do jovem em um homicídio realizado perto da Casa, aliado a episódios de ausência do jovem no dias marcados para a confecção de seus documentos, acabou impedindo que essa vaga fosse preenchida por Marcos.

Como os demais jovens da idade, Marcos sempre procurou andar “bem vestido”, mas o seu estilo era bastante diferente dos demais: gostava de andar de terno ou camisa social, coerente com o seu projeto de um dia tornar-se pastor da igreja que frequentava.

Sua relação com a Igreja, inclusive, foi responsável por um dos episódios mais emblemáticos da Casa da Juventude. Durante o intervalo de almoço, o companheiro de uma de suas tias chega o projeto exigindo ser atendido. O homem está transtornado visivelmente irritado com a mãe de Marcos que estava o acusando de roubar dinheiro de sua casa. Seu José gritava “Ela me chamou de ladrão, mas agora eu vou mostrar que ladrão é o filho dela”. E José contou que Marcos havia chegado em casa com uma guitarra que havia roubado da Casa das Juventudes junto com seu primo para utilizar na banda de adoração que eles possuem na igreja.

Alguns minutos depois chegaram a mãe e a tia de Marcos e se deu início a uma grande briga entre os três adultos, que trocavam insultos sobre roubos, abusos sexuais e incompetência para criar seus respectivos filhos. Depois de a equipe intervir acalmando os três, as mulheres confirmaram a história do roubo da guitarra. Combinei com elas que os jovens poderiam trazer no primeiro horário da tarde a guitarra de volta para conversarmos, e caso contrário teria que notificar o roubo do instrumento. As 13h em ponto estavam na porta da Casa Marcos e dois de seus primos. Completamente envergonhados, mal olhavam para nós e respondiam apenas o estritamente necessário. Contaram como esconderam a guitarra no corredor para que não vissemos a hora em que saíram com o instrumento e que o fizeram porque queriam ter instrumentos “bacanas” para tocar na igreja e que o pastor sabia de tudo. Aceitamos os pedidos de desculpas e o instrumento de volta.

Por precaução, a sala de música passou a ficar trancada e os jovens só podiam acessá-la com a presença de um educador. Mesmo que tenhamos tentado manter a história em sigilo entre os demais jovens, em pouco tempo os jovens que frequentavam o projeto já sabiam do ocorrido, o que causou um clima de tensão entre os membros do *familião* e os outros jovens da Casa.

Depois que a Casa das Juventudes passou pelo processo de reestruturação, mudando inclusive de localização, Marcos deixou de frequentar cotidianamente o espaço. Disse que precisava assumir que tinha virado adulto. Veio até a Casa umas duas ou três vezes, contar sobre um trabalho de carregador que havia encontrado em Porto Alegre. Em abril de 2016, Marcos apareceu na Casa, visivelmente transtornado e com roupas que escondiam todo o seu corpo. Contou que o terreno onde sua família morava havia sido vendido para um grande traficante da região e ele estava sendo ameaçado. Como era comum, o jovem não conseguia nos explicar toda a situação e dava informações desencontradas sobre o ocorrido. Não quis que ajudássemos na denúncia da ameaça, só queria uma forma de chegar até o trem para ir se esconder em outra cidade da região metropolitana. Providenciamos seu transporte até o trem e ficamos de manter contato. Como de costume, depois de 3 dias, o seu número não era mais aquele e não conseguimos nenhum contato com o jovem. Semanas depois ficamos sabendo por outros jovens que Marcos já havia voltado a morar no terreno de sua família.

Alguns meses depois desse episódio, recebo uma mensagem de Marcos, dizendo que andava sumido porque havia passado os últimos três meses preso. Pedi para que ele fosse até a Casa no dia seguinte para explicar o que havia acontecido. No dia seguinte, Marcos apareceu com o alvará de soltura: havia sido detido por tráfico e tinha passado grande parte desse tempo no Presídio Central de Porto Alegre. Marquei um atendimento jurídico para ele no Serviço de Assessoria Jurídica Universitária e me comprometi em comparecer no atendimento junto com ele.

No caminho de trem até o SAJUIR, novas versões controversas da história e outra novidade: Marcos contou-me que uma menina teria vindo até ele dizer que estava grávida e que achava que o filho era dele. Pensei muito na figura de Marcos um pouco mais de um ano antes jogando todas as responsabilidades “da vida adulta” para quando fizesse 18 anos. Era como se agora a “vida adulta” tivesse chegado como um furacão na sua vida, com vários de seus marcadores de uma só vez.

Organizada a defesa, fui chamada como testemunha para a audiência, que deveria acontecer dois meses depois, em dezembro. Combinamos, também, um novo atendimento, onde

Marcos pudesse apresentar informações de outras testemunhas. O novo atendimento ficou marcado para exatamente uma semana depois. Estranhei quando o jovem não apareceu, na sexta-feira subsequente.

Depois de muitas tentativas fracassadas de contato, fui até a Casa dele. Fui recebida pela mãe e alguns primos que me informaram que Marcos tinha “caído” mais uma vez. Lembro de ter que me esforçar para retomar o fôlego. A mãe, grávida de 6 meses, de pés no chão e com uma toalha de louça pendurada no ombro tentou, em prantos, explicar o que havia acontecido, mas também ela não sabia muito bem. Só sabia que ele estava no Central novamente. Cerca de quinze minutos depois da minha chegada estaciona um carro que tem na direção uma mulher. Sai do veículo um jovem de cerca de 20 anos, armado e com um celular na mão. Pede pela mãe de Marcos, dando nome e sobrenome do jovem. Sara, mãe de Marcos, não consegue parar de tremer, e se move com dificuldade até o portão. De longe, consigo ouvir com dificuldade que o jovem mostra para Sara o depoimento que Marcos deu na delegacia, e o que ele deveria fazer de agora em diante para garantir a segurança dele e da família. Percebi-a explicando quem eu era quando o jovem perguntou, e a resposta foi seguida de novas ameaças, agora também direcionadas a mim.

Retornei à Casa da Juventude, li e reli a matéria de sua segunda apreensão em um jornal local e fiquei imóvel, estática por um tempo. Só no final do dia consegui dar seguimento as tratativas para transferir Marcos para a Penitenciária de Canoas, facilitando muito as visitas de sua mãe.

Muitos ainda foram (e continuam sendo) os contatos que tenho com a família de Marcos. Mas a última vez que o vi foi no dia de sua audiência. Ficamos horas aguardando que a SUSEPE o trouxesse para a sala de audiências e, quando ele chegou, vestindo uma calça social e uma camisa branca, quase não o reconheci. Ele estava fisicamente igual, mas havia algo de muito diferente nele. O Marcos-menino tinha ido embora, seu olhar vago quase gerou a impressão de que não nos conhecíamos. Nenhuma pessoa da família do jovem estava lá, eu era a única testemunha de defesa e era como fossemos desconhecidos, a essa altura. Tentando descrever o que senti naquele momento, só consegui dizer que tive a impressão que uma parte importante de sua humanidade havia o deixado durante esses últimos meses. O menino que tinha tanto medo de virar adulto, já não parecia mais ter medos.

4.1.4 Gabriel

Gabriel destoa bastante dos perfis mais recorrentes num espaço como a Casa da Juventude. Ele tem 17 anos, branco, cabelos loiros, olhos claros e um leve sobrepeso. Usa quase cotidianamente uma calça jeans e uma camiseta de banda de rock progressivo e um tênis estilo *all-star*²⁷, o violão sempre a tiracolo. Uma imagem dócil, de uma ingenuidade quase infantil e uma postura de respeito e gentileza que conquista com facilidade todos os técnicos, educadores e estagiários da unidade.

Sua situação familiar e socioeconômica também o coloca em uma situação diferente da maioria dos meninos acompanhados. Gabriel vive com seus pais numa casa confortável. Sua irmã mais velha mora com o marido e o filho em uma casa construída nos fundos do terreno, não por necessidade, mas para aumentar a convivência familiar. Gabriel hoje está matriculado e frequentando o ensino médio, sua irmã completou ensino superior, o que é uma raridade na região.

Sua presença naquele espaço, dada essa imagem de jovem “certinho”, causava estranheza àqueles que não sabiam do seu ato infracional: “Ele nem parece *guri de medida*”²⁸ é uma frase que ouvi com certa frequência dos oficineiros e estagiários que frequentam o espaço e costumam não saber sobre a trajetória infracional dos adolescentes. A curiosidade era também despertada nos demais jovens em cumprimento de medida que por vezes o olhavam de cima a baixo tentando captar “qual era a dele”.

A aparente tranquilidade com que Gabriel relaciona-se risonho com todos, esconde as marcas profundas de seu histórico infracional na construção de uma imagem de si mesmo. “Eu sou um monstro” era o que o menino recorrentemente dizia quando falava sobre o ocorrido. Gabriel abusou sexualmente do sobrinho de dois anos em uma tarde em que ficou encarregado dos cuidados do menino para a família.

Essa imagem parece ser acionada pelo jovem apenas nos espaços de atendimento psicossocial ou nos momentos em que fica a sós com o educador social de violão. Gabriel tem verdadeira paixão por música e compôs algumas letras falando sobre seu dilema interno. Em uma delas, o jovem diz que segue a vida torcendo para que o anjo controle o demônio que vive

²⁷ Bem diferente dos tênis “escamas de peixe”, frequentemente usados pelos jovens do território como forma de ostentação.

²⁸ Corriqueiramente, “guri de medida” é como os técnicos diferenciam nas conversas internas os jovens que estão em cumprimento de medida socioeducativa dos que estão em prevenção secundária.

dentro de si. Nos demais espaços de convivência e interação, essas marcas são escondidas com grande habilidade evitando o estigma de *duque*²⁹ que poderia trazer graves consequências para o adolescente.

Certa vez Gabriel foi pressionado por alguns jovens que queriam saber qual o ato havia cometido. Depois de tentar driblar a pressão e utilizar frases muito frequentemente utilizadas pela equipe técnica e por educadores, como “aqui não interessa quem fez o que”, Gabriel logo percebeu que deveria adotar outra estratégia. Adotou para si uma imagem de descontrolado e disse que “perdia a cabeça” quando ficava nervoso. Contou ter brigado na escola e que como a briga saiu do controle, estava respondendo por lesão corporal. Conseguiu mobilizar os recursos para sair dessa situação constrangedora – e mesmo perigosa – com bastante destreza. Não presenciei o jovem ser questionado sobre seu ato infracional nenhuma outra vez depois dessa resposta.

Outro fator importante para compreender o fragmento de sua trajetória que representa a sua passagem pela Casa da Juventude é a sociabilidade do jovem nesse espaço. Apesar de a Casa atender o público em cumprimento de medidas e os jovens em prevenção secundária de forma integrada, é mais comum a existência de uma sociabilidade específica entre os jovens “das medidas”. Para além da vivência entre pares ser balizada pelo papel do ato infracional na construção de uma identidade juvenil “respeitável”, existe um recorte geracional na divisão entre esses dois públicos: os jovens que passaram pelo sistema de justiça juvenil, em geral, apresentam mais marcadores de transição para a vida adulta (ou, ao menos, para uma juventude menos infantil) que os demais, como por exemplo...

Mesmo com uma idade mais compatível com os adolescentes em cumprimento de medidas, Gabriel convivia com mais facilidade com os adolescentes em prevenção secundária, geralmente mais jovens (com 12, 13 ou 14 anos). Essa sociabilidade, por vezes, ocorria às custas de um “curvar-se” a brincadeiras e discussões mais infantis que o convencional para a sua idade, e mesmo para a sua maturidade. Gabriel parece compreender a incompatibilidade de sua trajetória e de seus marcadores, para uma convivência plena tanto com os jovens em cumprimento de medidas, quanto com aqueles em prevenção secundária. Por isso, parece gostar

²⁹ *Duque* é como são chamados os “abusadores” no ambiente socioeducativo. Com frequência, jovens que cumprem medida por conta de atos infracionais como esse precisam ser isolados porque sofrem graves retaliações por parte dos demais jovens em cumprimento de medidas.

mesmo de estar com os trabalhadores da Casa, sendo facilmente confundido com um integrante da equipe.

Gabriel permaneceu na Casa da Juventude por mais 13 meses depois de concluída sua medida, frequentando o espaço quase que diariamente. Estabeleceu importantes vínculos afetivos, principalmente com a última psicóloga que o atendeu. Para ela, o jovem conta entusiasmado sobre o seu recém-iniciado namoro. A empolgação do jovem com a nova relação é marcada, contudo, por sua dificuldade em contar sobre seu ato infracional para a namorada. Na visão do jovem, é algo “importante demais” para ela não saber, mas difícil demais de contar. Talvez contar sobre o ocorrido dê visibilidade a uma imagem até então restrita à seu espaço familiar e as instâncias do sistema de justiça juvenil por onde circulou.

Esse jogo de imagens e autoimagens é operado nessa trajetória de forma relativamente consciente. Ao falar sobre como a sua relação consigo mesmo foi alterada pela execução da medida socioeducativa, o jovem demonstra compreender a particularidade desse espaço no tocante à construção das imagens decorrentes de seu ato infracional:

As pessoas nunca me amaram de verdade, elas gostam de mim pelo que elas acham que eu sou, uma mentira. Aqui eu consigo ser respeitado como eu sou de verdade, não tenho que me preocupar em fingir ser algo que eu não sou ou não ser algo que eu sou. Aqui eu posso ser eu mesmo. (GABRIEL em entrevista realizada em novembro de 2016)

4.1.5 Henrique

Henrique chegou antes em imagem e depois em presença física na unidade de execução onde foi realizada a pesquisa de campo. Vários outros jovens que frequentavam o serviço já haviam falado do “Cabeça”³⁰. A imagem de jovem temido e respeitado no local se confirmou nos primeiros dias de convivência. Observei que nos espaços de circulação, todos o cumprimentavam de com um balançar sutil de cabeça, sem olhar diretamente nos olhos, como quem reverencia um superior. No entanto, essa imagem parecia não caber na sua figura física. Era um jovem de 16 anos, estatura mediana, pele morena, um porte levemente atlético, cabelos curtos e escuros, sempre ocultados por um boné que o acompanhava em todas as ocasiões.

³⁰ Apelido pelo qual o jovem era conhecido no “território”. Este apelido ficcional, escolhido pelo jovem na conversa sobre sua participação na pesquisa.

Aparentemente era um menino, um adolescente como os demais. Mas esta imagem a ele associada era tão forte, que era difícil enxergá-lo como tal.

Uma importante característica sua - o sorriso - demorou algumas semanas para aparecer, mas quando surgiu diversificou os modos de vê-lo; era um sorriso alegre, até meigo, muito diferente da seriedade e da convicção que estampava em seu rosto em todas as vezes que o vi na rua.

Henrique tem uma história de vida parecida com a da maioria dos meninos em cumprimento de medida socioeducativa³¹, à exceção do fato de conviver tanto com o pai quanto com a mãe, ambos trabalhadores de um galpão de reciclagem no bairro. Uma das figuras mais importantes da sua trajetória foi o tio paterno, assassinado meses antes da entrada de Henrique na FASE³², e que lhe deixou como “herança”, o complexo emaranhado de relações do tráfico local.

Henrique nunca teve problema de falar abertamente sobre o seu envolvimento com atos infracionais. Teve uma trajetória importante em um esquema local de roubo e furto de veículos, onde, segundo ele, conseguia tirar a maior parte de seus ganhos financeiros. Gostava também da adrenalina da ação, conforme relatou algumas vezes.

Mas o envolvimento no tráfico de drogas era o que ocupava a maior parte do seu tempo – mesmo sabendo que essas duas “modalidades” de ação infracional devem ser entendidas menos como fatos isolados, e mais como um complexo mosaico de ações. Costumava passar as madrugadas em alguma das *bocas*³³, “fiscalizando o turno”, como gostava de dizer.

Durante seu atendimento psicossocial semanal, uma das principais ideias trabalhadas era sobre o quanto a sua postura séria e a sua figura temida eram necessárias à sua sobrevivência, mas que, mesmo assim, era preciso pensar em outros marcadores, desejos e sociabilidades que poderiam circular sobre essa vida, onde o “Cabeça”, enquanto figura de um “criminoso”, era apenas uma das possíveis dimensões.

Com o tempo de convivência, entendi que a Casa da Juventude era um dos poucos lugares onde o *Cabeça* deixava espaço para o adolescente *Henrique*, desde a troca de

³¹ Alguns marcadores são bastante recorrentes nas histórias de vida dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, como a evasão escolar, a vulnerabilidade econômica, a residência em periferias dos grandes centros urbanos e a dificuldade de acesso à alguns de seus direitos básicos.

³² FASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul. Henrique esteve 38 dias em internação provisória antes da definição de sua medida de prestação de serviços à comunidade.

³³ Pontos de venda de drogas ilegais que, por vezes, funcionam, também, como espaços de uso e sociabilidades tanto entre os jovens pertencentes ao sistema do tráfico local, como entre usuários.

confidências com sua técnica de referência até o inocente jogo de futebol de botão com os colegas nos espaços de sociabilidade.

Existia um grande contraste entre as imagens mobilizados por Henrique dentro da Casa e aquelas acionadas na sua vivência fora desse espaço, mesmo quando esse “fora” refere-se à rua imediatamente em frente da unidade.

Certa vez, Henrique não apareceu para as suas atividades, no horário agendado. Vários outros jovens também não compareceram para cumprir suas horas de PSC naquele dia, o que levou a equipe a suspeitar que estaria acontecendo algo no território. Fiquei na sala da equipe técnica, onde existe uma grande janela com vista para a rua em que se encontra o portão principal da Casa. No meio da tarde observei um fluxo maior de jovens do que o usual naquela rua e um ritmo mais acelerado que o de costume. Logo a movimentação caracterizou-se como uma “correria”³⁴. Dentre vários jovens que vi passando, reconhecendo alguns, notei a figura do Henrique. Tentei notar a sua expressão, mas a velocidade com que passou não me permitiu observar muita coisa, apenas seu rosto sério, com olhar sereno (mesmo que suas pernas em disparada sugerisse uma sensação bem distante da tranquilidade), e o seu movimento preciso em sacar a arma da cintura, com a destreza de quem já conhece muito bem esse movimento, apontando para um grupo de jovens que corria à sua frente. Nesse dia tive dificuldade de relacionar o que via, com a imagem daquele adolescente que poderia estar sentado em minha frente, conversando risonho, caso tivesse aparecido para seu atendimento como esperado.

Em outro episódio, eu estava a caminho da Casa e ao entrar na rua lateral, que dá acesso à unidade, vi Henrique vindo em minha direção. Ele estava acompanhado de uma adolescente, que também devia ter cerca de 15 anos. Ao avistá-lo, senti uma sensação boa ao reconhecê-lo e me preparava para saudá-lo afetuosamente. Quando menos de 2 metros nos separavam, percebi que eles começaram a andar mais rápido e Henrique não me cumprimentou ao passar por mim. Sua expressão estava mais uma vez séria, mas nesse episódio havia um tom de preocupação também em seu rosto. Olhei para trás para cobrar o cumprimento, quando vi que a menina começou a gritar para outro adolescente, que saía de uma das casas daquela rua, implorando calma. Observei o menino sair correndo atrás de Henrique, com um revólver em punho e juras de morte. Paralisei por alguns instantes, e logo entrei rapidamente na Casa. Várias motocicletas em alta velocidade começaram a se movimentar para a direção em que Henrique

³⁴ Correria nesse sentido refere-se tanto ao fluxo agitado, quanto a atividades ilegais no território, principalmente os momentos onde é necessário o uso de violência ou de fuga.

havia corrido, todas pilotadas por adolescentes não mais velhos do que ele. Horas mais tarde, Henrique apareceu na unidade em seu horário normal. Comentei com ele sobre o ocorrido e que temi por sua vida. Ele me disse que estava protegido (imagino que pelos adolescentes que passaram de moto por mim). Entendi que não me cumprimentar foi uma forma de Henrique me proteger. “Lá fora é selva, dona, tem que se cuidar”. Feliz por vê-lo bem e pelo cuidado que teve comigo, passei o restante daquele dia tentando compreender a convivência dessas facetas que mobilizam imagens tão diferentes naquela única vida.

Dias depois, a foto de seu corpo sem vida no chão - entrando para as assombrosas estatísticas de homicídios que acometem a juventude brasileira - concretizava o imaginário de jovem violento e perigoso que foi alvejado por um policial que insistia em carregar a imagem de *herói*. Essas imagens contrastavam com a do garoto, filho amado que partiu e que vieram à tona quando sua mãe me mostrou a certidão de óbito. Com o rosto inchado de chorar e as mãos trêmulas, aquela mulher que aparecia sempre como muito forte nas narrativas de Henrique, aparentava ali uma fragilidade gigantesca. Ela segurava o papel que naquele momento guardava a última imagem de Henrique: um ser humano, um ser orgânico, agora sem vida.

4.2 Os *passos*: projetos de futuro na execução socioeducativa

Essa seção tem como objetivo compreender de que forma os projetos de futuro são abordados durante o processo de execução de medidas socioeducativas. Para tanto, a execução das medidas foi dividida em quatro “passos” que se referem à diferentes momentos dessa jornada que compreende o cumprimento da medida de prestação de serviços à comunidade na Casa da Juventude.

Em cada um dos passos é apresentada uma cena etnográfica composta por recortes da realidade, a partir de uma apreensão qualitativa do campo de pesquisa. Os personagens dessas cenas são, sobretudo, os jovens cujas sínteses de trajetórias foram apresentadas na seção acima, mas também estão presentes alguns outros jovens que contracenaram com aqueles durante esse caminho.

4.2.1 Primeiro passo: A chegada

O telefone toca e o estagiário que atende passa dizendo que é a educadora do CREAS, referência das medidas socioeducativas do serviço. Ela avisa que acabou de atender um jovem e que será encaminhado para a Casa da Juventude. Minutos depois a campainha localizada no portão da Casa toca alto, firme, mas de forma breve. A equipe olha pela janela e vê no portão um jovem acompanhado de sua mãe e de seu pai. “É medida”, diz uma das técnicas. Dificilmente um jovem encaminhado de outro serviço que não do CREAS vem com os dois responsáveis, mesmo que para esses encaminhados do CREAS isso seja raro.

É o pai que fala com o estagiário da recepção. “Ele veio pagar o comunitário”. Ele está sério, parece brabo e disposto a bancar a raiva que está do filho como quem defende que ‘fazer coisa errada’ não veio de casa. O menino aparenta vergonha, olhar fixo no chão e evita ao máximo se pronunciar. Parece ter vergonha, mas também medo do pai, do que pode acontecer. A mãe está numa espécie de mediação, tenta ser amável com o filho, olha com medo para o marido, mas como se quisesse acalmá-lo e dizer que vai ficar tudo bem. Tenho a sensação de que todos só querem que aquela cena termine logo.

Entrando na sala com a técnica que fará a entrevista inicial, o nervosismo de todos fica ainda mais evidente. O pai parece ansioso para dizer logo o que aconteceu e colocar a culpa na mãe, nas companhias, no próprio menino, mas tirar de si esse ‘peso’. A técnica não começa perguntando sobre o ato infracional. Ela explica como funciona o projeto e pergunta se foi tranquilo encontrar o endereço. Pensar que existem outros meninos nessa situação e que a equipe está “acostumada” com trajetórias infracionais acalma o ambiente e desarma um pouco da tensão presente naquela sala. As próximas perguntas são sobre dados do menino, entender onde ele já morou, por onde passou, se já foi atendido por algum serviço da rede. Essas perguntas deslocam o protagonismo da conversa, fazendo com que a mãe responda mais que o pai. O jovem agora alterna o olhar entre o chão, a mesa e a mãe que fala sobre a sua trajetória. Depois de coletados os dados, o jovem é convidado a escolher as atividades que irá realizar durante a execução de sua medida. Ele diz que ‘tanto faz’, como se não achasse justo que pudesse escolher. O pai escolhe por ele. A técnica pergunta se ele quer falar sobre o ato infracional naquele momento. Não quer. O pai fala e diz que nunca gostou “daqueles meninos” que estavam com seu filho no momento e que eram os reais responsáveis pela infração, de acordo com sua narrativa. O jovem reafirma essa versão timidamente e diz que não vai mais andar com eles.

Agora tudo vai mudar. Seus projetos são voltar a estudar, mudar as companhias, fazer cursos e “arrumar um serviço”. A família diz que agora vai acompanhar mais de perto a rotina do filho, com uma marcação mais cerrada. O projeto é de um futuro bem diferente desse episódio isolado na trajetória do menino.

O momento de chegada no projeto pode envolver cenas variadas. Por vezes é o próprio jovem que vem sozinho com o papel de encaminhamento do CREAS em mãos e dizendo que veio para “fazer o comunitário”. Por vezes, a família participa desse processo mais de perto. De toda forma, essa chegada costuma vir acompanhada de muitos discursos de mudança de atitudes e de projetos de futuro diferentes.

Durante a realização da entrevista inicial a afirmação da vontade de permanecer estudando ou de voltar a estudar é uma constante, como quem confirma um protocolo. É comum se dizer o que se imagina querer ouvir.

É comum, também, que toda a responsabilidade pelo ato infracional seja direcionada para outras pessoas, especialmente para amigos e colegas “que não querem nada com a vida”. Nesse momento, o jovem ou a família buscam construir suas trajetórias de modo a colocar o ato que o levou até ali como algo pontual em sua vida, como um equívoco, um deslize.

Em termos da discussão sobre projetos, podemos dizer que, nesse momento, são mobilizados – ao menos discursivamente – aqueles projetos já valorados pelas gerações anteriores: o estudo e o trabalho. Na verdade, esses dois parecem mais como dispositivo moral do que em relação à uma construção de novas possibilidades para o futuro.

Não interessa aqui qual o estudo, nem qual o trabalho. O ingresso nesses dois espaços é demandado como que para dizer que aquele jovem não é um *criminoso*. A ideia de “ocupar o tempo” do jovem é bastante utilizada pelas famílias com estratégias de evitar uma nova inserção infracional.

Mesmo quando o envolvimento infracional do jovem é evidente e ele vem, por exemplo, pelo regime de progressão de medida (quando o jovem que está em privação de liberdade é transferido para o meio aberto), o discurso inicial envolve a construção de um futuro diferente. “Agora tô de boa, dona. Quero mesmo é ficar sereno”, disse Henrique assim que chegou ao projeto, acompanhado de seu pai, para fazer o acolhimento.

Apesar de a temporalidade futura ser o foco discursivo do atendimento (seja o futuro longínquo de transformação de vida, seja o futuro mais próximo definido pelos meses que seguirão o cumprimento da medida), é apenas no acompanhamento diário do jovem que

entenderemos o quanto dessa projeção parte de um real desejo dele e o quanto é dito apenas para causar boas impressões iniciais ou mesmo para evitar conflitos com a família.

4.2.2 Segundo passo: A rotina

É quinta-feira de tarde, que tende a ser um dia com grande concentração de jovens *de medida*, já que é o dia da aula de música. Os meninos têm grande simpatia por esse educador, que gosta de ficar ouvindo as suas histórias. Acontece algumas identificações, por similaridades de alguns marcadores entre as trajetórias dos jovens e do educador.

A oficina só começa as 13h30 e um pouco depois das 13h já tem três jovens esperando no sofá. Eles já passaram na sala de equipe para “dar um oi”, para as *soras* ou para as *donas*, dependendo da preferência de cada um.

Os meninos estão todos vestindo bermudas e camisetas largas, usam corrente e tênis grande no pé. Estão de boné. Se movem como se quisessem ocupar o maior espaço possível. Sentam com as pernas e os braços abertos. Cada um ocupa no sofá o que seria o lugar de duas pessoas. Sua corporalidade remete a marcações constantes de masculinidade e de virilidade.

Sento em uma mesa colocada recentemente ao lado da biblioteca, perto dali. Consigo ouvir quase tudo que falam, mas eles nem parecem notar minha presença. Estão quase eufóricos conversando energicamente entre eles sobre um tênis.

- Olha aí, pai. Tá padrão mesmo, hein?! Esse é louco porque nessa cor as mina vê de longe. Que balaca, hein?!.

Estavam falando de um tênis estilo *escama de peixe* na cor laranja. Há algum tempo atrás, um dos meninos me disse que esse tênis é também chamado de *tênis de mil*, devido ao seu preço. Na hora em que ele me disse, não consegui esconder o espanto em gastar tanto em uma roupa. Ele me respondeu: *“Desculpa mesmo, dona, vou te falar na boa: esse teu estilo de roupa barata não faz sucesso aqui. Acho que aqui na vila a senhora não pegava ninguém”*.

Quando vi que falavam do tênis, ri sozinha lembrando da nossa conversa. Eles seguiram falando sobre o tênis, depois falaram de meninas, citavam alguns nomes e depois traçavam algum julgamento: “bah, aquela é puta mesmo.”; “o cara pega sabendo que todo mundo já pegou, mas que é gostosa, é”. Me sinto incomodada com o assunto e nem preciso falar nada, um deles já aponta para mim e diz: “Ó aí, a dona vai ficar de cara já”. Conversamos um pouco sobre as moralidades envolvidas no julgamento de homens e mulheres que ficam com muitas

peessoas, mas os meninos não opinam muito. Por mais que tente estabelecer o diálogo de uma forma tranquila e leve, o meu lugar de “dona” ali faz com que eles tentem apenas concordar com o que eu digo, ou no máximo dizer que “aqui na vila é diferente de onde a senhora vem”.

Eles ficam com medo de “ouvir sermão” e mudam de assunto. Começam a falar de uma social que vai acontecer no território e um deles comenta que gosta mesmo de ir em uma casa noturna na zona norte de Porto Alegre.

- Mas para o cara ir lá tem que ter que feito um corre bom, pra curtir mesmo tem que ter grana.

Pergunto quanto é o mínimo que eles consideram necessário para ter uma noite boa naquele espaço. Um responde: “Uns mil pila”, e os outros concordam. Sigo olhando demonstrando meu estranhamento e minha curiosidade e um deles me explica:

- A noite, assim, de patrão, é ficar no camarote, comprar um kit completo, que vem com uma garrafa de Absolut³⁵ e 15 latas de energético. Comprar um lança de 200,00, umas dez balas³⁶ de 30 e alguns Special K³⁷. Ai, nesse dia, tu é tipo um rei, faz o que quiser, fica com a mina que quiser e todo mundo quer ser teu amigo.

Um deles comenta: “Certo! Um dia eu vou fazer isso direto, tipo, toda noite que o cara quiser vai poder fazer isso. Vou ser patrão, né?”.

O educador de música chamou e os jovens foram para a oficina.

A rotina da execução da medida socioeducativa é marcada pela socialização presente entre os jovens. Ela ocorre de variadas maneiras e pode ocorrer dentro das atividades ou nos espaços de espera, nos “corredores” da Casa.

É durante esses momentos de convivência entre os jovens que algumas características dessas juventudes ficam evidentes. Uma das características mais facilmente observadas nesse cotidiana é a imensa demanda por reconhecimento, por ser reconhecido e até admirado pelos demais jovens.

Dessa forma, partindo do exposto por Honneth (2003), para quem a criação de identidades e o *reconhecimento* de indivíduos e grupos ocorre em três dimensões: por meio das relações primárias; nas práticas institucionais e nas relações comunitárias, o que conseguimos

³⁵ Marca de vodka bastante consumida por eles.

³⁶ Gíria que se refere às drogas sintéticas produzidas à base de anfetamina, especialmente o *ecstasy*

³⁷ Droga psicoativa produzida com cetamina, substância utilizada, principalmente, como anestésico de cavalos. A droga apresenta-se como um pó branco que pode ser inalado ou injetado. Segundo o site *psicoativo.com*, a droga foi desenvolvida originalmente como anestésico para soldados durante a Guerra do Vietnã.

observar a partir dessa convivência são as demandas relacionadas, sobretudo, a terceira dimensão, caracterizada nesses casos menos pela solidariedade e sim pela experiência da estima social.

O reconhecimento entre os jovens possui vários e diferentes marcadores, de acordo com cada relação estabelecida entre eles. Contudo, o marcador identificado como preponderante na busca por ser reconhecido foi a presença de bens de consumo. A ostentação da posse de certos produtos e bens operava enquanto expressão do sucesso de uma trajetória.

O consumo, assim, não é só uma forma de satisfazer o desejo momentâneo de *ter* algo, mas apresenta forte relação, também, com o reconhecimento que esse *ter* vai gerar perante os demais jovens. O *ter* e o *ser* não se dissociam, ao contrário, retroalimentam-se com o intuito de gerar prazer ao se ter um duplo desejo atendido: o consumo em si e o reconhecimento por ele gerado.

Segundo Bauman (2008), vivemos uma sociedade de consumidores, então, o ato de consumir torna-se essencial para o reconhecimento de um indivíduo enquanto parte integrante do seu meio social, uma vez que essa sociedade “promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas” (2008, p. 71)

“Ser patrão” é uma expressão mobilizada constantemente pelos jovens para se referir a alguém (ou a si próprio) que conseguiu acesso aos bens de consumo desejados. O uso dessa expressão revela como a trajetória desses jovens é marcada pela desigualdade social. Consegue consumir aquele que é patrão, logo, que possui um lugar de destaque na organização social.

O recente estudo de Barros (2018) demonstrou a incorporação de categorias do mundo do trabalho no cotidiano do tráfico de drogas, sugerindo um paralelo estabelecido pelos sujeitos entre o tráfico o trabalho lícito. O uso da expressão *patrão* para designar aquele que consegue consumir o que deseja no ambiente infracional, sugere uma compreensão similar em relação ao trabalho formal por parte dos jovens: assim, quem trabalha (sem ser patrão), não consegue garantir o consumo desejado.

Essa complexa relação com o trabalho foi reforçada em diferentes momentos durante o campo dessa pesquisa. O *ser trabalhador* foi utilizado em diferentes contextos com significados diferentes. Por vezes a expressão simbolizava uma posição moral diante da sociedade, como que *ser trabalhador* significasse *ser digno*. Contudo, em outros momentos, *ser trabalhador*

significava não aproveitar a vida e passar boa parte do seu tempo sendo explorado por alguém, com uma expectativa de mobilidade social que nunca será alcançada.

A distância entre os desejos de consumo e as possibilidades efetivas de consumir são trazidas de formas bastante distintas entre os jovens. Há aqueles que de alguma maneira aceitam os limites de sua possibilidade de consumo e sonham apenas com aquilo que é alcançável mesmo à longo prazo, como ter um carro e uma casa, em geral usada no diminutivo para expressar que pode ser algo bem simples. Gabriel e Hugo se encaixam nesse discurso.

A inserção familiar de Marcos no tráfico de drogas não garantiu acesso a bens de consumo para além do estritamente necessário para manter a sua dignidade. A desigualdade de oportunidades também acontece no ambiente criminal. “Não tem espaço para todo mundo ser patrão”, me disse um dos jovens certa vez. As demandas de consumo de Marcos, e de sua família, eram de um consumo de subsistência. Não que Marcos não sonhasse em “ter as coisas de patrão”, mas antes *sonhava* em se alimentar três vezes por dia. Uma vez o questionei sobre o que ele mais desejava possuir. “Eu não desejo nada que é pra não quebrar a cara”, foi sua resposta.

Nesse sentido, jovens com trajetórias similares a de Marcos encaixam-se no tipo de *consumidores falhos* de Bauman, também entendidos como partes de uma *subclasse*.

(...) As pessoas classificadas como “subclasse” são condenadas à exclusão social e consideradas incapazes de se afiliarem a uma sociedade que exige que seus membros participem do jogo do consumismo segundo as regras estabelecidas, justamente porque são, tal como os ricos e abastados, abertos às seduções muito bem amparadas do consumismo- embora, de forma distinta dos abastados e dos ricos, não possam de fato se dar ao luxo de serem seduzidos. (BAUMAN, 2008, p. 176)

Por outro lado, jovens como Henrique manifestam a necessidade de superar os limites de consumo que foram colocados por sua condição social, e a frequência das práticas infracionais em sua trajetória são utilizadas como estratégias para esse fim.

Para além dos marcadores de consumo, a demanda por reconhecimento passa – em muitos casos - pela necessidade de afirmação da *masculinidade*. Essa necessidade fica explícita em corporalidade e nas atitudes, que trazem marcas de virilidade aparentemente inabalável. Calças largas com parte da cueca aparecendo, os bonés, as tatuagens no rosto e uma forma de movimentar-se que estufa o peito, deixa os ombros em sua maior amplitude possível e o movimento dos braços em frente ao corpo, simulando uma posição de guarda em uma luta de boxe, são algumas das expressões observadas diariamente.

Além disso, é possível observar uma necessidade constante em fazer piadas homofóbicas e zombar de todas as atitudes que pareçam “*coisa de viado*”. Durante uma de suas permanências na Casa da Juventude, Marcos entrou no espaço em um momento em que vários jovens dançavam na sala de dança, sem supervisão da equipe, já que não estavam participando da atividade proposta pela equipe nesse dia. A maioria eram meninas que se divertiam ao som de um funk comercial observando o próprio corpo se movimentar por meio do espelho fixado na parede. Arriscavam-se em passos complexos, por vezes conseguindo e as vezes apenas se divertindo com a tentativa. Alguns meninos tentavam reproduzir os passos. Eu observava de longe e vi quando Marcos chegou e nem conseguiu entrar na sala. A imagem de três meninos *rebolando* ao som do funk deixou seu semblante marcado pela indignação. Aquela atitude pareceu uma ofensa pessoalmente dirigida a ele que pareceu sentir nojo, desprezo e medo ao mesmo tempo. Veio até mim indignado: “Isso tá errado, sora, tá muito errado”. Limitei-me a perguntar “por que?”. Não conseguiu responder, e nem permanecer naquele espaço. Foi embora.

A sensação de ofensa percebida em Marcos nesse episódio refere-se ao fato de que ao observar homens tendo comportamentos que considera inadequados, que não reforçam a postura de homem *macho*, a própria afirmação da virilidade é colocada em questão. É ofensivo para muitos jovens observarem um homem que “abre mão” de sua afirmação masculina, algo muito valoroso em suas vidas.

A dinâmica da *masculinidade* é observada, também, na presença cotidiana de conflitos entre os meninos e, principalmente, nos relatos que esses trazem sobre os conflitos físicos travados com jovens de outras comunidades. Para Pimenta, encontram implícitos nesses conflitos “sistemas de valores baseados em representações do gênero masculino, nas quais são altamente valorizadas a bravura e a ousadia.” (2014, p. 713)

Em diversos momentos, alguns jovens chegavam com machucados no rosto e no corpo, frutos de um final de semana onde o conflito entre os jovens chegou à sua dimensão física. Boa parte deles aconteciam quando os jovens iam para festas e sociais nas regiões centrais da cidade ou em Porto Alegre e encontravam jovens de outros territórios. Contudo, por vezes as brigas ocorriam com jovens do próprio território, que iniciavam por ofensas pequenas. Os trechos abaixo são de momentos de conversas com jovens sobre o assunto:

O cara fica me tirando. Quem ele acha que é?” [...]. Eu não sou otário, né, sora. Quem é que gosta de ficar ouvindo coisinha? (HUGO, 14 anos)

Ah, ficam querendo tirar o cara pra trouxa. Vão levar. Tem que ser. Se não depois, os cara não param mais, acham que podem dizer o que quiser. (HENRIQUE, 17 anos)

Só que, assim, ninguém vai me humilhar, nem tem essa. (MARCOS, 18 anos)

Nas falas dos jovens sobre o assunto, fica evidente uma necessidade de autoafirmação e de reconhecimento por parte de outros jovens acerca do seu valor, representado por meio do respeito. Quando outro jovem coloca seu respeito à prova, o conflito emerge como uma forma de resgatar a sua identidade como homem “que não leva desaforo pra casa”.

Segundo Pimenta, “esses enfrentamentos remetem a uma cultura da *honra e do respeito* a pautar as práticas sociais entre homens e podem ser analisadas na chave da masculinidade.” (2014, p. 713).

Uma visão pejorativa da mulher também é mobilizada para reafirmar a identidade masculina nesses espaços. Assim, conforme mostra a cena descrita no início dessa seção, falar sobre as meninas com quem se relacionou e depreciar as meninas que saíram com outros jovens é uma forma de consolidar a sua identidade de “garanhão”. É comum, também, os jovens referirem-se às suas namoradas como “minha mina”, reforçando um sentido de posse e controle sobre ela.

É que ela é minha mina. Aí o cara que se meter com ela vai levar! O mínimo é o respeito pelo que é do cara. É como pegar algo que é teu, né?! E também ela tem que se dar o respeito, né?! Se não é porque ela é piranha mesmo.” (JOÃO, 16 anos)

Em diferentes momentos os jovens deixavam claro que a traição masculina fazia parte de seu cotidiano, mas que caso fossem traídos pela namorada a violência física contra a ela e contra a pessoa com quem ela ficou estaria justificada. Como uma forma de defender sua honra, o conflito, assim, aparece como forma de remediar um ato que maculou seu respeito perante os demais.

Por fim, o último elemento que emergiu enfaticamente na rotina da execução das medidas socioeducativas foi o papel da socialização e mesmo da amizade no envolvimento inicial dos jovens com atos infracionais. O seguinte trecho demonstra a percepção de um dos jovens sobre a sua primeira prática infracionais:

Na real eu nem sabia direito o que ia acontecer. Ele me chamou, né. E ele é meu amigo, meu parceiro e pediu uma ajudinha só. Claro que eu fui. Sabia que era algo, assim, meio errado, mas ele disse que era de boa. Só segui ele e fiquei cuidando na real. Fazer mesmo eu nem fiz nada, cuidei pra ele fazer só. (HUGO, 14 anos)

Assim, é importante ressaltar que a inserção nas práticas infracionais ocorre de uma maneira processual, em que as primeiras inserções – em geral – referem-se ao acompanhamento dos jovens que de fato realizam “a ação”. Em muitas das vezes, os jovens são convidados a participar como uma “ajuda”, por amigos, vizinhos e mesmo familiares, por vezes sem dimensionar o que a presença na “ação” significa.

Hugo ainda reforça a dificuldade de afastar-se dessas companhias: “a mãe não quer que ande com os guris errado, mas não tem como não andar (...) foi com eles que eu me criei”. Assim, a rotina da Casa da Juventude, ao mesmo tempo que proporciona para os jovens conviverem com outros jovens, as vezes distantes das práticas infracionais, por vezes reforçava o vínculo e a convivência de jovens expostos a situações de violência e à práticas infracionais.

O reconhecimento social perante os demais jovens, seja pelos marcadores de consumo, seja pelos de honra ou respeito, costumavam assentar de forma mais nítida naqueles jovens que possuíam uma relação mais cotidiana com as práticas infracionais. Sua capacidade de ostentação de bens e de afirmação de respeito por meio do conflito conferiam a eles mais do que serem reconhecido, serem admirados. Dessa forma, podemos pensar no papel da dinâmica criminal na construção e afirmação identitária em outros espaços de socialização juvenil no dia-a-dia do território.

4.2.3 Terceiro passo: O acompanhamento

Cheguei na Casa da Juventude, acendi as luzes, abri as cortinas e liguei o computador. Tinha um acompanhamento marcado para o primeiro horário, mas Henrique costumava faltar a execução da PSC, especialmente nas atividades pela manhã. Na semana passada ele tinha ido no horário, mas eu estava em reunião externa e ele preferiu não fazer o atendimento naquela semana e cumprir sua hora com outra atividade. Imaginei que ele não viria agora como que me ‘punindo’ pela minha ausência. Isso já havia acontecido antes, durante as minhas férias.

Organizei os documentos de sua pasta, olhei minhas anotações sobre o último atendimento que havia feito. Quando já se passavam meia hora de atraso, comecei a trabalhar em outras coisas. Já fazia quase dez minutos que eu estava atualizando planilhas e quantificando coisas quando a campainha tocou. O estagiário que estava na recepção e sabia que, à essa altura já marcavam 40 minutos de atraso perguntou se deixava ele entrar. Disse que sim e fui recebe-

lo na porta. Eu estava um pouco zangada com o atraso, mas ele pediu desculpas, disse que tinha *uns corres pra resolver*, mas que estava ali e queria mesmo conversar.

Entramos na sala de atendimento e ficamos um tempinho sentados sem dizer nada. A luz do sol iluminava bastante o espaço e ajuda a ver a preocupação em seu rosto. *Estou feliz em te rever, guri!* Ele sorriu verdadeiramente, parecendo feliz em ouvir aquilo. Tínhamos mesmo um carinho um pelo outro que não se justificava apenas pela convivência. De alguma maneira, admirávamos a coragem um do outro, cada um à sua maneira, cada um em seu contexto.

- *Dona, acho que tô ficando com medo de morrer. O cara sabe que isso vai acontecer, ainda mais nessa vida que o cara leva. O foda é viver o medo.*

A expressão dele me assustou. Nunca tinha visto ele tão verdadeiramente apreensivo. Mesmo nas situações em que chegava depois de ter corrido um grande perigo - como quando ficou três dias escondido no mato, ou quando quase foi baleado perto ao CJ – ele trazia um sorriso de quem era destemido e não ‘tinha nada a perder’.

Conversamos sobre como a vida é complexa e como em cada escolha que tomamos pode morar várias consequências que nem imaginamos. Henrique sempre pareceu muito seguro de suas escolhas e gostava de afirmar as vantagens da vida que levava. Para além de falar do dinheiro que ganhava, do que podia comprar, da forma como era temido e reconhecido no território, falou-me muitas vezes do quanto gostava da adrenalina dessa vida.

Pela primeira vez em mais de 4 meses de acompanhamento senti ele em um lugar “vulnerável”. Falou sobre mim, que nunca tinha visto sentido em alguém querer estudar e trabalhar tanto e aproveitar tão pouco a vida. Mas que agora que ele vivia *espiado*, entendia a importância de *ficar sereno*.

- *No fim, tu é livre, né dona: quer sair, sai. Não tem que ficar pensando em que rua passar e quem que vai junto para garantir tua segurança.*

Perguntei se ele estava arrependido de algumas de suas escolhas. Ou, então, se queria fazer algo diferente a partir daquele dia

- *Agora já era, dona. Já era.*

Retomei com ele as nossas conversas sobre suas expectativas de futuro. Há algumas semanas ele havia me dito que queria “confessar” ter um projeto de vida: vingar a morte de seu tio. Era esse o sentido da vida para ele, que parecia estar bem ciente das consequências disso. Hoje, ele reforçou:

- *Agora já era. É matar ou morrer mesmo. Não tem como mudar quem eu sou.*

Entendi que, na verdade, Henrique sempre teve medo, mas tinha que manter a imagem do “Cabeça”, seu codinome no território, símbolo de heroísmo e coragem. Para ser respeitado ali era necessário parecer não ter medo. Naquele momento senti que ser o “Cabeça” era algo que pesava para Henrique, e que só ali, dentro daquelas quatro paredes ele podia chorar o medo de um futuro incerto.

O acompanhamento, assim como a rotina, é um passo processual na execução da medida. Se durante a chegada a preocupação central é parecer ser alguém confiável, é construir uma imagem de si mesmo condizente com a de *uma boa pessoa*, durante o acompanhamento o jovem vai podendo abrir-se e expando-se de forma diferente à sua chegada.

Longe de imaginar que, por ser processual e cotidiano, a imagem construída de si é mais verdadeira, é possível dizer que depois de um tempo de convivência, o jovem pode atuar em novos e diferentes papéis sociais (GOFFMAN, 1983), não necessariamente se vendo obrigado a construir uma imagem de distanciamento com as práticas infracionais.

Cada acompanhamento ocorre de uma forma, dependendo da metodologia utilizada por cada técnico, da relação entre ele e o jovem acompanhado, além de diversas outras variáveis como o sentido que o jovem vê naquele espaço, sua assiduidade, seu tempo de medida, dentre outros.

Se a demanda por reconhecimento é facilmente observável na interação rotineira entre os jovens, como exposto na seção anterior, no acompanhamento individual os imperativos em relação à construção de uma imagem de virilidade, de consumo, de ostentação são menos presentes e fazem menos sentido. A imagem que os jovens *precisam* bancar no coletivo, não é tão necessária em um espaço de atendimento individual, sendo possível acessar o jovem de outras maneiras, por outros caminhos, conhecendo outras dimensões de sua vida.

É durante o acompanhamento que é desenvolvido o instrumento “Plano de Vida”, a ser elaborado em conjunto entre o técnico e o jovem. O Plano de vida, enquanto ferramenta é bastante simples e genérico. Sua aplicação é a de que, durante o acompanhamento, o técnico aborda expectativas de futuro com o jovem e que eles pensem, conjuntamente, quais as ações a curto e a médio prazo poderiam ser feitas para aproximar o jovem do alcance dessas expectativas.

Diferentemente do PIA, que é de uso comum no ambiente socioeducativa, esse instrumento foi criado pelo CJ e não é formal nem entregue para nenhuma autoridade durante ou após o acompanhamento. Ele é desenvolvido processualmente, não tendo tempo mínimo

para a sua construção e tendo como tempo máximo os meses de execução da medida. Quando da conclusão, o jovem pode levar consigo o instrumento, uma cópia ou uma síntese dele, como preferir. Apesar de depender de cada acompanhamento, a principal metodologia utilizada é a conversa direta sobre o assunto, ocorrida ao longo dos atendimentos, logo após o técnico preenche com as suas impressões e avalia com o jovem se ele concorda com a síntese.

É da sistematização desses processos que emergiu boa parte das análises constantes no próximo capítulo, já que foi possível encontrar regularidades e singularidades durante esse processo.

Conversar sobre o futuro nos acompanhamentos instigou-me, sobretudo, a refletir sobre a temporalidade e as relações com ela estabelecida pelos jovens nessa situação de cumprimento de medida socioeducativa.

Permitiu-me, também, pensar acerca do papel que os próprios jovens davam para “a agência e a estrutura” na construção de suas trajetórias e nesse processo de imaginar-se em uma temporalidade diferente do presente.

Durante o acompanhamento ficou clara uma divisão entre os jovens que tinham maior facilidade em imaginar o futuro, de pensar em expectativas e desejos para um amanhã e os que tinham dificuldade em pensar-se para além do hoje e do agora. Para aqueles, os projetos envolviam trajetórias parecidas com figuras de referência profissional (por exemplo, os professores, os chefes dos pais e algum conhecido), enquanto para os demais ancoravam-se nas trajetórias de amigos, familiares e conhecidos do território para profetizar um futuro incerto e, muitas vezes, perverso.

4.2.4 Quarto passo: As despedidas

Gabriel chega na Casa da Juventude agitado, quase nervoso. Veste sua habitual calça *jeans*, tênis *all star* e camiseta preta de uma de suas bandas preferidas. Pergunta, assim que entra no pelo portão, se o “*sor do violão*” já está ali. Logo o educador sai da cozinha e vai recepcioná-lo na entrada. Teria atendimento com a psicóloga de referência dele e depois a oficina de violão. Mas hoje vai ser diferente: é o último dia de sua medida e todos sabem disso. A psicóloga que o acompanha quer ter o gostinho de que a última hora de cumprimento seja no atendimento, onde poderão conversar *sobre o futuro*.

O educador vai dar uma aula exclusiva para Gabriel hoje, é a despedida dele deste seu processo de cumprimento de medida socioeducativa. Nos últimos seis meses, duas vezes por semana o jovem esteve na Casa para cumprir as suas quatro horas semanais de prestação de serviços à comunidade. O que no início parecia que seria um grande sacrifício, hoje apresentava indícios de que deixaria saudades. O jovem olhava para todos os detalhes da Casa, como quem quer apreciar mais uma vez aquele espaço e tudo o que ele representou em sua trajetória.

Na aula de violão mais conversa com o educador do que pratica os exercícios escolhidos para o momento. O educador de violão foi seu grande parceiro nesses meses. Gostou tanto da oficina que “pegou gosto” pela prática do instrumento. Ganhou um violão de presente da família e mais de uma vez o levou para que o educador o afinasse, mesmo que não fosse seu dia de oficinas. Praticou exercícios em casa. Escreveu algumas letras de música, uma em especial é guardada em sua pasta no armário, junto com o seu prontuário: uma música em que fala sobre o seu conflito interno e pela busca diária em “não ser um monstro”.

Ao final da oficina foi acompanhado pelo educador até a sala da equipe. Um abraço forte foi trocado, junto com promessas de reencontros. Gabriel entra na sala já emocionado e a psicóloga que é sua técnica de referência já o espera para o atendimento que encerra o cumprimento de sua medida.

A pauta é conversar sobre aquele futuro que parecia tão distante, mas que agora já é quase o presente: o *depois* da medida. No caso de Gabriel, segue o acompanhamento psicossocial porque foi acordado isso entre a Casa, o jovem e a família, mas agora sem o caráter de obrigação de quem está cumprindo uma medida judicial. Os planos para o futuro envolvem uma retomada do vínculo mais presente com a escola. Ao contrário de outros jovens atendidos na Casa, Gabriel não possui dificuldades no processo de aprendizagem, é considerado pela escola como um bom aluno. A relação com a escola ficou estremecida depois do ato infracional cometido pelo jovem. O medo era de que também nesse ambiente se reproduzisse o estigma social relacionado aos atos de estupro e o ostracismo à que jovens que *são pegos* por atos como esse são relegados costumeiramente.

Como projeto de futuro à longo prazo, o jovem retoma a ideia de seguir investindo na música, talvez viver dela. A psicóloga aborda com ele as dificuldades envolvidas em uma escolha como essa, mas tenta estimulá-lo a seguir com os seus sonhos e projeções de futuro. Depois da conversa Gabriel se despede de toda a equipe. Brincamos que esse momento merecia um bolo, mas que fica a intenção de celebrarmos essa finalização de etapa. Gabriel vai continuar

frequentando a Casa da Juventude, mas a partir de hoje ele não é mais um jovem em conflito com a lei ou um jovem em cumprimento de medida socioeducativa.

As despedidas da Casa das Juventudes para os jovens em cumprimento de PSC ocorrem, principalmente de duas formas: pela conclusão ou pela evasão da medida socioeducativa. Depois de concluída a medida, os jovens podem seguir frequentando o espaço sem, contudo, ter a obrigação de cumprir uma carga horária específica.

Ao longo do cumprimento da medida socioeducativa o jovem é convidado a refletir sobre os seus desejos e possibilidades em relação ao futuro e, em conjunto com o técnico que o acompanha, desenvolver planos e planejamentos. Por tratar-se de um acompanhamento individualizado, cada um dos jovens o faz em um tempo e da forma escolhida em uma combinação entre ele e quem o acompanha. Em geral, as conversas sobre as expectativas futuras vão se construindo em vários meses de acompanhamento, em meio a outros debates que envolvem temporalidades passadas, presentes e futuras.

É comum que se pense, nesse processo, em planos para o futuro em curto e médio prazo, em geral para o momento após o término da execução da medida. O que se pode observar desses momentos é que a conclusão da medida aparece como um futuro distante. Essa percepção é corroborada pelo fato de que a maioria dos jovens “arrasta” a execução, faltando vários dias da prestação, fazendo com que os seis meses de prestação de serviços não se encaixem em seis meses de calendário.³⁸ Então, os jovens vão cumprindo as horas de prestação como se concluir a medida fosse apenas um sonho para um futuro distante.

Quando acabar mesmo, aí eu penso em como vai ser, penso no que eu quero fazer.
(GABRIEL, 17 anos)

Aí eu pensava assim: quando terminar o comunitário aí eu volto a estudar, né?
(HUGO, 14 anos)

Quando ocorre a conclusão da medida, então, coloca-se um momento de tensão, como se se construísse a necessidade imediata de colocar em prática todos os planejamentos que foram prorrogados até essa marca temporal. Assim, a conclusão da medida aparece como um momento de confronto entre os desejos e as possibilidades, uma vez que o futuro torna-se

³⁸ De acordo com as diretrizes legais, o tempo máximo de prestação de serviços à comunidade é de 6 meses. A medida de PSC é medida em horas semanais de prestação. Quando o jovem falta ou faz uma carga horária semanal menor do que a estipulada (em geral, 4 horas), a medida se estende até que seja cumprida a carga horária referente aos seis meses.

presente e o jovem vê-se na obrigação de repensar-se e repensar sua trajetória e suas expectativas.

É comum que, nesse momento, o jovem sinta-se desamparado de alguma forma. Durante os últimos meses, semanalmente, o jovem pode pensar em sua vida, em seu futuro, em um ambiente ‘seguro’, de acompanhamento individual, onde a demanda por reconhecimento coletivo dava uma pequena trégua, e o jovem podia mostrar-se frágil ou confuso de alguma forma e contar com a companhia de uma pessoa nesse processo. Agora, as projeções sobre o amanhã serão feitas por ele sozinho ou então na interação com pessoas da sua vida, principalmente com os demais jovens, não sobrando muito espaço para a possibilidade de demonstrar fragilidade ou insegurança.

Talvez por isso que, por vezes, mesmo depois de concluírem a medida os jovens seguem frequentando o espaço da Casa da Juventude, como forma de manter esse momento de atendimento, e sociabilidade juvenil proporcionada por esse espaço. Isso ocorreu com Hugo, Gabriel e Marcos que frequentaram a Casa vários meses depois, sem a obrigação de carga horária de prestação de serviços.

Há, contudo, uma grande parte das despedidas que ocorrem não pela conclusão da medida e sim pela evasão. Como é comum que os jovens falem os seus dias de prestação de serviços “arrastando a medida”, torna-se difícil caracterizar a evasão inicialmente. Em acordo com o CREAS, entendíamos que o jovem estava evadido quando não havia cumprido nenhuma hora no mês de referência. Nesse caso, tentava-se a realização de visitas domiciliares, o contato com a família e com o próprio jovem para compreender o porquê das ausências.

Em alguns casos, a evasão ocorria pelo risco de circular pelo território, assim, o procedimento adotado era o de transferir a medida para outra unidade executora, principalmente na própria sede do CREAS, localizada na região central da cidade. Em outros casos, a evasão justificava-se pela falta de sentido que esse processo significava para o jovem. Alguns jovens reproduziam o discurso social punitivista de que a medida socioeducativa de meio aberto “não era nada” e seu descumprimento “não dava em nada”. Dessa forma, considerava-se perda de tempo cumprir a prestação de serviços por acreditar ser improvável a determinação de uma privação de liberdade pelo descumprimento do meio aberto, mesmo que legalmente exista essa possibilidade.

Em alguns momentos, discursos *derrotistas* em relação à projeção de futuro também eram usados para justificar o não cumprimento da medida, como o jovem que disse que seu

caminho “é só a cadeia ou o cemitério mesmo, então por que perder tempo com o comunitário?” (TAYLOR, 17 anos).

Essa postura é mais facilmente encontrada em jovens que possuem trajetórias já bastante marcadas pela criminalidade e pela recorrência de práticas infracionais. Em certo ponto, o próprio processo de repensar as escolhas possíveis para o futuro, é particularmente doloroso para os jovens que possuem seus referenciais e valores mais consolidados na dinâmica criminal territorial ou na presença constante de violações de direitos.

Há, por parte de alguns desses jovens, quase um pedido para que a medida seja por meio de um trabalho braçal, onde seja exigido apenas o esforço físico e não o exercício de reflexão acerca de sua própria vida. Em algumas trajetórias, essa outra maneira de cumprimento de medida faz mais sentido e, por isso, avalia-se conjuntamente se existe a necessidade de transferir a execução da medida para uma unidade onde a execução ocorra de forma mais “tradicional”. Em outras, contudo, avaliamos ser importante estimular esse processo de autorreflexão, então, buscamos reinserir o jovem na PSC da Casa.

Dezenas de jovens que evadiram da execução da medida na Casa da Juventude e também não aderiram à execução em outra unidade, continuavam circulando pelo território e não raras vezes nos encontrávamos nas imediações da Casa. Ao me ver esboçavam um cumprimento tímido, parecendo sentir vergonha, como quem precisa se desculpar de algo que fez. Sempre os cumprimentava com entusiasmo e dizia “Aparece lá na CJ quando der”, faziam que sim com a cabeça, mesmo que soubéssemos, tanto eu quanto eles, que isso provavelmente não aconteceria.

Por fim, a última possibilidade de despedida é nos casos em que o jovem falece durante a execução de sua medida. Henrique foi o único jovem assassinado durante a execução de sua medida durante o andamento dessa pesquisa. Outros dois jovens foram baleados quando estavam em situação de evasão de medidas na Casa da Juventude.

Se durante a execução de sua medida, as discussões sobre futuro aparecem como centrais nos acompanhamentos, são nas despedidas caracterizadas pela morte, ou seja, pelo fim da possibilidade de futuro que residem as maiores contradições dessa abordagem socioeducativa.

5. PROJETOS, TEMPORALIDADES E TRAJETÓRIAS INFRACIONAIS

Essa dissertação nasce como o objetivo de compreender como a forma como a construção de projetos de futuro aparece no contexto da execução das medidas socioeducativas de meio aberto. O capítulo anterior foi dedicado a compreender como esse processo de construção pode ser identificado nos diferentes passos que compõe o caminho da execução de prestação de serviços à comunidade.

Mas para além de entender como o debate sobre futuro é identificada em cada momento da medida, foi possível, aqui, identificar dois marcadores que acompanharam o processo de construção de projetos de futuro e que se relacionam com as hipóteses desenvolvidas no início dessa pesquisa.

A primeira hipótese era a de que, devido ao contexto de vulnerabilidades a que estavam expostos, os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas encontravam dificuldades para estabelecer projeções a médio e longo prazo. No decorrer do campo, identifiquei mesmo uma dificuldade de planejamento de futuro para além do curto prazo, mas a relação entre o campo de pesquisa e o contato com a literatura sobre a temática percebi que a questão era mais complexa e envolvia um fenômeno contemporâneo aqui chamado de *presentificação*. A primeira seção desse capítulo é dedicada à exposição desse argumento.

Uma segunda hipótese era a de que marcadores como consumo e honra eram presentes nesse processo de construção. Como exposto no capítulo anterior, tanto o consumo como a masculinidade como uma espécie de honra a ser zelada apareceram como fundamentais na garantia de reconhecimento social, característica basilar dos projetos de futuro.

Por fim, uma hipótese que não estava presente na fase de projeto dessa pesquisa, mas que foi se desenvolvendo durante o andamento da pesquisa foi a de as diferentes trajetórias infracionais e criminais influenciam o processo de construção de projetos de futuro. Assim, a segunda seção desse capítulo é dedicada a apresentação de uma tipologia de inserção infracionais, composta por dois tipos, e a análise de como cada um deles vive a tensão entre desejos e possibilidades no ato de projetar o futuro.

5.1 “Aproveitar o agora”: o fenômeno da *presentificação*

A mãe de Hugo parou de estudar quando engravidou dele há quinze anos. Retomou os estudos um ano antes de Hugo “cair” e cumprir sua medida socioeducativa. Eram colegas, estudavam na mesma sala, fazendo o quarto ano, mas Hugo reprovaria mais um ano por infrequência. Estávamos conversando, nós três. Ela estava indignada com ele, não entendia o porquê de isso acontecer novamente. “Não entendo, filho. Você tem que *aproveitar* enquanto é novo. Voltar a estudar depois de velho é muito mais difícil”. Hugo parece não entender o que ela fala e também está indignado com ela: “Mas mãe, me deixa *aproveitar* e sair com os guris. A escola vai estar sempre lá, quando eu quiser eu volto”;

Diversas vezes a mãe de Marcos deixava claro que achava um desperdício o tempo que seu filho passava da Casa da Juventude, de que ele poderia *aproveitar* esse tempo para “procurar um serviço”. Marcos nem pensava em uma inserção no mercado lícito antes dos seus 18 anos. Quando sua maioridade chegou e surgiu uma oportunidade de ele trabalhar como mobilizador cultural na Casa da Juventude, a fala da equipe com ele foi a de que era importante que ele *aproveitasse* essa oportunidade de trabalhar em algo que ele gostava. Marcos, contudo, não apareceu nos dias marcados para fazer as documentações necessárias e, além disso, foi “pego” fumando maconha junto com outros jovens da CJ em frente ao projeto. Na conversa que seguiu esse episódio, Marcos só disse que queria *aproveitar* esse momento com seus amigos;

Quando Gabriel estava para terminar o cumprimento de sua medida, disse-me que a família estava insistindo para que ele *aproveitasse* esse tempo que “que ia sobrar” nas suas semanas para procurar um trabalho, iniciar seu currículo. Mas Gabriel tinha outros planos: queria *aproveitar* esse tempo para ficar mais com os amigos e com a nova namorada.

Henrique havia saído recentemente do regime de privação de liberdade e poderia, agora, cumprir sua medida em meio aberto. Tanto seus pais quanto a equipe da Casa da Juventude buscavam tratar com ele a importância de ele *aproveitar* esse momento para repensar seus projetos de futuro, pensar nas consequências à longo prazo da “carreira” que havia escolhido para si. Henrique queria, na verdade, *aproveitar* o fato de que, no meio aberto, podia “fazer os corre” e já usufruir dos resultados, imediatamente.

A palavra *aproveitar* foi a mais mobilizada por todos os atores envolvidos no campo dessa pesquisa. Tanto os jovens, como suas famílias e a equipe da Casa da Juventude usavam-na em quase todas as conversas sobre o futuro ou mesmo sobre as formas contemporâneas de se

viver o presente. Essa categoria, contudo, apresenta significados nitidamente distintos para os diferentes atores que a utilizam.

Se, para as famílias e para a equipe *aproveitar* é mobilizado no sentido de que os jovens deveriam se agarrar nas oportunidades de “mudança” concedidas na execução das medidas socioeducativas e iniciar um processo de construção para o futuro, para os jovens *aproveitar* significa o presente.

Dessa forma, a discussão sobre temporalidades ganhou centralidade nessa pesquisa, uma vez que o caminho do *aproveitar* enquanto categoria nativa para *categoria analítica*, demonstrou que a forma como os jovens protagonistas dessa pesquisa compreendem o agora (presente) está associada com a relação que a sociedade ocidental contemporânea estabelece com o passado, o presente e o futuro.

Desnaturalizar a relação social que estabelecemos com o tempo e com a temporalidade torna-se tarefa árdua na contemporaneidade.

Na contemporaneidade, comumente as pessoas tendem a lidar com o tempo como algo natural, em especial nos espaços urbanos, o calendário e o relógio estão integrados ao cotidiano de maneira efetiva e constante. A naturalização do tempo e a ausência de questionamento criam a ilusão de que o tempo existe em si e sempre existiu. Mesmo no meio acadêmico, o fato de que o conceito de tempo esteja, atualmente, presente em muitas discussões, não significa que haja uma reflexão crítica e uma compreensão sobre o tempo. (MASSON; RESENDE, 2005, p.1).

Mônica Franch Gutiérrez (2008) em sua pesquisa sobre temporalidades juvenis afirma a importância antropológica de romper a naturalidade da representação ocidental do tempo.

Partindo da constatação de que as sociedades, historicamente, lidaram e lidam de maneira diferente com aquilo que entendemos como tempo, a antropologia privilegia o tempo social em detrimento de outros possíveis recortes. Ao fazer isso, busca-se romper com a naturalidade da representação ocidental do tempo, dando visibilidade a formas variadas de perceber e organizar essa dimensão da experiência humana. (FRANCH GUTIÉRREZ, 2008, p. 23)

É importante, como dizem Masson e Resende (2005), “colocar o tempo no tempo”, ou seja, compreender que em diferentes sociedades e em diferentes momentos históricos, a relação da humanidade com o tempo foi modificando-se e que essa relação influencia a forma como os indivíduos vivem o seu cotidiano.

Norbert Elias em sua obra *Sobre o Tempo* (1998) defende a necessidade das ciências humanas debruçarem-se sobre o assunto, muitas vezes compreendido apenas como um fenômeno metafísico e estudado por áreas das ciências naturais. O centro da argumentação do

autor reside no fato de que a humanidade criou instrumentos de marcação temporal que se modificam ao longo da história humana, mas que, mais do que isso, para além desse caráter mais operacional, a noção mesmo de tempo modifica-se de acordo com o momento histórico vivido.

Assim como os relógios e os barcos, o tempo é algo que se desenvolveu em relação a determinadas intenções e a tarefas específicas dos homens. Nos dias atuais, o "tempo" é um instrumento de orientação indispensável para realizarmos uma multiplicidade de tarefas variadas. Dizer, porém que é um meio de orientação criado pelo homem traz o risco de levar a crer que ele seria apenas uma invenção humana. Esse "apenas" traduz nossa decepção diante de uma "idéia" que não seja o reflexo fiel de nenhuma realidade externa. Ora, o tempo não se reduz a uma "idéia" que surja do nada, por assim dizer, na cabeça dos indivíduos. Ele é também uma instituição cujo caráter varia conforme o estágio de desenvolvimento atingido pelas sociedades. O indivíduo, ao crescer, aprende a interpretar os sinais temporais usados em sua sociedade e a orientar sua conduta em função deles. A imagem mnêmica e a representação do tempo num dado indivíduo dependem, pois, do nível de desenvolvimento das instituições sociais que representam o tempo e difundem seu conhecimento, assim como das experiências que o indivíduo tem delas desde a mais tenra idade. (ELIAS, 1998, p 15).

Assim, nos próximos parágrafos busco retomar sinteticamente as formas hegemônicas de se conceber e vivenciar o tempo no mundo ocidental, mesmo sabendo que outros regimes de temporalidade conviveram nesses períodos, com uma menor expressão.

Para a realização dessa retomada, parto, sobretudo, da teoria sociológica sobre o tempo de Carmem Leccardi (2005), que sistematiza ideias de diferentes autores sobre o assunto e desenvolve um mapa da forma como a humanidade se relacionou com o tempo ao longo do seu desenvolvimento.

Segundo a autora, na Antiguidade a marcação do tempo é cíclica e por isso não existe a dissociação entre passado, presente e futuro, entendidos como um intervalo de repetição constante, ditado pela natureza e sobre o qual a humanidade não possui controle. A tradição é elemento importante na construção do que se repete mesmo que não haja uma conotação do tempo como entidade abstrata e quantificável nesse período. A cultura helênica teve papel importante na consolidação dessa concepção de tempo.

Uma importante ruptura na hegemonia da concepção do tempo ocorreu com a difusão da temporalidade cristã. Para o cristianismo, o tempo pode ser compreendido a partir de uma trajetória longa e complexa, por meio de um desenvolvimento linear. Há a separação entre o tempo mundano e o tempo eterno. Segundo Leccardi (2005):

Diferentemente do helênico, o tempo cristão não olha mais apenas para o passado. Nem, como o tempo hebraico expresso no Antigo Testamento, apenas para o futuro. Passado, presente e futuro inscrevem-se, todos lentamente, no fluir inconstante do

tempo que se estende entre os dois pólos – da Gênese, por um lado, e do Apocalipse, por outro. (LECCARDI, 2005, p. 40)

Mesmo com a presença da noção de livre-arbítrio que coloca alguma possibilidade de controle humano sobre o tempo, o projeto divino é que dita as regras do passado, do presente e o futuro e, assim, o tempo “torna-se patrimônio da humanidade em virtude do fato de os seres humanos serem criaturas divinas” (p.40). E o futuro, nesse cenário, já é conhecido e não controlável pela humanidade: o Apocalipse, o ponto final da história.

Com o advento da modernidade, surge uma visão laicizada de tempo. Típica desse momento histórico, a centralidade na humanidade determina a forma de se relacionar com o tempo e surge, nesse sentido, o conceito iluminista de *futuro aberto*, incerto e suscetível ao domínio humano.

Assim, de acordo com Pomian (1981), desloca-se o centro de gravidade do tempo em que a tradição inscrita no passado dá lugar para a possibilidade do novo, inserida na nova concepção de futuro. Substituindo-se um mundo “no qual se procurava apenas produzir o que já fora, imitar respeitosamente os exemplos transmitidos pela tradição ou tomados daquela que se julgava ser a natureza, conformar-se a um costume imemorial” por

Um mundo no qual a maior estima é atribuída à inovação, à invenção, à descoberta, tanto econômica como científica ou técnica; no qual o primado nas artes, nas letras e mesmo nos costumes é concedido ao que é original, inédito, nunca visto; no qual as antecipações prevalecem sobre os hábitos e as expectativas sobre as recordações (POMIAN, 1981, p. 108 apud LECCARDI, 2005).

A concepção de futuro aberto traz em si a noção de que, ao depender da ação humana, o futuro tende a ser sempre melhor do que foi o passado e, assim, consolida-se o ideário de progresso. Os projetos biográficos surgem como expressão do progresso do indivíduo:

Em concordância com o profundo otimismo da ideologia do progresso, uma ideologia que permeou de modo maciço a vida do Ocidente de meados do século XVIII a meados, aproximadamente, do século XX, o controle sobre o futuro foi dado como evidente. O tempo aberto e irreversível do futuro avança, sem incertezas, na direção de um indiscutível melhoramento.

A perda da instância extra-histórica na relação com o futuro faz convergir a atenção sobre a autonomia do indivíduo: não mais sua posição definida, mas sua capacidade de projetar-se individualmente torna-se a fonte primária de identidade e o princípio organizador da biografia. O futuro aparece, com efeito, como um horizonte temporal subjetivamente influenciável, à disposição dos indivíduos como espaço de experimentação. (LECCARDI, 2005, p. 42)

Dessa forma, projetar o futuro surge como uma forma de lidar com o fato de que ele é desconhecido. O futuro é entendido, então, como um livro em branco a ser escrito pelas ações e projetos individuais e coletivos.

Em um contexto mundial de aceleração e globalização que foi definido por autores como Beck (1999) como *segunda modernidade*, a incerteza em relação ao futuro cresce e, por isso, ganha força um comportamento defensivo perante um futuro de riscos. Nesse cenário, definido como *crise do futuro* (POMIAN, 1981), onde a falta de controle da humanidade sobre o devir é evidente, a apreensão do tempo tende a tornar-se fragmentada.

A fragmentação da concepção temporal desloca novamente a centralidade temporal para o presente. Assim, de acordo com Masson e Resende (2005), “O ritmo acelerado, a fragmentação, a padronização, a individualização, a quantificação e o imediatismo que garantem a eficiência da produção industrial migram para as relações humanas e sociais.” (MASSON; RESENDE, 2005, p. 1).

Característica dessa nova forma de relacionar com o tempo, a centralidade no presente não é a mesma que se observava na antiguidade, onde passado, presente e futuro não se dissociavam. Agora, ao contrário, os tempos são fragmentados e a centralidade no presente caracteriza-se por um distanciamento tanto do passado quanto do futuro.

O distanciamento da temporalidade passada é marcado pela tensão em relação à memória social e a transmissão geracional de valores e saberes que altera, inclusive, a relação dos indivíduos com o processo de transição geracional.

A dificuldade de reconhecer-se em gerações passadas, como parte de um grupo social ou até mesmo de uma sociedade altera o fenômeno de transmissão de experiências e conhecimentos, trazendo consequências para a sensação de pertencimento social e questiona a existência de uma memória coletiva, compartilhada pelos indivíduos através das gerações.

Assim, autores como Hobsbawn (1995) alegam a existência de uma *destruição do passado*:

Há uma destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas [...], quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. (HOBSEBAWN, 1995, p. 13)

A falta de relação orgânica com o passado é facilmente identificada nas vivências com os jovens que frequentavam a Casa da Juventude, evidentes tanto nas recusas em falar sobre

acontecimentos históricos quanto no seu desconhecimento sobre a histórias das gerações passadas ou mesmo a história dos seus primeiros anos de vida.

Em uma das atividades em que falávamos sobre as políticas para a juventude, retomei brevemente a forma como jovens eram compreendidos em outros períodos no país e um dos jovens diz como quem age como porta-voz da turma toda: “Ô sora, passa isso aí, que, na boa, a gente não quer saber de história. Pode atalhar e ir direto pra como é hoje”. Todos os presentes pareceram concordar. Alguns acenavam que sim com a cabeça e outros apenas sorriam e riam junto com o menino.

Nesse sentido, o imediatismo e o individualismo típicos do momento contemporâneo contribuiriam para a construção de um presente sem referências no passado e, portanto, com um a redução ou mesmo ausência de uma memória social, reforçando a existência de uma *amnésia coletiva*.

O pesadelo da amnésia coletiva cresce à medida em que nos defrontamos com máquinas, que agora não só trabalham como têm memórias cada vez mais complexas e elaboradas. A valorização de uma racionalidade mecânica e instrumental é questionada e novas definições de saber e conhecimento entram no debate.

Argumenta-se que os suportes materiais da memória, que poderiam estar presentes na vida cotidiana, serem referenciais do passado e servirem de vínculos de solidariedade entre gerações, foram gradativamente substituídos por objetos de consumo efêmeros e descartáveis. (SEPÚLVEDA DOS SANTOS, 2002, p 122-123)

Partindo da teoria de Halbwachs sobre memória e passado, Sepúlveda dos Santos (2002) afirma como o contexto social é determinante para a forma com que nos relacionamos com o passado.

(...) quaisquer lembranças do passado, por mais que pareçam fruto de sentimentos e pensamentos exclusivamente individuais, somente existem como parte de estruturas ou contextos sociais. A lembrança do passado, portanto, não é o ato individual de recordar, mas o resultado de laços de solidariedade, e, como tal, só pode existir porque foi constituída em relação a todo um conjunto de noções e convenções comuns, presentes em pessoas, grupos, lugares, datas, palavras e formas de linguagem, razões e ideias, isto é, em toda a vida material e moral das sociedades das quais nós fazemos ou fizemos parte (SEPÚLVEDA DOS SANTOS, 2002, p 131)

Vivendo em um contexto social que relega o passado à um espaço de menor importância, temos uma tendência constante ao desenraizamento com a memória coletiva que pode gerar, especialmente nos mais jovens, uma sensação de não pertencimento social, abrindo espaço para a necessidade de outros mecanismos de pertencimento e identidade.

Conforme apresentado no capítulo anterior, as identidades e os pertencimentos sociais dessa parcela da juventude passam, sobretudo, pela necessidade do reconhecimento garantido por meio da posse de bens materiais e de posturas legitimadas por um modelo hegemônico de masculinidade.

Para além das mudanças na forma de se relacionar com o passado enquanto memória, o imediatismo gerado pela centralidade no presente traz consequências para a forma como nos relacionamos com o futuro.

Da mesma forma que o pertencimento social é comprometido pelo esvaziamento da relação com o passado, o sentimento de pertença também é fragilizado em um cenário onde a descrença em relação ao futuro é crescente.

Em tempos de mudança, de rupturas, de discontinuidades e de incertezas, as normas que continuam a padronizar as etapas de vida coexistem com o reconhecimento da imprevisibilidade do curso da mesma. Há receios em relação ao futuro, por vezes mesmo uma descrença. Essa dimensão de risco, também de incerteza, favorece formas regressivas de encerramento e evasão.

Algumas culturas geracionais aparecem associadas a situações de anomia quando há descrença em relação ao futuro, quando necessidades essenciais de segurança e autoestima não se satisfazem ou, ainda, quando sentimentos de pertença identitária se fragilizam. (PAIS, 2012, p. 275)

Se falar de futuro é falar de projeção, de expectativas, a crença na possibilidade de construir um futuro “melhor” é condição necessária para o investimento em uma ação em longo prazo, ainda mais quando esse investimento significa abrir mão, de alguma forma, da satisfação imediata de um desejo. Quando a descrença em relação ao futuro é uma realidade, a construção de projeções e das identidades e pertencimentos a ela relacionadas são impossibilitadas ou dificultadas.

O futuro é o espaço para a construção de um *projeto de vida* e, ao mesmo tempo, para a definição de si: projetando que *coisa* se fará no futuro, projeta-se também, paralelamente, *quem* se será. Em suma, a perspectiva biográfica à qual remete o diferimento das recompensas implica a presença de um horizonte temporal estendido, uma grande capacidade de autocontrole, uma conduta de vida para a qual a programação do tempo se torna crucial. Quando o imediatismo é um parâmetro para avaliar a qualidade de uma ação, investir num futuro a longo prazo acaba parecendo tão pouco sensato quanto adiar a satisfação. (LECCARDI, 2005, p. 36)

Nesse contexto, parece claro o esgotamento da própria ideia de projeto – que podemos definir aqui como uma forma de seleção, subjetivamente construída, entre múltiplos “futuros virtuais” disponíveis, capaz de destilar, das fantasias e dos desejos que o substantivam, objetivos alcançáveis, dotados de uma clara medida temporal (LECCARDI, 2005, p. 45)

Nesse sentido, a redução da importância do presente enquanto temporalidade e o enraizamento no presente ou, como chamou Pais (2006), a *desfuturização do futuro*, marca a necessidade constante de um investimento no agora, da garantia da satisfação imediata.

É nesse sentido que a noção de *aproveitar* quando utilizada pelos jovens participantes dessa pesquisa possuía uma conotação diametralmente oposta à forma como o conceito era utilizado pelos diferentes adultos que com eles conviviam. Para os jovens, aproveitar significa viver o presente, garantir a satisfação imediata, uma vez que quando o futuro é totalmente incerteza, não existe sentido em adiar a satisfação para um momento em que nem se sabe se existirá.

Como disse Pais, “se falha a capacidade de imaginar o futuro, dá-se um refúgio no presente” (2012, p. 270). Refúgio esse vivenciado pela satisfação do desejo imediato que, conforme exposto anteriormente, é fortemente marcado pela necessidade de reconhecimento e de consumo.

François Hartog, ao estabelecer sua teoria sobre *regimes de historicidade* como expressões de “uma ordem dominante do tempo” (2014, p.139), desenvolve o conceito de *presentismo* como demonstração da centralidade do presente e do enfraquecimento do passado e do futuro na contemporaneidade.

De um lado um passado que não está abolido nem esquecido, mas um passado do qual nós não podemos tirar quase nada que nos oriente no presente e nos possibilite imaginar o futuro. De outro lado, um futuro que não fazemos a menor ideia. Um tempo desorientado, portanto, situado entre dois abismos ou entre duas eras” (2014, p. 218)

Se podemos falar de um *presentismo* enquanto regime de historicidade, o argumento que aqui reforço é o de que podemos falar de um fenômeno social, a *presentificação*, vivenciado cotidianamente pelos jovens participantes dessa pesquisa. Esse fenômeno é verificável na medida em que o presente enquanto satisfação imediata ganha centralidade e perdem força o passado enquanto memória social e o futuro enquanto projeções e expectativas.

A categoria *aproveitar*, ou melhor, a forma como os jovens a utilizaram durante o campo dessa pesquisa, torna-se a expressão mais visível desse fenômeno que longe de atingir apenas essa parcela da população, deixa nela suas marcas mais aparentes.

A *presentificação* enquanto fenômeno e o imperativo por aproveitar o momento, enquanto sua mais visível expressão, estão presentes no cotidiano das juventudes contemporâneas nos mais diferentes mecanismos de socialização.

Se entre os jovens essa maneira de se relacionar com a vida parece já estabelecida e surge como uma necessidade, os meios de comunicação a reforçam a todo momento. Como exposto anteriormente, o convite a viver o presente é, também, um convite ao consumo. Assim, as próprias propagandas e comerciais utilizam-se do chamado ao presente como uma estratégia de aumentar a venda de produtos relacionados aos bem-estar imediato.

Assim, ao mesmo tempo que o imediatismo vivido pela juventude é moralizado com expressões como “essa juventude não quer nada com nada, só quer saber de aproveitar³⁹”, é vendido como ideal de vida nos inúmeros convites que recebemos diariamente para viver “a juventude como estado de espírito”. Como disse Tavares, “a juventude é amada e desejada, mas os jovens são temidos e odiados” (2009, p. 04)

Se o fenômeno da presentificação é vivenciado pelo conjunto de membros da sociedade em que vivemos, ele ganha contornos ainda mais extremos naqueles que viveram grande parte de sua vida em um mundo já marcado pela necessidade de garantir a satisfação imediata a qualquer custo.

É o que observamos com as cenas descritas no início dessa seção. Para os adultos que aparecem nas histórias o aproveitar vem bastante demarcado como uma necessidade de investimento no futuro, de viver sim o hoje, mas como uma forma de se preparar o amanhã. Mesmo que existam diferenças na forma como a equipe e os familiares vejam essas dimensões, a preocupação com o futuro é presente nos discursos de ambos.

Já para os jovens, o aproveitar é uma expressão de sua vivência no fenômeno da *presentificação*. O que se almeja é vivenciar o máximo de satisfações possíveis no momento imediato, sem que seja necessário refletir sobre as consequências dessas escolhas.

A relação com os estudos talvez seja uma das expressões mais evidentes da dificuldade dos jovens em cogitar a preparação para um futuro. Com exceção de Gabriel, os jovens participantes dessa pesquisa tinham trajetórias escolares erráticas. Hugo tinha uma distorção idade/série elevada e Henrique e Marcos já haviam abandonado os estudos mais de uma vez. Durante um acompanhamento individual Henrique verbaliza o quanto a conclusão do ensino regular não faz sentido em sua trajetória, ao menos na maneira como ele compreendia a sua trajetória.

A senhora tem que pensar, assim, no por que de estudar. Se o cara nasce por aqui ele vai estudar, estudar, se fudendo, estudando e aí vai conseguir um serviço, assim, num mercado, ou de motoboy, ou, no máximo numa loja. Mas é difícil, o que ela vai fazer,

³⁹ Frequentemente ouvíamos expressões como essas para se referir aos jovens que atendíamos vindos de trabalhadores de diferentes serviços da rede de proteção como as escolas e as unidades de saúde.

certo mesmo é trabalhar em obra que é o que todo mundo aqui trabalha. Eu não vou fazer isso, dona. E mesmo que eu fosse trabalhar em obra, pra que estudar?

Olha a senhora mesmo, olha quanto a senhora estudou e ganha bem menos do que eu tiro no mês. E ainda tem que trabalhar todo dia, botando o dedo ali na máquina pra mostrar que não se atrasou. Os meus corres tem riscos, mas tem as vantagens, né?

Apostar em um futuro que, mais do que incerto, pode ser inexistente não *faz sentido*. Das cinco histórias selecionadas, uma teve como fim o término da vida do jovem ainda antes de seus 18 anos e outra ainda guarda ainda vários anos de estadia no sistema carcerário. As trajetórias não foram escolhidas aleatoriamente, mas tão pouco foram escolhidos apenas os casos onde essas possibilidades de futuro eram as mais presentes. Elas circulam como possibilidades em diferentes jovens atendidos pelo sistema de medidas socioeducativas. Nos mais de dois anos de campo dessa pesquisa, acompanhei a morte de 16 jovens (alguns já egressos do projeto, outros amigos, irmãos ou vizinhos dos jovens atendidos).

Assistir a morte de seus amigos e familiares, de seus vizinhos próximos, pessoas com quem conviveu mais diretamente nos últimos anos, marca a subjetividade desses jovens, deixando a eminência da morte (ou da prisão) como uma sentença.

Se a morte é anunciada, o que fazer da vida “que resta”? Aproveitar! É esse imperativo presente em boa parte dos mecanismos de socialização ao quais esses jovens estão expostos. Mesmo no cinema encontramos referências relacionadas à essa forma de lidar com um futuro ausente⁴⁰.

Como analisa Mônica Franch Gutiérrez ao analisar a relação com o tempo em jovens populares da Grande Recife, há trajetórias em que se concentra o “fatalismo do presente” como resposta à incerteza causada pela exclusão social.

Em tempos de risco e de incerteza, a exclusão social pode transformar a incerteza em seu oposto: o excesso de certeza. Isso se observa nos casos de “fatalismo do presente”, onde o problema não é não saber o que acontecerá no dia de amanhã, mas saber que o dia de amanhã será exatamente igual ao de hoje. É nesse sentido que encontramos às vezes representações ligadas à lentidão do próprio tempo diante da aceleração do tempo externo, sentimentos de arrependimento, de frustração e de fracasso. Trata-se de uma perspectiva que leva às últimas consequências o encurtamento do horizonte temporal e da vida calcada no presente. (FRANCH-GUTIÉRREZ, 2008, p. 256)

Se, como disse Leccardi (2005), a construção de projetos de futuro é um processo de construção de identidades, o que observamos na trajetória desses jovens é que não cabe mais

⁴⁰ Como exemplo, inclusive trabalhado com alguns jovens em uma das oficinas da Casa da Juventude temos o filme “Antes de partir” em que dois pacientes terminais lidam com a eminência da morte vivendo o presente de forma intensa.

jogar parte da construção de sua identidade para o futuro. É necessário ser, ter, parecer agora e o futuro aparece, nesse cenário, como inexistente ou como repetição do presente.

Pensando na consolidação do presente, o que importa é viver esse momento com todos os prazeres que ele pode oferecer, disso pode decorrer muitos comportamentos, como uso abusivo de substâncias e a necessidade de ser reconhecido pelos pares imediatamente.

Em relação as satisfações imediatas, é importante reforçar o papel que a alimentação desempenhava na forma dos jovens demonstrarem o seu poder aquisitivo. Assim, para além de “bancar” drogas lícitas e ilícitas nas festas, uma forma de demonstrar-se “patrão” era levar os amigos e, principalmente, as meninas para “comer um Mac”, ou “comer uns risóles”.

É nesse sentido que uma prática imediatista e até hedonista marca da forma de viver dessa juventude, preocupando-se em *aproveitar* o presente, e alimenta uma vivência pautada em um consumismo desenfreado, sintoma da organização social e cultural contemporânea. Essa forma de viver marca a relação dos jovens com o tempo que perpassa todas os espaços por onde circulam. É evidente que essa forma de se relacionar com o presente não é exatamente igual em todas as trajetórias e são inúmeras as variáveis que podem alterá-las que vão desde as diferenças como as pessoas de referência de sua vida encaram a relação com o tempo até as diferenças de condições estruturais e culturais.

O que se buscou, nessa pesquisa, foi compreender de que forma os jovens inseridos no contexto socioeducativo vivenciam esse fenômeno, sabendo que as temporalidades das formas de se executar as medidas contribuem para esse processo.

A temporalidade própria do meio aberto é diferente da medida de privação de liberdade. Quando internado, o jovem tem seus desejos, expectativas e pensamentos voltados para um momento à médio prazo: a volta para a liberdade. No meio aberto, o presente é vivido ao mesmo tempo em que durante a execução se fala em projetar o futuro. A intervenção na socioeducação tende a ser voltada para o futuro, para o que se fazer *depois* que a medida termine. Contudo, por vezes, esquece-se que o jovem segue existindo, segue vivendo em sua comunidade, exposto à mesma realidade que por vezes perpetua a exposição à violência e à violação de direitos. Reside aí um dos principais desafios e uma das principais potências do meio aberto.

O que se observou foi a existência de uma *presentificação* na trajetória desses jovens, marcada por uma recusa a pensar o futuro, seja por achar que ele é inexistente, seja por achar que ele é distante demais. Assim, “aproveitar o agora” é mobilizado diariamente como sintoma de uma vivência pautada no presente.

As expectativas frustradas de mobilidade social, de melhoria de vida, de ampliação de estudos vivenciadas por esses jovens enreda-os num presente contínuo como quem vai vivendo no imprevisto. Essa vivência, contudo, não ocorre de forma homogênea entre eles. Há aqueles que optam por viver uma vida de riscos porque aceitam o futuro como improvável e outros, em contrapartida, que pensam que há certamente um futuro, mas que ela está tão distante e é tão pouco controlável que o mais confortável é não pensar sobre ele agora.

De formas distintas, em ambos os casos as trajetórias e projetos desses jovens estão presos no presente e o que os distingue são as expectativas ou suas ausências no tocante ao tempo ainda desconhecido. O convívio com esses e outros tantos jovens com trajetórias similares nos 29 meses que compreenderam o campo dessa pesquisa demonstrou que a trajetória infracional, ou seja, o nível de envolvimento em atividades ilícitas é uma variável fundamental para compreender essas diferenças. A próxima seção é dedicada à essa análise.

5.2 Trajetórias infracionais e projetos de futuro

Se a presentificação vivida na contemporaneidade faz parecer que projetos de futuro sejam anacrônicos, é verdade que quando estimulados a refletir sobre o futuro, os jovens participantes dessa pesquisa esboçam desejos e compreensões de suas possibilidades.

A convivência no *campo de pesquisa* demonstrou uma complexa relação entre esses momentos de esboçar expectativas - que não deixam de ser formas de projetar o futuro - e as práticas infracionais. De certa forma, as participações nas práticas infracionais contribuíram para satisfações imediatas, mas também para gerar elementos entendidos como importantes para os jovens nas suas expectativas de futuro, especialmente no tocante à construção de um reconhecimento social perante o grupo.

Assim, “ser alguém” (HUGO, 14 anos) além de uma construção no presente é uma aposta para o futuro. A capacidade de consumo, a bravura e a lealdade são reforçados e garantidos, até certo ponto, pela prática de atos infracionais.

Essas práticas, contudo, geram novas tensões e dilemas em relação aos projetos de futuro, pela possibilidade de alteração na expectativa de sobrevivência. Em diversos momentos, os jovens expressam a sua compreensão sobre o aumento do risco de morte “precoce” gerado pela recorrência em práticas infracionais.

Evidentemente cada um dos jovens vivencia essa relação com o futuro de forma diferente, dependendo de inúmeras variáveis. Foi possível, contudo, constatar algumas

regularidades que demonstraram a importância do nível de envolvimento do jovem em práticas infracionais em relação à sua forma de se relacionar com o futuro.

Dessa forma, partindo de uma concepção que se assemelha à noção weberiana de *tipos ideais*, onde a tipologia não visa “forçar esquematicamente a vida histórica infinita e multifacetária” (WEBER, 1974, p.345), e sim fornecer um conceito que auxilie na compreensão de um fenômeno, chegamos nessa pesquisa a uma tipologia composta por dois *tipos* de jovens de acordo com as suas trajetórias infracionais.

Longe de pensar que a realidade complexa de inserção infracional possa ser resumida nessa tipologia, ou que algum possua todas as características de um tipo e nada do outro, a tipologia surge aqui como uma forma de sistematizar algumas das regularidades encontradas no cruzamento entre trajetória infracional e projetos de futuro.

A tipologia refere-se ao nível de envolvimento infracional que pode ser medido, principalmente, pela recorrência em atos ilícitos. Assim, o primeiro tipo foi chamado de *Jovens com inserção pontual em práticas infracionais*, e o segundo de *Jovens com inserção contínua em práticas infracionais*.

Os *Jovens com inserção pontual em práticas infracionais* caracterizam-se por terem praticado atos infracionais poucas vezes e, em geral, estarem cumprindo medida por pequenos delitos como furto ou “pequeno tráfico”, quando foram pegos com pequenas quantidades de entorpecentes. Também costumam entrar nessa categoria as medidas de lesão corporal (que nos casos atendidos na CJ referiam-se a brigas na escola) e as medidas por crimes sexuais (que, em que pese sejam atos infracionais graves, quando estão no meio aberto costumam ser em situações atenuantes).⁴¹ Nesse tipo, a prática infracional não aparece como um marcador relevante de formação da identidade social do jovem e sim como um fato ocorrido de forma isolada em sua trajetória.

Já os *Jovens com inserção contínua em práticas infracionais* caracterizam-se como aqueles com múltiplos envolvimento em atos infracionais, normalmente com mais de uma entrada no sistema socioeducativo, e algum período de privação de liberdade. São mais comuns nesse tipo os atos por assalto, roubo (especialmente de veículos), porte de armas e tráfico (geralmente apreendidos na “boca de fumo”). Nessa categoria, a prática infracional

⁴¹ Uma das medidas de crime sexual atendida no Centro da Juventude referia-se, por exemplo, a um jovem de 14 anos que foi pego transando com sua namorada também de 14. A jovem revelou que a prática era consentida, mas o processo seguiu pela exigência dos pais da menina.

demonstrou-se como um marcador fundamental para a criação de identidade social. Assim, os jovens inseridos nesse tipo costumavam referir-se a si mesmos como “bandidos” ou então como “vagabundos”⁴². Essa identidade é reforçada, também, em pequenos gestos como o de chamar os trabalhadores da Casa da Juventude de *seu* ou de *dona*⁴³, diferentemente dos demais que costumam chamar todos no espaço de *sor* ou de *sora*. Esse uso opera como um marcador identitário de alguém que teve contato com ambientes de privação de liberdade e sente importante reforçar isso cotidianamente.

Em relação aos cinco jovens cujos fragmentos de histórias constroem essa pesquisa, podemos identificar que Hugo, Caio Gabriel correspondem ao primeiro tipo e que Henrique corresponde ao segundo, assim como Marcos. Em relação ao último, contudo, é importante salientar que pudemos acompanhar, ao longo dos anos em que o jovem frequentou a Casa, o deslocamento do jovem do primeiro para a segundo tipo.

Quando chegou para cumprir a sua medida socioeducativa, Marcos tinha parentes próximos envolvidos na dinâmica criminal local e outros tantos que praticavam pequenos furtos para garantir a sobrevivência da numerosa família. O jovem, contudo, esboçava um desejo de sair da casa onde morava e construir uma trajetória distante das práticas infracionais, uma vez que a sua medida era consequência de ter assumido a culpa pelo tráfico pego no local de sua casa, atendendo a pressões familiares que entendiam o seu cumprimento de medida como algo mais brando do que deixar algum dos adultos da casa ir para o sistema prisional. Ao longo dos anos, contudo, a trajetória de Marcos foi aproximando o jovem da criminalidade no território de uma forma que hoje é o próprio Marcos que vive no sistema prisional.

Apesar de a recorrência e da modalidade de prática infracional ser a principal diferença entre os jovens desses dois tipos, com a convivência diária foi possível identificar diferenças na forma de garantir o reconhecimento social e de lidar com as contradições existentes entre

⁴² As duas expressões não são sinônimas como demonstrou o trabalho de Barros (2017). O campo demonstrou indícios de que há diferenças na forma de identificação dos jovens de acordo com o ato infracional praticado. A expressão “vagabundo”, por exemplo, era mais mobilizada por jovens que praticavam roubo e assalto e menos pelos que estavam cumprindo medida por tráfico.

⁴³ As expressões “seu” e “dona” são bastante utilizadas na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul, unidade de privação de liberdade do Estado como uma ironia de reverência aos funcionários, entendidos como superiores nesse espaço. O seu uso sugere que o jovem passou por um período de internação ou tem conhecidos próximos que o fizeram. Segundo Scalzilli (2016), o uso tradicional da expressão dona remete à “memória de certa vassalagem sócio-econômica de longa tradição no imaginário brasileiro” (p. 6)

desejos e possibilidades, gerando posturas diferentes de relação com o futuro e, conseqüentemente, com a possibilidade de morte.

Conforme exposto anteriormente, a sensação de pertencimento social – fundamental na convivência humana – tem passado por profundas modificações, fruto, inclusive, das novas formas de nos relacionarmos com a memória coletiva dos grupos sociais a que pertencemos. Nos jovens participantes dessa pesquisa observamos novos mecanismos de geração de pertença social, especialmente vinculados à dinâmica do território onde nasceram e vivem e ao reconhecimento entre os demais jovens.

Podemos observar, contudo, diferenças desses mecanismos na tipologia identificada. Nos *jovens com inserção pontual em práticas infracionais*, o principal mecanismo de pertencimento identificado foi o de grupo de amizades. Na trajetória de Hugo, por exemplo, a identificação com o grupo de amigos foi o que o levou a praticar o ato infracional responsável por sua medida socioeducativa, uma vez que ele “ficava cuidando para os guris fazerem”.

O ato de Gabriel foi praticado sozinho, como boa parte dos atos de estupro. Entretanto, um dos principais medos de Gabriel era que seus amigos descobrissem exatamente o que aconteceu naquele dia. O isolamento que viveu depois da realização do ato com seus amigos e vizinhos levou a uma grande aproximação de Gabriel de outros jovens da Casa, especialmente os que frequentavam o espaço por outros motivos que não o cumprimento de medida socioeducativa. Gabriel criou para si um novo grupo de convivência, garantindo novos mecanismos de pertença social.

Caio possuía uma trajetória familiar de inserção criminal. Seu pai era conhecido no território e Caio utilizava desse fato como um mecanismo de reconhecimento perante os demais jovens com trajetórias infracionais. Havia, por parte dos outros jovens, certa admiração pelo pai de Caio e por sua história. Caio, contudo, basicamente nunca falava dele e quando fazia parecia sentir vergonha. Buscava também estabelecer relações com outros jovens, mesmo que as amizades estabelecidas ao longo de sua vida fossem mais com jovens do outro tipo de trajetória infracional.

Para os jovens inseridos no segundo tipo, o pertencimento social também é garantido pela geração de reconhecimento entre pares, contudo, os principais mecanismos utilizados são o de admiração e reverência que a sua inserção criminal produz nos demais jovens. Assim, a prática de atividades ilícitas, a coragem de enfrentar os riscos envolvidos nessa prática, e a ostentação dos bens de consumo adquiridos “com os corres”, podem ser vistos como fatores de

geração de pertencimento social. Paralelamente, a vivência cotidiana com outros jovens (e adultos) que realizam práticas ilícitas pode gerar um pertencimento social ligado ao grupo de convívio ou, em grande parte dos casos, ao grupo “criminal” a que está vinculado e ao território em que está inserido.

Tá loco, o cara tá aqui na vila, é o espaço dele, né?! Aí tu tipo faz parte daqui e do grupo de *embolamento*, né?! Quem tá mesmo assim *embolado* com o cara é tipo a família. Só fica *sereno* se todo mundo tiver *sereno* (...) Mas pro cara fazer parte ele tem que ostentar, tem que mostrar que tá junto e que consegue fazer o que for preciso, se tem que dirigir, o cara dirige, se tem que roubar, o cara rouba, se tem que matar, o cara pega a arma e mata... (HENRIQUE, 17 anos)

No deslocamento de Marcos dentro da tipologia, ou seja, do aumento gradativo do seu envolvimento em práticas infracionais foi possível constatar as mudanças de seus mecanismos de pertencimento. Em seus primeiros meses na Casa das Juventudes, o jovem fazia questão de se relacionar com os jovens que não estavam em cumprimento de medida socioeducativa, participando com eles de espaços de socialização informais externos ao projeto, assim como ocorreu com Hugo e Gabriel. Já nos últimos contatos que tivemos com Marcos, fazia meses que ele não conversava com jovens que estavam distantes de práticas infracionais, e mudou a forma como nos chamava: deixei de ser *sora* para me tornar *dona* também para ele.

Mas a sensação de pertencimento ao grupo criminal não é consenso entre os jovens. Depois de ter parado no sistema prisional e sentir-se de alguma forma desamparado pelo grupo ao qual estava vinculado, Marcos questiona a relação e pertencimento e identidade coletiva. “Isso aqui é que nem guerra: parece que todo mundo ergue a mesma bandeira, mas no fim é cada um por si”.

Pensando que Henrique e Marcos ocupavam lugares bastante distintos nos grupos à que estavam vinculados, há aqui indícios que a própria trajetória infracional e criminal pode influenciar a forma como o pertencimento social opera dentro desse cenário.

Apesar de podermos identificar características do que chamamos de *presentificação* na trajetória dos jovens de ambos os tipos, fica evidente a diferença como esse fenômeno é vivido, por exemplo, em conversas sobre como cada um deles lida com a morte ou a possibilidade dela.

Os jovens com inserção pontual, via de regra, negam a possibilidade da eminência da morte.

Ah, acho que quem morre, assim, por aqui, é quem tá mais envolvido só no crime mesmo. É o que eu acho. Não é todo jovem que mora aqui que tem risco de morrer. Eu acho que não. (GABRIEL, 17 anos)

Tá loco, o cara tem muito que viver ainda [...]. É só não se meter com as pessoas erradas, né? Aí tá garantido. (HUGO, 14 anos)

Não quero acabar que nem meu pai, nem pensar. Eu quero é conseguir ficar sereno mesmo, saber que nada vai acontecer comigo. (CAIO, 17 anos)

Os jovens com inserção contínua, ao contrário, lidam diariamente com a eminência da morte, uma vez que vivenciaram com maior frequência a morte de pessoas próximas. Ao conversar sobre o assunto, Marcos fala que “morrer todo mundo vai um dia, que diferença faz a hora?”. Ao falar sobre o assunto, Henrique narra euforicamente dois episódios em que se deparou com a possibilidade concreta da morte, como se a sua sobrevivência em ambos os casos falasse sobre o seu heroísmo em estar vivo.

Bah, esse dia aí eu jurei que ia morrer. Fui roubar um posto de gasolina ali, né. Aí tava na boléia⁴⁴, e os dois guris entraram e roubaram e, quando vê, tinha um brigadiano⁴⁵ à paisana lá. Aí os guri entraram dentro do gol bolinha que a gente tava e o cara veio atrás e chamou reforço até. Eu toquei pra caralho mas aí quando vê veio uma viatura pela frente e outra por trás e aí toquei pro meio do mato mesmo e aí a gente invadiu uma fazenda, a gente saiu do carro e se embretou no meio do mato e era de madrugada ainda, né?! Aí tinha uns maricá que ficavam cortando as perna enquanto eu corria e só ouvindo os brigadiano dando tiro atrás de mim. Eu só pensava que eu ia morrer, mas não parava de correr. Aí uma hora eu cai e senti o policial me puxando pelo braço aí mesmo eu jurava que ia morrer. Mas eu consegui escapar e me escondi nuns mato mais alto que tinha lá e fiquei abaixado lá até as 6 e pouco da manhã. Os guri foram pegos, mas eu não. Fiquei lá umas cinco horas, todo molhado, frio e com as perna que era puro arranhão. Eu só pensava que ia ficar só no tráfico mesmo, que é menos risco. Eu tava achando o tempo todo que eu ia morrer mesmo, só de manhã quando eu consegui mesmo chegar em casa que eu vi que era só susto, mas *tá loco*, que susto, né?!

Aí eu tenho que ficar sereno, né? Quando tipo eu vejo ele de longe tenho que tipo fingir que não sei que foi ele que matou meu tio. Mas aí esses dias deu ladaia lá em baixo. Tinha duas guria lá que tavam brigando por causa de mim e um guri chegou meio que para tirar as cara comigo e eu dei dois soco nele e força de gente começou a gritar que ia dar ladaia. Aí, quando vê, alguém me falou: ó, patrão tá chegando, fica sereno, e vai pra tua baia sem olhar para trás. Eu fui, né?! Porque não queria ficar quicando de macaquinho⁴⁶. Aí quando vê eu cheguei na baia e um pouco depois já tinha uns guri gritando lá na frente e tocando uns tijolão. Aí quando vê ele passou e já viu o tumulto e me chamou. Aí eu pensei que ele ia me matar até. Mas falei: ah, quer saber, vou pagar pra ver. Aí ele falou entra aí no carro e vamo dá uma banda, se eu dissesse que não ele ia me matar mesmo, então eu entrei, né?! Mas aí quando vê ele só me disse pra eu não me meter em ladaia lá embaixo e não descer mais pra lá, me deu um pavor só. (HENRRIQUE, 17 anos)

⁴⁴ Forma de referir-se ao fato de estar dirigindo durante a ação.

⁴⁵ Forma como os policiais militares são chamados no Rio Grande do Sul.

⁴⁶ Expressão que designa o movimento que faz o corpo de uma pessoa quando é baleado.

As frases “jurava que ia morrer” e “vou pagar pra ver”, utilizadas pelo jovem para descrever as duas situações, e proferidas entre risos de orgulho com a sua bravura e coragem, denotam uma certa aceitação por parte do jovem da possibilidade da morte, que acabou efetivando-se poucos meses depois.

Não se pode depreender disso, contudo, que o jovem – assim como os demais inseridos nesse tipo – não esboçam qualquer tipo de expectativa futura. Apesar de aceitarem a possibilidade concreta da morte e da ausência de futuro, esses mesmos jovens estabelecem para si metas de ascensão e crescimento, que os movem a lutar pela sobrevivência. Ao falar sobre as expectativas futuras Henrique diz que “agora que o negócio tá começando a bombar, eu tô recém começando”. Essa aparente contradição entre a aceitação da possibilidade de ausência de futuro e a criação de expectativas sobre ele reflete a complexa relação com o futuro e mesmo com o presente estabelecida por esses jovens, conforme mostra a conversa abaixo:

Bruna: E tu acredita que exista algo depois da morte

Henrique: Eu não acreditava, mas agora eu acredito... Tem uns espírito que ficam rondando, e outro vão pagar os pecados, né?!

Bruna: E o que será que vai acontecer contigo depois que tu morrer?

Henrique: Vou descer pro inferno, certo, pra ficar lá pagando os meus pecado tudo. Pra sempre eu acho que o cara tem que ficar para pagar tudo que fez...

Bruna: e tu acha que vale a pena essa vida, da forma como tu leva, então?

Henrique: Ah, pensando bem, acho que não vale a pena. Já até pensei até em um dia trocar e vida, mas não é fácil assim sair (...)

Dessa forma, identificamos que o fenômeno da presentificação marca a vivência desses jovens e que mesmo quando eles identificam que a forma como estão vivendo o presente reserve consequências negativas para o futuro, a demanda por aproveitar o agora os enreda em trajetórias que, por vezes, desencontram expectativas e as ações necessárias para concretizá-las.

Apesar de conseguirmos identificar diferenças em relação aos marcadores de identidade e pertencimento, as principais diferenças entre os dois tipos de inserção em práticas infracionais dizem respeito a forma como os jovens lidam com a tensão existente entre desejos e possibilidades.

De acordo com o exposto no segundo capítulo dessa dissertação, diferentes autores se dedicaram a discutir a construção de projetos e de trajetórias de vida a partir da dicotomia entre

expectativas e possibilidades de concretizá-las. Dentre esses, destaco as teorias desenvolvidas por Merton (1968) e por Velho (1999), ambas expostas na discussão teórica dessa dissertação.

Para apresentar as diferenças entre os jovens com inserção pontual e os com inserção contínua em práticas infracionais, partirei do exposto por esses autores, buscando identificar quais as características de suas teorias pude encontrar no campo empírico desse trabalho.

Como já explicitado anteriormente, a teoria de Merton (1968) debate acerca da forma como os indivíduos reagem as diferenças entre a estrutura cultural de uma sociedade, que estabelece metas de sucesso e a estrutura social que limita os recursos para conquistá-las. O autor desenvolve uma tipologia com cinco tipos de adaptação em relação a contradição entre essas duas estruturas.

A categoria de adaptação individual chamada pelo autor de “inovação”, é facilmente identificada no ambiente socioeducativo. Segundo o autor,

A pressão dominante conduz a atenuação da utilização das vias legais, mas ineficientes, e ao crescente uso dos expedientes ilegítimos, porém mais ou menos eficientes. A cultura dominante faz exigências incompatíveis, para os indivíduos situados nas camadas inferiores da estrutura social. De um lado, a eles se pede que orientem sua conduta em direção à expectativa da grande riqueza (...) e do outro lado, a ele se negam, em larga medida, as oportunidades efetivas de assim fazer dentro das instituições vigentes. A consequência desta inconsistência estrutural é uma grande porcentagem de comportamento transviado. (MERTON, 1968, p. 219)

Assim, com o intuito de alcançar as metas culturais estabelecidas, alguns indivíduos optam por “assumir os riscos” (1968, p. 217) de conquistarem por meios diferentes dos institucionalizados institucionalmente. A categoria de adaptação pela *inovação* diz respeito a esses indivíduos.

De uma forma geral, podemos dizer que grande parte dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas guardam características com essa categoria, uma vez que estão lá por terem praticados atos não lícitos na sociedade. Contudo, a motivação da prática infracional pode nos dar indícios de que mesmo nesse espaço possamos encontrar características relativas à outra categoria desenvolvida por Merton (1968).

Conforme já demonstrado anteriormente, os jovens com inserção pontual na prática infracional nem sempre praticam o ato infracional como forma de conquistar um bem material e sim, muitas vezes, o fazem como forma de garantir sua socialização com amigos e jovens do território.

Hugo, por exemplo, cumpre medida por furto porque estava junto com seu amigo que foi pego furtando um celular e Caio cumpre medida de recepção porque guardou uma moto roubada para seu pai.

O próprio caráter pontual da prática infracional questiona o quanto esses jovens podem ser classificados a partir da categoria de inovação uma vez que com práticas apenas pontuais seria difícil a garantia do sucesso econômico.

Conseguimos observar nesses jovens certa redução dos alvos culturais de sucesso econômico, e, nos casos em que isso não ocorre, há uma forte expectativa de que a mobilidade social seja alcançada através dos meios institucionalizados socialmente, mesmo que a busca por essa mobilidade esteja presente apenas em futuro distante. Como no caso de Hugo, que almeja trabalhar “em um escritório”, de forma genérica e não consegue permanecer hoje no ambiente escolar, mesmo compreendendo que esse provavelmente seja um requisito para o que deseja.

Assim, em relação às categorias mertonianas, enquanto os jovens com inserção contínua em práticas infracionais podem facilmente serem classificados pela adaptação via “inovação”, os jovens com inserção pontual buscam uma adaptação pela via da “conformidade” (tanto em relação às metas culturais quanto aos meios de alcançá-las), com características de “ritualismo” em alguns casos.

Já na teorização acerca da construção de projetos estabelecida por Gilberto Velho (1999), o conceito de “campo de possibilidades” aparece como forma de descrever a tensão entre desejos e possibilidades, de tal forma que a construção de projetos possa ser compreendida a partir dos desejos de cada indivíduo, mas inscritos dentro das possibilidades que a sua inserção social oferece.

Entendendo o *campo de possibilidades* como uma moldura que delimita a estrutura dentro da qual a agência de cada indivíduo é possível de se desenvolver e, portanto, composto tanto das expectativas individuais quanto das possibilidades sociais e coletivamente construídas, podemos supor que os sujeitos podem ter diferentes percepções sobre o campo de possibilidades que reserva o seu futuro.

Há, portanto, sujeitos que tendem a ver a construção de seus projetos de futuro dependendo apenas de suas escolhas individuais, sem uma necessidade de preocupar-se com as possibilidades de efetivar tais demandas. E, por outro lado, há aqueles que compreendem que o futuro só pode ser concebido a partir das (im)possibilidades a que estão limitados a partir de seu contexto social.

Os jovens inseridos no primeiro tipo aqui desenvolvido, ou seja, aqueles com inserção pontual em práticas infracionais apresentaram uma maior tendência a projetos de futuro pautados nos desejos, mas sem uma preocupação colocada em iniciar mudanças em sua vida em direção de concretizar suas expectativas.

(...) Hugo me disse que tem expectativa de ter um bom trabalho. Que, no futuro quer *ser trabalhador*. Disse, também, que almeja algum trabalho em escritório, um trabalho “sem muito esforço”. Disse que quer se formar em alguma faculdade “quando crescer”. Converso com ele sobre como a continuidade do ensino formal é importante para esses planos. O jovem apenas posterga as obrigações necessárias para o alcance dessa expectativa: “Daqui alguns anos eu penso nisso, sora”. (Diário de campo, novembro de 2014).

Da mesma forma que Hugo, Gabriel construiu para si um projeto de futuro sem refletir sobre os limitantes para a efetivação desse projeto. Quer viver da música, ser um artista, mas não quer “pensar nisso agora”. Quando perguntei para ele sobre como construir oportunidades para esse projeto, o jovem usou o jargão já conhecido de que “é só se esforçar”, colocando, contudo, esse esforço sempre para um momento futuro.

Caio almeja ser policial e pretende se alistar no exército assim que fizer 18 anos. Apesar de possível, essa trajetória profissional provavelmente será dificultada tanto pela trajetória infracional do próprio jovem, como pela inserção criminal de seu pai, seu tio, sua mãe e seu padrasto. Ao conversar com o jovem sobre o assunto, ele diz que não imagina que esses fatores podem atrapalhar o seu plano.

De forma distinta, os jovens inseridos no segundo tipo, aqueles com inserção contínua em práticas infracionais demonstraram uma maior dificuldade em estabelecer planos e mesmo expectativas para o futuro, uma vez que viam a temporalidade futura marcada apenas pelos limites de possibilidades impostos por sua conjuntura, construindo projetos com pouca margem para o desejo.

Eu não tenho mais jeito, já era. Eu não tenho escolha. Era isso ou não ter as coisas que eu tive. E agora, não é bem assim pro cara querer uma coisa diferente. Não adianta ficar sonhando, imaginando como as coisas poderiam ser. O que interessa é como elas são. Ninguém vive de futuro, o cara nunca sabe. Pode fazer tudo certinho, só ralar a vida toda e morrer cedo também. Não tem como saber. Não adianta ficar sonhando nada, dona. (HENRIQUE, 17 anos).

Já desisti já. Acho que vocês tinham que fazer a mesma coisa. Deixar pra lá porque eu só faço coisa errada. Devo ter um problema na cabeça, ou sei lá o quê. Mas não vai mudar. Sonhar não é pra mim, sora. (MARCOS, 18 anos).

Se os projetos de futuro dos jovens com inserção contínua consistem em uma repetição do presente, já que não havia margem para mudanças e as únicas expectativas eram as de “ascensão” dentro das atividades criminais, os projetos de futuro dos jovens com inserção pontual eram evasivos como “trabalhar em escritório” ou “ser artista”, possuindo, inclusive, conotações idílicas se levado em consideração a improbabilidade de efetivarem-se sem que houvesse um investimento presente visando a construção de novas oportunidades.

Assim, utilizando os termos empregados por Velho (1999), podemos afirmar que em relação à construção de projetos de futuro, os jovens com inserção pontual em práticas infracionais tendem o pêndulo de seu campo de possibilidades para um “voluntarismo individualista”, enquanto os jovens com inserção contínua em práticas infracionais tendem para um “determinismo sociocultural rígido”.

De alguma forma, os dois tipos estão enredados no presente, mas de formas diferentes. Os jovens com inserção pontual não estabelecem uma relação com a temporalidade futura ao dissociar o futuro sonhado com a construção de um presente de busca de oportunidades para efetivar seus desejos, fazendo com que o futuro não exista enquanto projeção, mas como uma utopia, uma realidade paralela sem necessidade de conexão com as práticas realizadas no presente.

Já os jovens com inserção contínua em práticas infracionais esvaziam o futuro de projeções ao imaginá-lo como inexistente ou, caso haja a improvável sobrevivência, como uma repetição da vivência presente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve no convívio cotidiano com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, a partir de minha inserção profissional, a sua principal inspiração e motivo de existência. As complexidades e desafios envolvidos na realização de uma pesquisa em um ambiente que é simultaneamente familiar e exótico e no qual a participação ganha maior expressão do que a observação, foram vividos como parte integrante dessa investigação que durou mais que os dois anos do mestrado.

Depois das inúmeras mudanças e modificações que o caminho da pesquisa reserva no decorrer de seu andamento, o que busquei demonstrar foi de que forma a construção de projetos de futuro se manifesta durante a execução de medidas socioeducativas de meio aberto. Parti, assim, da observação e da participação diária na execução das medidas de diferentes jovens para compreender como as expectativas e os projetos sobre o futuro emergem em uma unidade de execução.

Para tanto, procurei retomar as discussões teóricas que tangenciavam esse debate, e que permitiram tirar algumas conclusões. Em relação à conceituação de juventude, constatei a necessidade de diferenciar os conceitos de adolescência e juventude, entendendo aquela como uma definição provinda da área biomédica, que marca essa fase de vida como instável, enquanto essa é entendida como uma possibilidade sociológica que compreende condições e situações de vivências plurais desse momento da vida. Foi possível identificar, também, que os marcos legais e jurídicos para essa população englobam esses dois conceitos de maneira arbitrária, pela necessidade de definição do público-alvo de políticas e ações públicas.

Acerca da relação entre juventudes e projetos é salutar sistematizar como principais contribuições o entendimento de que a juventude é particularmente convidada a estabelecer projeções sobre o futuro e que os projetos vão sendo construídos a partir da tensão entre desejos e possibilidades, não sendo possíveis de serem apreendidos por leituras puramente estruturalistas ou, por outro lado, apenas baseadas na agência individual.

Outra contribuição do debate teórico apresentado nessa dissertação foi a de compreender que o envolvimento de jovens em práticas violentas só pode ser descrito como um fenômeno multifatorial, que envolve tanto variáveis objetivas, como a condição de vida, quanto variáveis subjetivas, como a demanda por reconhecimento social.

A principal consideração a ser tecida acerca das políticas públicas para a juventude no Brasil é a de que, apesar dos avanços que as legislações mais contemporâneas trazem, há uma certa convivência dos paradigmas de juventude enquanto risco social e de jovens enquanto sujeitos de direitos nas ações públicas voltadas para a juventude.

A apresentação do campo de pesquisa buscou demonstrar que, seja na dimensão da atuação municipal na prevenção das violências, no dia-a-dia do território (“da paz”), ou na efetivação da Casa da Juventude, foi possível constatar a emergência de diferentes formas de vivenciar a juventude e com ela intervir na realidade social. A existência de regularidades no tocante ao perfil de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, contudo, sugere que nesse campo também se manifestem expressões da histórica desigualdade social vivida no país.

Como forma de compreender a expressão dos projetos de futuro nos caminhos da socioeducação de meio aberto, as sínteses das trajetórias de vida foram utilizadas, como sugere Elias (1994), para a compreensão das movimentações individuais dentro da conjuntura social.

A execução de meio aberto permite o diálogo sobre o futuro com o jovem no andamento habitual de sua vida e não em uma espécie de pausa que a privação de liberdade impõe à sua biografia. Disso decorre uma potência e um desafio porque se possibilita que a projeção sobre o futuro convirja com a vivência do presente por meio de mecanismos que contribuam para a efetivação dos planos dos jovens, também escancara o descompasso entre projeções do amanhã e a vivência do hoje quando esse é o caso.

Foi possível identificar variadas formas de emergência do debate sobre o futuro na execução das medidas de prestação de serviços à comunidade, variando de acordo com a fase em que a execução se encontrava. No primeiro *passo* da medida, que se refere à chegada do jovem à Casa da Juventude, o projeto de futuro, tanto do jovem quanto da família, parece ser o de construir trajetórias distanciadas da criminalidade e tornar o ato pelo qual a medida foi sentenciada um episódio isolado na vida do jovem. Durante esse momento ganham força projetos de vida com características valorizadas socialmente como a ampliação da escolaridade e a inserção no mercado formal de trabalho.

A *rotina* na unidade de execução, entendida como o segundo *passo* da medida, é caracterizada como o momento de convivência entre os jovens. É nas conversas e brincadeiras que ocorrem entre os jovens nos “corredores” da Casa que emergem novas modalidades de projeto de futuro. As projeções de futuro explicitadas nesses momentos trazem como atributo principal a demanda por reconhecimento perante os demais jovens.

Esse reconhecimento é garantido, sobretudo, pela ostentação de bens de consumo, como roupas, adereços, alimentos, carros e até mesmo armas. Assim, o consumo aparece como uma dupla forma de garantia de satisfação imediata: se, por um lado, gera prazer no consumo em si, por outro gera uma valorização perante os demais. A virilidade como uma espécie de honra masculina também aparece como um marcador central de geração de reconhecimento social.

O terceiro *passo* da medida, ou seja, o acompanhamento individual estabelecido entre os jovens e seus técnicos de referência fazem emergir as dificuldades em projetar o futuro em um contexto de adversidades. Longe dos imperativos de sentir-se reconhecido que o coletivo de jovens trás, o momento individual tem a possibilidade de explicitar a maneira como o jovem lê a tensão entre desejos e possibilidades em sua trajetória.

O quarto e último *passo*, aqui chamado de *despedidas* evidencia a complexidade de se pensar em projetos de futuro no contexto socioeducativo. Se mesmo ao longo do tempo de execução, o jovem que cumpre a sua medida em meio aberto pode conviver com as tentações de uma vida pautada apenas na criação de reconhecimento social momentâneo, com a despedida da unidade de execução, o jovem vê-se ainda mais exposto aos imperativos de reconhecimento e, muitas vezes, sem um espaço onde possa refletir sobre a questão. Dessa forma, durante as despedidas, os projetos de futuro dos jovens, que não raras vezes aguardavam esse marco para tornar-se presentes, são repensados e reconstruídos a partir desse novo momento da vida.

É, principalmente, a partir dos dois momentos intermediários, a rotina e o acompanhamento, com seu caráter processual e não tão pontual como a chegada e a despedida, que foram escritos os argumentos defendidos no quinto capítulo dessa dissertação: a existência de um fenômeno de presentificação e a sua vivência em duas formas distintas, dependendo do nível de inserção criminal em que o jovem se encontra.

Foi possível identificar, assim, a existência de uma temporalidade marcada pela ênfase no presente, possível graças a uma “destruição dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas” (HOBSBAWN, 1995, p. 13) e uma “desfuturização do futuro” (PAIS, 2006, p.10), a qual é relegada uma juventude que cresce em uma conjuntura de redução de oportunidades.

Apesar de a ênfase no presente, ou seja, a *presentificação*, ser vivida por toda a sociedade contemporânea, os jovens, que vivem em contextos de violações de direitos e com maior contato com a morte de outros jovens, são particularmente afetados por esse fenômeno.

A possibilidade de uma morte iminente ascende nesses jovens a noção de *aproveitar* que mostrou adquirir significados geracionais diferentes. Enquanto para os adultos presentes na vida desses jovens (incluindo a equipe da Casa da Juventude) esse conceito era utilizado como sinônimo de preparação para o futuro, os jovens envolvidos nessa pesquisa a utilizavam como externalização da indispensabilidade de garantir uma satisfação imediata.

Foi possível constatar também que os projetos de futuro dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativa de meio aberto variavam de acordo com o seu nível de inserção criminal. Foi desenvolvida, assim, uma tipologia de inserção criminal, que apresentou diferenças na forma de garantir o reconhecimento social e na forma de construir projetos de futuro, levando em consideração a tensão entre desejos e (im)possibilidades envolvidos nesse processo.

O primeiro tipo, chamado de *jovens com inserção pontual em práticas infracionais*, diz respeito aos jovens com baixo envolvimento criminal em sua trajetória. Assim, a prática infracional tem um papel secundário na sua identidade social e, portanto, na criação de sensação de pertença à um grupo. Se analisarmos esse perfil a partir da teoria da adaptação individual à contradição existente entre estrutura cultural e estrutura social de Robert Merton (1968), podemos afirmar que esse perfil de jovens se aproxima de uma tentativa de adaptação via *conformidade*, mesmo que tenham em sua trajetória alguns atos infracionais isolados.

Já o segundo tipo, *jovens com inserção contínua em práticas infracionais*, refere-se a jovens com múltiplas passagens pelo sistema socioeducativo ou prisional e que tem nas práticas criminais fatores prioritários de sua identidade e de seu pertencimento social. Para esses jovens, a adaptação individual, segundo a teoria mertoniana, dar-se-ia pela via da *inovação*, utilizando-se de meios que não são considerados lícitos socialmente para conseguir alcançar as metas de sucesso difundidas culturalmente.

Ainda no tocante à construção de projetos de futuro, identificou-se que os jovens do primeiro tipo tendem a construir projetos de um futuro “idílico”, sem uma grande preocupação de mediação com as possibilidades concretas, dando margem para uma análise *voluntarista* do processo de construção de projetos de futuro, utilizando termos de Velho (1999).

Por outro lado, os jovens classificados no segundo tipo apresentam projetos de continuidade na criminalidade, alegando ser a “única possibilidade”, demonstrando um espaço limitado para o desejo, contribuindo para uma visão *determinista* das projeções sobre o futuro.

De forma geral, podemos dizer que o fenômeno da *presentificação* atinge os dois tipos que compõem a tipologia de jovens, mesmo que de formas diferentes, apontando os limites de uma noção linear de passado/presente/futuro nessas trajetórias. Enquanto os jovens com inserções pontuais em práticas infracionais prendem-se ao presente por esvaziarem o futuro de projeções concretas, que se relacionam com a sua vivência no presente, os jovens com inserções contínuas abdicam de pensar um futuro que se difira do presente vivido, alegando, muitas vezes, a conformação com a morte iminente.

Apesar da existência desses dois perfis no ambiente socioeducativo, os atores sociais envolvidos no processo na socioeducação, desde os agentes de segurança pública, o judiciário e os executores das medidas em si muito facilmente caem na armadilha de supor a homogeneidade nesse ambiente.

A crença de que a socioeducação é composta exclusivamente de jovens com trajetórias contínuas na criminalidade contribuem para o clamor social de endurecimento das medidas socioeducativas. Paralelamente, a crença de que apenas a primeira tipologia exista nesse espaço tende a gerar execuções de medidas que se voltam tão somente à garantia de direitos, abdicando da responsabilização do jovem, principal objetivo da medida.

A apresentação da tipologia de inserção em práticas infracionais aponta para o fato de que é necessário o desenvolvimento de metodologias socioeducativas que gerem reflexões e ações sobre as possibilidades e impossibilidades presentes em uma estrutura social tão desigual como a que vivemos e, por outro lado, resgate o desejo daqueles jovens que vêm seu futuro apenas a partir da impossibilidade de mudanças.

Aprofundar o debate acerca das temporalidades juvenis e sua relação com as políticas públicas para a juventude torna-se condição necessária para permitir a emergência de novas formas de apresentação de projetos de futuro nessas ações. E, quem sabe, projeções onde a desejos e possibilidades possam ser mais simultâneos que antagônicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (org.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez. Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação/Fundação Friedrich Ebert, 2003, p. 13-32.

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas Juvenis: Punks e Darks no Espetáculo Urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

ALMEIDA, Rachel de Castro. **O valor do trabalho para a juventude contemporânea na elaboração de projetos de vida**. Tese (doutorado). PUC – Minas. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais, Belo Horizonte, 2010.

ALVAREZ, Marcos César. **A criminologia no Brasil ou Como tratar Desigualmente os Desiguais**. Dados. Rio de Janeiro, v.45, n.4, 2002.

ALVES, Shryrleen Christieny Assunção. **Trajatória profissional e projeto de futuro dos alunos das escolas técnicas do Vale do Aço – MG**. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Psicologia, 2015.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.

BARROS, Betina Warmling. **“Traficante não é vagabundo”: Trabalho lícito, profissionalização e tráfico de drogas na perspectiva de adolescentes internados**. Trabalho de conclusão de curso (Ciências Jurídicas e Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

BANGO, J. Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

BARROS, Nívea Valença. et al. Juventude e criminalização da pobreza. **EducereetEducare - Revista em Educação**.v.3, n. 5, p.141-148, jan-jun/2008.

BAUMAN, Zygmunt. (2007) **Vida pra consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 5ª ed.2008.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: LASH, Scott; GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva– política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

BELLUZZO, Lilia; VICTORINO, Rita de Cássia. A Juventude nos Caminhos da Ação Pública. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 4, nº18, 2004. p. 8-19

BETTS, Jaime. Sociedade do consumo e toxicomania – consumir ou não ser. In: **APPOA – Revista**. Nº 26. Porto Alegre, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, Papirus, 1983, p. 112-121.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRANDÃO, Eliane Reis. Gravidez na adolescência nas camadas médias In. ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (Org.) **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006. p.79-91.

BRASIL. Decreto N. 847 – de 11 de outubro de 1890. **Promulgação do Código Penal**. Ministério da Justiça. Rio de Janeiro, 1890.

BRASIL. Decreto Nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927. **Código de Menores**. Discorre da consolidação das leis de assistência e proteção aos menores. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro, 1927.

BRASIL. Decreto Lei Nº 6.697 de 10 de outubro de 1979. **Código de Menores**. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1979.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16. Julho 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília, novembro de 2005.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Dispõe sobre as Medidas Socioeducativas. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: CONANDA, 2006.

BRASIL. Lei no 11.530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 out. 2007.

BRASIL. **Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei: Levantamento Nacional de 2011.** Secretaria dos Direitos Humanos. Brasília, setembro de 2012.

BRASIL. **Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei. Levantamento Nacional de 2014.** Secretaria dos Direitos Humanos. Brasília, 2017.

BRASIL Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo** (Sinase). Dispõe sobre a regulamentação das Medidas Socioeducativas. Diário Oficial da União, Brasília, 19 janeiro 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. **Mapa do encarceramento : os jovens do Brasil** / Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília : Presidência da República, 2015.

BRUNET, Miguel Bonumá. **Juventude e produção cultural: formas de resistência?:a relação das políticas públicas de cultura com a produção cultural de jovens da periferia.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

CAMARANO, Ana Amélia (Org). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006 p. 13-30

CANOAS. Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania. **Reestruturação do Sistema Municipal de Prevenção às Violências**, 2016.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **Cidadania no Brasil: O longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARSO, Ruth. (Org.) **A aventura antropológica.** Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 4ª edição.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas.** I Congresso da Associação Latino Americana de População – ALAP. Caxambu (MG), 18 a 20 de setembro de 2004.

CASTRO, João Paulo Macedo. **A invenção da juventude violenta: análise da elaboração de uma política pública.** Rio de Janeiro: E-Papers: Laced/Museu Nacional, 2009.

CASTRO, Nitiren; Queiro; CASTANHO, Marisa Irene Siqueira. Autoria entre muros e grades: um olhar psicopedagógico sobre o ensino/aprendizagem de dança na Fundação CASA. **Rev. Psicopedagogia**. vol.30, n.92, 2013. pp. 129-141

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo. Cia das Letras, 1996.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Pivetes: encontros entre a psicologia e o judiciário**. 1 ed. (ano 2008), 1 reimpr. Curitiba: Juruá, 2009.

CONTE, Marta; OLIVEIRA, Carmen Silveira de; HENN, Ronaldo César; WOLF, Maria Palma. Consumismo, uso de drogas e criminalidade: riscos e responsabilidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 2007, vol.27, n.1, pp.94-105.

CONTRERA, Malena Segura. **Mídia e pânico: saturação da informação, violência e crise cultural da mídia**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

COSTA, Aline Bogoni. **Projetos de futuro na aposentadoria**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2009.

COSTA, Ana Paula Motta. **Garantias processuais e o Direito Penal Juvenil como limite na aplicação da medida socioeducativa de internação**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

COSTA, Ana Paula Motta; CUNHA, Victória Hoff da. Do zigue-zague à subcidadania: trajetórias de (des) territorialização e violação de direitos humanos dos jovens que cumpriram medida socioeducativa de internação na cidade de Porto Alegre. **Revista de Direito da Cidade**. v. 9, n. 1. Rio de Janeiro, 2017. Pp 117-135.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Antropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, imprevisto e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**. v. 16, n. 34. Porto Alegre, 2010.

DESIDADES. Revista Eletrônica de divulgação científica da infância e Juventude. Editorial. n 14, ano 5, mar 2017.

DE PAULA, Liana. **Liberdade assistida: punição e cidadania na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade

de São Paulo. São Paulo, 2011. ENS – Escola Nacional de Socioeducação. **Orientações Pedagógicas do SINASE**. 2015.

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARSONO, Ruth. (Org.) **A aventura antropológica**. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 4ª edição.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro Jorge Zahar, 2000.

FERREIRA, Giovana. **Juventudes: trajetórias interrompidas pela inclusão precária**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

FERREIRA, June Maria Silva. **Medidas sócioeducativas de meio aberto: uma análise sobre sua execução na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ** Dissertação (mestrado em sociologia política). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacaze, 2012.

FIGUEIREDO, Ivanilda. **Marco Legal, Políticas Públicas e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente**. Escola Nacional de Socioeducação. Curso Núcleo Básico, 2016.

FONSECA, Cláudia; SCHUCH, Patrice; FLEISCHER, Soraya. **Antropólogos em ação: experimentos de pesquisa em direitos humanos**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2007.

FOOTE-WHYTE, William. Doc e seus rapazes. In: **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FRANCH-GUTIÉRREZ, Mônica. **Tempos, contratempos e passatempos: um estudo sobre práticas e sentidos do tempo entre jovens de grupos populares do Grande Recife**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-industrial. In: BECK, Ulrich; SCOTT, LASH; GIDDENS, Anthony. **Modernização reflexiva– política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1983.

GROPPO, Luís Antônio. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude. **Desidades**. n. 14, ano 5. Março de 2017.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO CANOAS XXI. **Canoas em Dados**. Informativo, 2012. Disponível em: http://www.canoas.rs.gov.br/uploads/paginadinamica/15857/Canoas_em_Dados2012.pdf

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS APLICADAS - IPEA. Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. **Nota Técnica, nº 18**, 2016.

JERUSALINSKY, Alfredo Nestor. Adolescência e Contemporaneidade. In: Conselho Regional de Psicologia 7ª Região. **Conversando sobre Adolescência e Contemporaneidade**. Porto Alegre: Libretos, 2004.

JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Educação**. Porto Alegre, n. 3, set/dez 2007. p.413-438.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**(pp. 90-113). Tradução: P. A. Guareschi). Petrópolis: Vozes, 2002.

KOERICH, Bruna Rossi. **De mãe para filha: rupturas e continuidades de trajetórias familiares em trabalho doméstico**. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia; 2013.

LEAL, Eduardo Martinelli. **O lugar da ‘família’ na ‘conversão’ para maioridade: estudo antropológico sobre família e cursos da vida de jovens em execução das**

A dissoluçã

medidas socioeducativas em Porto Alegre – RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

LECCARDI, Carmem. Para um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social.** Revista de Sociologia da USP. V. 17, n.2, 2005.

LYRA, Diogo. O Big Stick do Morro: Juventude, tráfico e virtude. In: **Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.** 36º, 2012. Águas de Lindóia, SP.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO, Nilson José. **Educação: Projetos e Valores.** 3ª edição. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

MACHADO, Odilon Kielling. **As CEB's no Rio Grande do Sul: o caso do bairro Mathias Velho – Canoas.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

MARINHO, Frederico e VARGAS, Joana. Permanências e resistências: Legislação, gestão e tratamento da delinquência juvenil no Brasil e na França. **Revista Dilemas** nº 4, V. 8, Especial, 2015.

MARTINS, Maria Aparecida Pereira. **Medidas sócio-educativas não privativas de liberdade:** Manual de Orientação. Goiânia. 2000.

MASSON, Leyliane; RESENDE, Anita. A presentificação do tempo na contemporaneidade. **Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFG.** 2005, Goiânia. Anais eletrônicos. Goiânia: UFG, 2005.

MATEOS, Paula Helena. **Narrativas de la violencia** :las voces infanto-adolescentes como parrhesia.Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2015.Libro digital, PDF - (Red CLACSO de posgrados)

MENANDRO, M. C. S.; TRINDADE, Z. A.; ALMEIDA, A. M. O. Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002). **Arquivos Brasileiros de Psicologia,** v. 55, n. 1, p. 42-55, 2003.

MENDEZ, Emílio Garcia. **Por uma reflexão sobre o arbítrio e o garantismo na jurisdição sócio-educativa**. Buenos Aires – Belo Horizonte, fevereiro de 2000.

MERTON, Robert K. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MINTZ, Sidney. W. Encontrando Taso me descobrindo. **Dados: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria ‘bandido’. **Lua Nova**, no 79, 2010. pp. 15-38.

MOLINA, Antônio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia: introdução aos seus fundamentos teóricos**. Introdução as bases criminológicas da lei 9.099/95. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In. ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (Org.) **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006. p.105-121.

OLIVEIRA, Antônio Carlos. A evasão escolar do ensino fundamental no período noturno. In: **O professor PDE e os desafios da escola pública**. Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, 2010.

OLIVEIRA, Magda. **Liberdade assistida: um estudo sobre a execução da medida com adolescentes em Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.

OLIVEIRA, Régia Cristina e SARTI, Cynthia. Físico e moral: o cérebro imaturo na explicação biomédica da medicina. **Anais do Encontro Anual da ANPOCS**, 40°. 2016.

ORTNER, Sherry B. Poder e Projetos: Reflexões sobre a Agência. In: GROSSI, Miriam Pillar.ECKERT, Cornélia. FRY, Peter Henry (Org.). 171 **Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Blumenau: Nova Letra Gráfica e Editora, 2007

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates**. Jovens, trabalho e futuro. Porto: Ambar, 2001.

PAIS, José Machado. Busca de si: expressividades e identidades juvenis In. ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernando (Org.) **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006. p. 7-24.

PAIS, José Machado. A esperança em gerações de futuro sombrio. **Estudos Avançados**. v.26, n. 75, 2012. p. 267- 280.

PERRONE, Tatiana. **Violência e crime: o que os dados dizem?** Laboratório Didático: Universidade de São Paulo, 2014.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Juventude e Violência In: LIMA, Renato Sérgio de, RATTON, José Luiz e AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014a, p. 265-276.

PIMENTA. Masculinidades e sociabilidades: Compreendendo o envolvimento de jovens com violência e criminalidade. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, n.3., 2014b, pp.701-730

PINHEIRO, Leandro Rogério. Trajetórias de uma prática, história de um campo: narrativa de educadores sociais em Porto Alegre. **Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação**, 32^a. Caxambu, outubro de 2009.

RANIERE, Édio. **A invenção das Medidas Socioeducativas**. Tese de Doutorado em Psicologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

RODRIGUEZ-GARAVITO, César. **Investigación Anfibia: la investigación-acción en un mundo multimedia**. Bogotá: Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, Dejusticia, 2015.

SALDANHA, Jesiel. Grande Mathias agora é Território da Paz. **Prefeitura Municipal de Canoas**. Disponível em: <http://www.canoas.rs.gov.br/site/noticia/visualizar/id/3875>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

SARAIVA, João Batista Costa. **Compêndio de direito penal juvenil: adolescente e ato infracional**. Porto Alegre, Livraria do Advogado ED.,2006.

SARMENTO, Manuel Jacinto. O Estudo de Caso Etnográfico em Educação. In N. Zago; M. Pinto de Carvalho; R. A. T. Vilela (Org.) **Itinerários de Pesquisa -**

Perspectivas Qualitativa em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: Lamparina., 2011, p.137-179.

SERRATO, Héctor Riveros. **Rumo à uma Política Integral de Convivência e Segurança Cidadã na América Latina: Marco-conceitual de interpretação-ação.** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PUND). Projeto Regional de Governabilidade Local para a América Latina. 2007.

VERDE, Filipe. Tambores de mortos? Sobre um estudos etnográfico da democracia em Ilhéus, a antropologia feita em casa e a falácia do apelo à crença. **Anuário Antropológico 2009**, v. 1, 2010. p.265-277.

VIEGAS, Danielle Heberle. **Entre o passado e o futuro da cidade: tempo, território e (i)migração em um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS.** V Mostra de Pesquisa da Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

SCHIAVI, Marilei José. **A rádio na prestação de serviços à comunidade: o caso do programa Radar Noticioso da Rádio Metropolitana AM 1070 de Mogi das Cruzes'.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUCSP, 2012.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SEPÚLVEDA DOS SANTOS, Myriam. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. **Cadernos de Sociomuseologia.** v.19 n.19, 2002. p 121- 150.

SGORLA, Andrey Felipe. **Descentralizando políticas, profissionalizando jovens: um estudo do Programa de Aprendizagem Profissional.** Dissertação (Mestrado em Ciência Sociais). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

SOUZA, Adriana Barreto de. Biografia e escrita da História: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. **Revista Universitária Rural: Série Ciências Humanas.** Seropédica, RJ: EDUR, v.29, n.1, p.27-36, jan-jul, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude, crise, identidade e escola. In: DAYRELL, J. (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 96-104.

TAVARES, Maurício Antunes. Entrelaçamento entre campo de possibilidades e trajetórias de vida: a questão da escolarização dos jovens no interior de Pernambuco. **Anais do Simpósio Internacional Processo Civilizador**, XII. 2009, Recife.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. P. 36-47.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Interesses difusos e direito da criança e do adolescente**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

VERONSE, Josiane R. e LIMA, Fernanda da Silva, O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) – breves considerações. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade** n. 1: 29 – 46. SP,2009.

VIDAL, Alex da Silva; KOERICH, Bruna Rossi. Do “menor infrator” ao “jovem em conflito com a lei”: percurso da legislação para crianças e adolescentes no Brasil. **Anais do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito: Sociologia Jurídica contra a dogmática?** Porto Alegre,2017.

VISCARDI, Níliá. **Violência, juventude e controle social no Uruguai: efeitos da violência na construção de trajetórias e identidades**. Tese (doutorado em sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência: Os jovens do Brasil**. Juventude, violência e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência: Os jovens no Brasil**. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2014.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WEBER, Cláudia. (04 de 11 de 2009). *Trinta e quatro anos do Bairro Mathias Velho*. Acesso em 11 de 10 de 2017, disponível em **Prefeitura Municipal de Canoas**: <http://www.canoas.rs.gov.br/site/noticia/visualizar/id/107510>

YOKOY DE SOUZA, Tatiana. **Adolescência e juventude: questões contemporâneas**. Escola Nacional de Socioeducação. Curso: Núcleo Básico. 2016.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 21, n. 61, p. 31-49, dec. 2007.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta:** As organizações populares e o significado da pobreza. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1985.

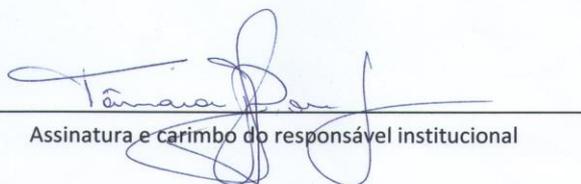
7. APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Autorização SMSPC

AUTORIZAÇÃO

Eu *Tâmara Biolo Soares*, na condição de *Secretária Adjunta de Segurança Pública e Cidadania do Município de Canoas* autorizo a realização da pesquisa de mestrado “Entre trajetórias, desejos e (im) possibilidades: projetos de futuro em jovens da socioeducação de meio aberto”, a ser conduzida pela pesquisadora *Bruna Rossi Koerich* com os jovens participantes da Casa da Juventude Mathias Velho e Harmonia. A responsável pelo estudo comprometeu-se em assegurar o anonimato dos participantes da pesquisa.

Canoas, 04 de novembro de 2016.


Assinatura e carimbo do responsável institucional

Apêndice B – Termo de Autorização Fundação La Salle



Canoas, 22 de agosto de 2016.

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Por meio desta autorizamos a pesquisadora Bruna Koerich a realizar o campo de sua dissertação intitulada "Entre trajetórias, desejos e (im)possibilidades: projetos de futuro em jovens da socioeducação de meio aberto", orientada pela Professora Dra Fernanda Bittencourt Ribeiro, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O campo será realizado no Projeto Casa da Juventude, executado pela Fundação La Salle, através de observação participante e realização de 10 entrevistas narrativas.

Fundação La Salle
08.341.725/0001-55


Mariana Recena Aydos

Coordenadora de Planejamento e Projetos - Fundação La
Salle

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser observado e entrevistado para a realização da pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada “TRAJETÓRIAS E PROJETO DE VIDA DE JOVENS DA SOCIOEDUCAÇÃO DE MEIO ABERTO”, realizada pela discente BRUNA ROSSI KOERICH do curso de Mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Fui informada, ainda, que a pesquisa é orientada pela professora Fernanda Bittencourt Ribeiro, que pode ser contatada pelo e-mail: feribeiro@pucri.br

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar com a pesquisa. Fui informado que o principal objetivo da pesquisa é compreender a construção de projetos de futuro de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE) de meio aberto do Município de Canoas (RS)

Minha participação se dará por meio de entrevista semi-estruturada e da autorização para observação das atividades que realizo na unidade de execução de MSE “Casa da Juventude”, mediante autorização da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania.

Fui informado que para proteger minha identidade, as informações que fornecerei serão utilizadas com um nome fictício que escolherei no momento da realização da entrevista. Também fui informado que essas informações serão utilizadas para fins estritamente acadêmicos e que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo para mim.

Recebi uma cópia desse termo de consentimento livre e esclarecido assinado pela pesquisadora.

Canoas (RS), de de

Participante da pesquisa:

Representante legal:

Aluno Pesquisador:

Orientador:



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br